

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XVIII



COIMBRA / 1980

# MEMÓRIA SOBRE A PROVÍNCIA DO MINHO PELO 2.º VISCONDE DE BALSEMÃO

(INTRODUÇÃO, TRANSCRIÇÃO E NOTAS)

## INTRODUÇÃO

### 1. O 2.º VISCONDE DE BALSEMÃO

1.1. Luiz Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de Balsemão (\*), não tem merecido da parte dos investigadores o cuidado que, pela sua actuação e obra, lhe é devido. Por tal facto, a divulgação de alguns aspectos menos conhecidos da sua actividade, o desfazer de um equívoco acerca da verdadeira autoria de uma das suas *Memórias* (2) e a publicação de um dos trabalhos mais interessantes que escreveu (3) constituem — para além do contributo da referida publicação para a história do Noroeste nos alvares do século XIX — um acto de elementar justiça. É o que procuraremos fazer.

1.2. A não inclusão do nome de Luiz Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho em diversas obras (4) e o facto de ainda não existir

0) Indicaremos sistematicamente o número do titular, a fim de evitar possíveis confusões, como aquela a que teremos oportunidade de aludir.

(2) Trata-se da *Memoria sobre a descripção física e económica do lugar da Marinha Grande e suas visinhanças*, in «Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. V, Lisboa, 1815, pp. 257-277, cuja autoria tem sido erradamente atribuída ao 1.º visconde de Balsemão, pai do seu verdadeiro autor. Voltaremos ao assunto.

(3) *Memoria sobre o estado da agricultura da provinda do Minho, principalmente tocante á parte florestal, e ideas geraes sobre o estado das suas manufacturas, commercio e pesca*, da qual trataremos adiante.

(4) INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, *Diccionario bibliographico portuguez*, t. V, Lisboa, 1860, p. 305; *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 3.º, Lisboa, s.d., cols. 457-458; *Diccionario de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, p. 737. Noutras há apenas ligeiras referências ao 2.º visconde

dele uma biografia completa talvez justificassem a realização de uma tal tarefa. Contudo, não enveredámos por essa via, essencialmente por dois motivos: *a)* em virtude de já dispormos de contributos válidos para a mencionada biografia <sup>(5)</sup>; *b)* por nos interessar sobremaneira aquilo que mais se relaciona com a sua obra e não toda a sua actuação. Deste modo, apenas destacaremos alguns elementos biográficos do autor, referenciando a documentação de que temos conhecimento.

1.3. Luiz Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, filho dos 1.<sup>os</sup> viscondes de Balsemão, nasceu em Falmouth (Inglaterra), em 1774 <sup>(6)</sup>, e faleceu em Lamego, em 1832 <sup>(7)</sup>. Frequentou na Universidade de Coimbra o curso de Filosofia, entre 1790 e 1794 <sup>(8)</sup>, que concluiu neste último ano <sup>(9)</sup>.

de Balsemão (*História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. VI, Barcelos, 1934, pp. 335-336; OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, 16.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1972, p. 523).

<sup>(5)</sup> ADRIEN BALBI, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, t. II, Paris, 1822, pp. LVIII, LXXXI-LXXXII, CVII e CCCXXXI; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, Lisboa — Rio de Janeiro, s.d., p. 78; *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia e numismática*, dir., coord. e compil. de Afonso Eduardo Martins Zúquete, vol. II, Lisboa, 1960, pp. 368-369; ESTEVES PEREIRA E GUILHERME RODRIGUES, *Portugal. Dicionário histórico, biográfico, bibliográfico, heráldico, chorográfico, numismático e artístico*, vol. II, Lisboa, 1906, pp. 45-46; AMÉRICO COSTA, *Diccionario chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. III, Vila do Conde, 1932, pp. 110-111.

<sup>(6)</sup> Seu pai — Luiz Pinto de Sousa Coutinho — foi nomeado ministro português em Londres, em Março de 1774, para onde partiu, com sua esposa, em Maio seguinte (AMÉRICO COSTA, *op. cit.*, vol. III, p. 108). Como foi baptizado na referida cidade a 30 de Maio daquele ano (AMÉRICO COSTA, *id.*, p. 110), certamente que os pais se dirigiam à capital britânica, aquando do nascimento, em Falmouth, do futuro 2.<sup>o</sup> visconde de Balsemão.

<sup>(7)</sup> E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 45 ; *Grande Enciclopédia [...]*, vol. IV, p. 78. Num documento de 1830-1831 sugeria-se que o 2.<sup>o</sup> visconde de Balsemão fosse aposentado, com meio ordenado, em virtude de não poder ir ao Conselho da Fazenda (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. 3139, fls. 3-3v.). Em 18 de Setembro de 1831 já se encontrava muito doente (Arquivo Histórico Militar (AHM), *Processos individuais*, cx. 528, doc. inum.).

<sup>(8)</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), *Matriculas*, livs. 19 (1.<sup>o</sup> ano filosófico), fl. 15; 20 (1.<sup>o</sup> ano filosófico), fl. 19; 21 (2.<sup>o</sup> ano), fl. 213 v.; 22 (3.<sup>o</sup> ano), fl. 294 v.

<sup>(9)</sup> AUC, *Exames de Filosofia*, liv. 4, fl. 137v. Sobre outros exames, ver fls. 12 v., 79 v. e 107 v., do mesmo livro. Tendo-se matriculado também no 1.<sup>o</sup> ano do curso jurídico, no ano lectivo de 1792-1793 (AUC, *Matriculas*, liv. 21, fl. 231), não o prosseguiu.

No «curso filosófico»—que abrangia a Filosofia Natural <sup>(10)</sup>—ministravam-se, entre outras, as disciplinas de Física, Química, Botânica e, desde 1791, Agricultura <sup>(n)</sup>. A preparação adquirida na Universidade, pelo futuro 2.º visconde de Balsemão, foi naturalmente relevante para o desempenho das tarefas que viria a executar <sup>(12)</sup>. Refira-se, a propósito, que ao seu exame de Botânica — realizado no final do 3.º ano do curso de Filosofia — presidiu o célebre cientista e professor Félix Avelar Brotero <sup>(13)</sup>, tendo o candidato sido aprovado *nemine discrepante* <sup>(14)</sup>.

1.4. Nos últimos anos de Setecentos e primeiros de Oitocentos foram-lhe concedidos diversos privilégios e mercês régias <sup>(15)</sup>, tendo o título sido verificado no 2.º visconde, por decreto de 13 e carta de 28 de Maio de 1802<sup>(16)</sup>. Foi conselheiro da Fazenda, a partir de 1802 <sup>(17)</sup>, e guarda-mor da Torre do Tombo <sup>(18)</sup>.

<sup>(10)</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1792). II Centenário da Reforma Pombalina. Livro III*, Coimbra, 1972, pp. 222-271; JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO, *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, 1872, pp. 40-44; A. BALBI, *op. cit.*, t. II, pp. 50-53.

<sup>(n)</sup> J. A. SIMÕES DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 41.

<sup>(12)</sup> Então sugeria-se, como um dos meios para o desenvolvimento da agricultura, que os grandes proprietários ou morgados fossem obrigados a mandar seus primogénitos formar-se em Filosofia (*Memoria sobre a agricultura*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. V, 1813, p. 409).

<sup>(13)</sup> Sobre a sua biografia e obra ver: INNOCENCIO F. DA SILVA, *op. cit.*, 2.ª ed., t. II, Lisboa, 1926, pp. 259-264, e t. IX, Lisboa, 1870, p. 211; J. A. SIMÕES DE CARVALHO, *op. cit.*, pp. 290-298.

<sup>(14)</sup> AUC, *Exames de Filosofia*, liv. 4, fl. 79 v.

<sup>(15)</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Maria I*, livs. 65, fis. 153 v. e 293; 67, fis. 21 e 239; 69, fl. 195 v.; 70, fl. 246 v.; 71, fl. 6; 75, fls. 213-213v.. *Mercês de D. Maria I*, livs. 16, fl. 295 v.; 17, fl. 187 v.; 24, fl. 195; 29, fls. 20 e 246 v.. *Chancelaria de D. João VI*, livs. 6, fls. 165 v., 202 e 235 V.-236; 7, fl. 380 v.; 8, fl. 148 v.; 37, fl. 325 v.. *Mercês de D. João VI*, livs. 1, fls. 184, 342 v. e 339 v.; 4, fl. 132-132 v. e 364 v.; 5, fl. 106 v.. Ver igualmente E. PEREIRA e G. RODRIGUES (*op. cit.*, vol. II, pp. 45-46), donde constam as designações e natureza dos aludidos privilégios e mercês.

<sup>(16)</sup> E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, pp. 46; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 369; ANTT, *Chancelaria de D. João VI*, liv. 6, fl. 202.

<sup>(17)</sup> Cuja carta lhe fora passada a 18 de Junho (ANTT, *Chancelaria de D. João VI*, liv. 7, fl. 380 v., e *Mercês de D. João VI*, liv. 1, fl. 342 v.). Um pouco antes (4-VI-1802), havia-lhe sido passada carta de título de conselho (ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*, liv. 67, fl. 21).

<sup>(18)</sup> De Outubro de 1802 a Março de 1803, de 1809 a 1812 e de 1 a 24 de Dezembro de 1813 (JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Memorias authenticas para a historia do*

1.5. Tendo sido encarregado pelo Príncipe Regente D. João <sup>(19)</sup> de promover, durante a sua jornada às províncias do Norte <sup>(20)</sup>, a plantação de amoreiras e mais árvores de alto festo, Luiz Máximo de Sousa Coutinho desempenhou intensa actividade nesse sentido, excedendo mesmo as funções para que havia sido nomeado. Desse seu activo labor, dispomos de dois elucidativos testemunhos: *Rezisto dos officios e ordens sobre plantaçoins de arvores nas províncias do Norte. 1803* <sup>(21)</sup>; *Memoria sobre o estado da agricultura da provinda do Minho [...]*, que transcrevemos e anotamos.

Não obstante parte das informações do primeiro códice indicado terem sido aproveitadas pelo próprio 2.º visconde de Balsemão — na elaboração da *Memória* sobre o Minho <sup>(22)</sup> — e, mais recentemente, por António Cruz <sup>(23)</sup>, ele contém ainda vários elementos que utilizaremos.

*Real Archivo*, Lisboa, 1819, pp. 131-132; ANTT, *Livro dezanove do Registo do Archivo da Torre do Tombo*, fls. 65v.-118; AHM, *Processos individuais*, cx. 528, doc. inum.). Segundo estas informações, devem corrigir-se ou completar-se as obras onde o 2.º visconde de Balsemão é mencionado como tendo ocupado aquelas funções por 1802 (PEDRO D'AZEVEDO e ANTÓNIO BALÃO, *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, 1905, p. 213) ou em 1803 (E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 45, e *Grande Enciclopédia [...]*, vol. IV, p. 78).

<sup>(19)</sup> Cujas ordens (datada de 12-III-1803) lhe foi comunicada e assinada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

<sup>(20)</sup> Ao tempo já se atribuía especial relevo às viagens a que poderíamos chamar «de estudo» (cf. J. A. SIMÕES DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 44; *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. V, p. 409).

<sup>(21)</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), ms. 294. Ao que se lê no rosto do códice — «Tem este livro 59 folhas escriptas e rubricadas por mim. Visconde de Balsemão» (já transcrito por António Cruz, *Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, 1970, p. 89, nota 1)—, deve acrescentar-se o seguinte: 1.º — trata-se de 59 páginas e não folhas, já que, embora só o rosto de cada folha tenha sido rubricado, o verso também entrou no referido cômputo; 2.º — além daquele número, no códice incluem-se mais 23, igualmente rubricadas (no rosto de cada folha), totalizando assim 82 o número de páginas do manuscrito. A documentação das primeiras 59 pp. é de 1803 e a das seguintes de 1803-1806 e 1820.

<sup>(22)</sup> Este códice foi, para o 2.º visconde de Balsemão, de importância análoga ao das *Respostas das camaras de Tras-os-Montes* (Arquivo da Assembleia da República, cx. 103, doc. 37) para Columbano Pinto Ribeiro de Castro, na elaboração do seu trabalho sobre a provincia trasmontana (ver o nosso estudo *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, no prelo).

<sup>(23)</sup> *Op. cit.*, pp. 90-102.

1.6. Após ter recebido a respectiva ordem régia, o 2.º visconde de Balsemão passou a expedir numerosos ofícios para juizes de fora, corregedores (24), provedores e outras entidades. Através dos questionários por ele enviados, verifica-se que, em certos casos, tinha em consideração as peculiaridades das comarcas (25). Passado algum tempo, começou a receber ofícios e relatórios (26), a maior parte dos quais lhe foi remetida ainda em 1803 (27). Simultaneamente ia informando o Príncipe Regente da sua actividade, com a qual este se revelava satisfeito (28).

Além de solicitar e coligir informações sobre várias comarcas nortenhas, L. M. de Sousa Coutinho distribuía folhetos com instruções, enviava sementes para várias localidades, assistia directamente à delimitação de terrenos para viveiros (29), utilizando ainda parte da semente que lhe era remetida (30) e criando o próprio sirgo (31). A acção meritória desenvolvida valeu-lhe o ter sido nomeado inspector da agricultura (1804), passando também a dispor de um escriturário efectivo no Arquivo da Torre do Tombo (32).

1.7. Tendo as invasões francesas provocado a interrupção das suas funções, fixara-se entretanto em Lisboa, onde motivos de doença e o serviço do Conselho da Fazenda o levaram a permanecer durante

(24) Logo em I-IV-1803, dirigiu-se aos corregedores de Valença, Viana, Lamego, Penafiel, Braga, Barcelos e Vila Real (BPMP, ms. 294, p. 2).

(25) Cf. os questionários enviados a Custódio Gomes de Vilas-Boas (BPMP, *id.*, pp. 6-7, transcrito por A. CRUZ, *op. cit.*, pp. 90-91) e ao desembargador corregedor ajudante da cidade do Porto (BPMP, *id.*, pp. 8-9).

(26) Efectivamente, o primeiro a enviar o seu relatório — João Nepomuceno da Fonseca, desembargador corregedor da comarca de Barcelos —, fê-lo a 16-VI-1803 (BPMP, *id.*, pp. 9-10). Sobre o seu fim trágico — foi fuzilado alguns anos depois em Arcos de Valdevez —, ver VASCO PULIDO VALENTE, *O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809*, in «Análise Social», vol. XV, n.º 57, 1979, p. 41.

(27) Porém, o do corregedor de Valença, por exemplo, está datado de 23-IV-1806 (BPMP, *id.*, pp. 79-81).

(28) Segundo informação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (*ibid.*, pp. 12 e 17).

(29) BPMP, ms. 294, p. 14.

(30) *Id.*, *ibid.*, p. 21.

(31) *Id.*, *ibid.*, p. 59.

(32) Carta régia de 18-V-1804 (BPMP, *id.*, pp. 61 e 81).

vários anos <sup>(33)</sup>. Em 1820 <sup>(34)</sup>, dirige-se a D. João VI <sup>(35)</sup>, solicitando que fosse decidido algo sobre as suas atribuições <sup>(36)</sup>. Em resposta <sup>(37)</sup>, recebeu autorização para prosseguir a actividade de inspecção da agricultura <sup>(38)</sup>, visto que, «[...] em lugar de haverem expiado os motivos da sobredita comissão, estes se tem aumentado pela maior decadencia da agricultura, que exige prontas e eficazes providencias» <sup>(39)</sup>.

1.8. Revelando-se o 2.º visconde de Balsemão mais próximo da doutrina fisiocrática que do industrialismo <sup>(40)</sup>, nem por isso deixava de se interessar pelo fomento industrial, como revela a correspondência travada com José António de Sá <sup>(41)</sup>. Além de tratarem obviamente

(33) Contudo, não deixou de se ocupar da agricultura, já que foi precisamente durante este período que escreveu dois trabalhos sobre essa matéria, como veremos oportunamente.

(34) A 19 de Maio.

(35) Por intermédio de João António Salter de Mendonça.

(36) BPMP, ms. 294, p. 81 (número de ordem da página, embora nela se leia 59).

(37) Assinada pelo mesmo Salter de Mendonça e datada de 23-V-1820. Apesar de se ler na resposta ter sido «[...] presente a El-Rey Nosso Senhor a carta de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o estado da comissão acerca da agricultura, de que V. Ex.<sup>a</sup> se acha encarregado pela carta regia de 18 de Mayo de 1804» (BPMP, *ibid.*), o curto espaço de tempo entre a carta e a resposta (19 a 23-V) revela que o assunto não foi directamente analisado pelo monarca, que então ainda não regressara do Brasil (cf. *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, p. 627).

(38) Apenas com uma alteração : a de não poder ter escriturário, ao seu serviço, na Torre do Tombo, «[...] pois pela reforma do mesmo Real Arquivo e urgencias publicas não pode renovar-se esta despesa» (BPMP, *ibid.*).

(39) BPMP, *ibid.* Como se pode constatar por esta passagem, é da parte do próprio Governo que, três meses antes do eclodir da Revolução de 1820, se reconhece a reduzida ou nula eficácia das medidas sobre a agricultura tomadas durante a «pré-reforma», a partir de 1810 (cf. ALBERT SILBERT, *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823)*, Paris, 1968, pp. 22-24).

(40) Como um dos obstáculos ao desenvolvimento agrícola da comarca do Porto, apontava o grande número de fábricas estabelecidas nesta cidade (cf. *infra*, p. 77). Noutra *Memória* escreveu: «Entre as diferentes sciencias a que o homem se aplica [...], aquella de que tira maiores vantagens he a agricultura; por ella não só se sustenta, tirando da terra os fructos proprios para a sua subsistencia, mas ainda por meio do seu trabalho mantem aos seus semelhantes» (Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), *F. Geral*, ms. 10 749, fis. 3-3v.). Sobre a expressão «industrialismo» ver, por exemplo, FERNANDO PINTO LOUREIRO, *Acúrsio das Neves, precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra, 1954, pp. 20-21, nota 29. Sep. do «Boletim de Ciências Económicas» da Faculdade de Direito de Coimbra, vol. II, n.º 3, 1953.

(41) Cf. BPMP, ms. 294, pp. 21-25.

da criação do sirgo e da plantação de amoreiras <sup>(42)</sup>, focavam também a divulgação de plantas com interesse para a tinturaria <sup>(43)</sup> e o progresso da indústria do linho. Relativamente a esta, o 2.º visconde de Balsemão manifestava a J. António de Sá o desejo de introduzir, numa aldeia <sup>(44)</sup>, os teares de lançadeira volante e as rodas de fiar, solicitando modelos das mesmas <sup>(45)</sup>. Este remeteu-lhe uma roda de fiar <sup>(46)</sup>, prometendo enviar igualmente, logo que estivessem concluídas, a caixa do tear e a lançadeira volante <sup>(47)</sup> e, algum tempo depois, uma roda de fiar mais perfeita — que dobava ao mesmo tempo que fiava—, logo que o seu modelo tivesse sido executado <sup>(48)</sup>. J. António de Sá sugeria ainda ao 2.º visconde de Balsemão que reunisse capitalistas para formarem uma companhia, a qual forneceria matéria-prima e inspeccionaria a indústria do linho, a fim de evitar as falsificações que se verificavam, por exemplo, na província da Beira <sup>(49)</sup>.

1.9. Tendo imediatamente aderido à Junta Provisional do Supremo

<sup>(42)</sup> José António de Sá foi juiz conservador da Real Companhia do Novo Estabelecimento para as Fiações e Torcidos das Sedas — criada pelo alvará de 6-1-1802—, cargo que acumulava com o de director da Real Fábrica das Sedas e Águas Livres (INNOCENCIO F. DA SILVA, *op. cit.*, t. IV, pp. 464-465). De entre os trabalhos que dedicou à cultura da amoreira e indústria da seda, deve destacar-se *Dissertações philosophico-políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa, 1787.

<sup>(43)</sup> Fora importada certa quantidade de semente de ruiva-dos-tintureiros, a fim de promover a sua cultura entre nós (BPMP, ms. 294, p. 24). Sobre aquela planta ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, p. 368, e *Diário do Governo*, n.º 292, de 10-XII-1852.

<sup>(44)</sup> Onde, segundo informa, se poderia mais tarde estabelecer uma boa fábrica de panos de linho, mas cujo nome não menciona (BPMP, ms. 294, p. 21).

<sup>(45)</sup> Ofícios de 1 e 18-VI-1803 (BPMP, *ibid.*).

<sup>(46)</sup> A qual serviria de modelo para outras [ofício de 8-VI-1803, pelo qual informa ter sido enviada juntamente uma nota, com o número das peças, a fim de facilitar a montagem da máquina] (BPMP, *id.*, pp. 22-23).

<sup>(47)</sup> BPMP, *id.*, p. 22.

W BPMP, *id.*, p. 59.

<sup>(49)</sup> J. António de Sá prometia interessar-se para que o plano da dita companhia tivesse aprovação régia (BPMP, ms. 294, pp. 22-23). Constata-se, pelo teor dos ofícios, o apreço que J. António de Sá tinha pela actividade desenvolvida pelo 2.º visconde de Balsemão, a favor do progresso industrial. Num ofício datado de 11-VI-1803, pode ler-se: «Fico na maior satisfação pela introdução que V. Ex.ª intenta fazer nesses sitios das lançadeiras volantes e rodas de fiar [...]» (BPMP, ms. 294, p. 25).

Governo do Reino, que se organizou no Porto, em 1808, para fazer face aos soldados de Junot <sup>(50)</sup> — embora não fazendo parte dela <sup>(51)</sup> —, o 2.º visconde de Balsemão foi escolhido por aquela Junta para, com o desembargador João de Carvalho Martins <sup>(52)</sup> da Silva Ferrão, ir a Londres solicitar auxílio ao governo britânico <sup>(53)</sup>. Dessa viagem <sup>(54)</sup> ficou pormenorizado testemunho num conjunto de 46 cartas, do próprio 2.º visconde de Balsemão <sup>(55)</sup>. De forma um tanto surpreendente, das cartas <sup>(56)</sup> consta reduzido número de informações sobre temas políticos e a missão que os levava à capital inglesa. Trata-se de descrições de viagem <sup>(57)</sup>, particularmente das localidades por onde iam passando, revelando-se o autor das missivas um observador atento e interessado na realidade socioeconómica <sup>(58)</sup> e cultu-

<sup>(50)</sup> E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 45; *História de Portugal*, cit., vol. VI, p. 332.

<sup>(51)</sup> Como se pode verificar pelo diploma legal de 19-VI-1808, Luiz Máximo de Sousa Coutinho não aparece entre os nomes dos indivíduos de qualquer das Juntas — Superior do Governo e Militar—, nem tão-pouco entre os dos vogais presentes no acto da sua constituição.

<sup>(52)</sup> Em algumas obras lê-se «Martens».

<sup>(53)</sup> BPMP, ms. 1077; JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Historia geral da invasão dos Francezes em Portugal e da restauração deste Reino*, t. III, Lisboa, 1811, p. 199; SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. II Epocha. Guerra da Peninsula*, t. I, Lisboa, 1870, p. 313.

<sup>(54)</sup> A qual teve início em 23-VII-1808 e terminou entre 19-X-1808 (carta escrita em Falmouth) e 7-1-1809 (carta escrita já em Lisboa).

<sup>(55)</sup> BPMP, ms. 1077. Algumas destas cartas foram integral (1.ª e 2.ª) ou parcialmente (3.ª, 4.ª, 7.ª, 13.ª e as datadas de 21 e 29-IX, 30-X e 2-XI-1808) publicadas por ANTÓNIO FERRÃO, *A 7.ª Invasão Francesa. (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808). Estudo político e social*, Coimbra, 1923, pp. CCXCVII-CCCVI.

<sup>(56)</sup> Dirigidas ao «amigo do coração», cujo nome não menciona.

<sup>(57)</sup> Como já foi perspicazmente observado, «as cartas não tratam de política, são de mera observação de viajante» (*Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. índice preparatorio do catalogo de manuscriptos*, 4.º fase., parte 2.ª, Porto, 1893, p. 123). Sobre este aspecto, escreveu o próprio 2.º visconde de Balsemão: «[...] confesso pouco ou nada sei [de assuntos políticos] [...], lemitando-me a dar-te noticias do que vejo de notável sobre outros objectos» (A. FERRÃO, *op. cit.*, p. CCCIII).

<sup>(58)</sup> Fornece elementos diversos — sobre indústria, minas, tarifas postais, comércio externo (carta n.º 25, escrita em Londres a 27-IX-1808), câmbio, etc.—, relativos à Inglaterra, no segundo semestre de 1808.

ral <sup>(59)</sup> que contemplava, como aliás se verifica por outros dos seus escritos <sup>(60)</sup>.

1.10. Finalmente, sobre a carreira militar de Luiz Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho dispomos de reduzida informação. Segundo Américo Costa, ele foi «[...] capitão de cavallaria do 2.º regimento de Castello Branco; promovido em 1799 a sargento-mór do 2.º regimento de infantaria n.º 18, do Porto, e depois tenente-coronel reformado» <sup>(61)</sup>. Da escassa documentação que acerca dele existe no Arquivo Histórico Militar <sup>(62)</sup>, concluímos ter L. M. de Sousa Coutinho assentado praça a 14 de Setembro de 1789, sendo alferes da 1.ª companhia do Regimento de Cavalaria de Castelo Branco, em 1 de Setembro de 1796 <sup>(63)</sup>. Contudo, ignoramos se em Fevereiro de 1823, altura em que foi «removido» para a Figueira com seu filho — Luiz José Alexandre Pinto de Sousa <sup>(64)</sup> —, ainda se encontrava no activo. Perante a parcimónia documental sobre o assunto, é de presumir ter sido a sua actividade militar pouco relevante.

<sup>(59)</sup> É provável que tenha aproveitado a oportunidade para adquirir os dois exemplares da tragédia *A Revolução em Portugal* (Londres, 1808) que ofereceu à Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (cf. *Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, t. III, parte II, Lisboa, 1814, p. LI).

<sup>(60)</sup> Quanto à missão de que haviam sido encarregados, «[...] alcançaram do governo inglês o fornecimento de víveres, armas e munições, além dum empréstimo de três milhões de cruzados e a garantia da colaboração dum exército de 6.000 homens que recebeu ordem de desembarcar no nosso País» (*História de Portugal*, cit., vol. VI, p. 336). Num officio — sem data — da Câmara Municipal do Porto, alude-se à protecção e distintos benefícios do 2.º visconde de Balsemão (BPMP, ms. 138). Ter-se-ia em vista a missão que ele desempenhara na viagem a Londres?

<sup>(61)</sup> A. Costa, *op. cit.*, vol. III, p. 110. Em 1802, deixou vago o lugar de sargento-mor do 2.º regimento de infantaria do Porto, por ter sido despachado para o Conselho da Fazenda (C.<sup>ea</sup> H. MADUREIRA DOS SANTOS, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra, na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby*, vol. V, Lisboa, 1965, p. 560). Mais tarde, promoveu a formação da Companhia Real da Brigada, da qual era comandante em 21 de Julho de 1808 (DURVAL PIRES DE LIMA, *Os Franceses no Porto. 1807-1808. Diário de uma testemunha presencial anotado e precedido de uma introdução*, (2.ª Parte), Porto, s.d., p. 49).

<sup>(62)</sup> Diferentemente do que se verifica com o pai, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, e o filho, Luiz José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho. Aos Srs. Coronel Nuno Bessa de Almeida Frazão e Costa Guedes reiteramos o nosso reconhecimento, pelas facilidades e colaboração dadas nas pesquisas que efectuámos naquele Arquivo.

<sup>(63)</sup> AHM, 3.ª Divisão, 44ª Secção, cx. 54, n.º 38.

<sup>(64)</sup> AHM, *Processos individuais*, cx. 528, does. de 8 e 29-VII-1823.

## 2. A SUA OBRA

2.1. Bacharel em Filosofia, sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa (65) e honorário da de Madrid (66), possuidor duma importante biblioteca (67), que obra nos deixou o 2.º visconde de Balsemão? Contrariamente ao que se poderia supor pelo silêncio em que os seus trabalhos têm caído (68) — em contraste com alguma divulgação dada à obra e actividade de seus pais, os 1.ºs viscondes de Balsemão (69) —, a produção científica de L. M. de Sousa Coutinho não foi despreciada.

2.2. Acentue-se, em primeiro lugar, que o 2.º visconde de Balsemão foi um dos colaboradores das *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa, visto ser da sua autoria a *Memoria sobre*

(65) Fora membro da classe de Literatura (A. BALBI, *op. cit.*, t. II, p. CCCXXXI).

(66) E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 45; *Grande Enciclopédia* [...], vol. IV, p. 78.

(67) Com cerca de 12 000 volumes antes das invasões francesas, a 1.ª invasão tê-la-á desfalcado em cerca de 7 000 (A. BALBI, *op. cit.*, t. II, p. 91; já mencionado por BRITO ARANHA, *Nota ácerca das invasões francezas em Portugal, principalmente a que respeita á primeira invasão do commando de Junot*, Lisboa, 1909, p. 17). Também se encontravam nesta biblioteca muitos manuscritos, que totalizavam 268 em 1833 (BPMP, *Litígios referentes às livrarias Balsemão e Garrett com o Município do Porto*. Ms., com a cota B-I, 15).

(68) Exceptuando a obra de Balbi (*Essai statistique sur le Royaume de Portugal* [...], cit.) e algumas publicações da Academia das Ciências, são extremamente escassas as alusões aos referidos escritos.

(69) o 1.º visconde de Balsemão, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, desempenhou importantes cargos políticos e militares — capitão geral e governador da capitania de Mato Grosso, ministro plenipotenciário de Portugal em Londres, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, da Guerra e dos Estrangeiros —, deixando no entanto limitada obra escrita (E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 46-47; INNOCENCIO F. DA SILVA, *op. cit.*, t. V, p. 315; A. COSTA, *op. cit.*, vol. III, pp. 107-109; JÁCOME RATTON, *Recordações sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.ª ed., Coimbra, 1920, pp. 251-253; C.ª H. M. DOS SANTOS, *op. cit.*, vols. III, IV e V, *passim*; *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 737-738).

A 1.ª viscondessa de Balsemão, D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, é autora de mais vasta obra, fundamentalmente poética, quase toda inédita (*Dicionário de Literatura*, dir. por Jacinto do Prado Coelho, 3.ª ed., Porto, 1973, vols. II, pp. 323 e 679, e III, p. 867; INNOCENCIO F. DA SILVA, *op. cit.*, ts. II, 2.ª ed., 1926, pp. 63-64, e IX, pp. 58-59; A. COSTA, *op. cit.*, pp. 109-110; E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 44; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, p. 78).

a descrição física e económica do lugar da Marinha Grande e suas visinhanças (f<sup>o</sup> erradamente atribuída a seu pai — o 1.<sup>o</sup> visconde de Balsemão — por diversos autores <sup>(71)</sup>).

Para provar a asserção feita, basta atentar no seguinte: como se afirma na própria introdução da *Memória*, ela foi elaborada na sequência de uma digressão feita pelo seu autor, «no anno de 1812» <sup>(72)</sup>, pela província da Estremadura <sup>(73)</sup>. Ora, nessa altura, já o 1.<sup>o</sup> visconde de Balsemão não pertencia ao mundo dos vivos, pois havia falecido em 1804 <sup>(74)</sup>. Se outros argumentos fossem necessários, aí tínhamos os testemunhos de Balbi, Mendo Trigozo e do redactor do *Jornal de Coimbra* <sup>(75)</sup>. Analisemos seguidamente os restantes escritos, ainda inéditos.

<sup>(70)</sup> *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V, Lisboa, 1815, pp. 257-277.

<sup>(71)</sup> Excluindo Balbi (*op. cit.*, t. II, p. CVII), Sebastião Francisco de Mendo Trigozo (*Discurso recitado na sessão publica de 24 de Junho de 1814*, in «Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa», t. IV, parte I, Lisboa, 1815, p. XI) e o *Jornal de Coimbra* (vol. VIII, parte II, 1815, p. 78), este equívoco tem sido inúmeras vezes repetido (INNOCENCIO F. DA SILVA, *op. cit.*, t. V, p. 315; E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *op. cit.*, vol. II, p. 47; MOSES BENSABAT AMZALAK, *DO estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, 1928, p. 111; *A Economia Política em Portugal. O Fisiocratismo. As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*, Lisboa, 1922, p. 73; *Grande Enciclopédia* [...], vol. IV, p. 78; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 368; JOEL SERRÃO, *Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804)*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, pp. 737-738).

<sup>(72)</sup> Sublinhado nosso.

<sup>(73)</sup> «Em huma digressão, que fiz no anno de 1812 por parte da provincia da Estremadura, e especialmente pelo bispado de Leiria, não pude deixar de escrever para minha propria instrucção algumas observações, e apontamentos sobre este tão interessante territorio, e especialmente sobre huma das suas freguezias, que tem por nome *N. S. do Rosario da Marinha Grande*» (*Memorias Económicas*, t. V, p. 257). Esta *Memoria* foi escrita entre 1812 e 1814 e lida pelo seu A., na Academia das Ciências de Lisboa, de 25-VI-1813 a 24-VI-1814; neste dia foi lido um extracto da mesma (S. F. DE MENDO TRIGOZO, *op. cit.*, t. IV, parte I, p. XI; *Jornal de Coimbra*, vol. VIII, parte II, p. 78).

<sup>(74)</sup> A 14 de Abril (M. B. AMZALAK, *A Economia Política em Portugal* [...], p. 73). Data de 25 do mesmo mês o decreto pelo qual o conde de Vila Verde ficou encarregado de várias atribuições que haviam pertencido ao 1.<sup>o</sup> visconde de Balsemão (C.<sup>el</sup> H. MADUREIRA DOS SANTOS, *op. cit.*, vol. V, p. 638).

<sup>(75)</sup> Cits, na nota 71. O facto de aparecer como A. da *Memória* o visconde de Balsemão — quando se tratava do 2.<sup>o</sup> visconde de Balsemão — terá contribuído para o lapso mencionado. Sobre o interesse da *Memória* e da localidade da Mari-

2.3. Escreveu também *A descrição física e económica da villa da Ericeira* <sup>(76)</sup>, provavelmente seguindo um plano análogo ao da *Memória* sobre a Marinha Grande, mas cujo manuscrito não localizámos, o mesmo sucedendo com a estatística das Caldas da Rainha <sup>(77)</sup>.

2.4. A 9 de Fevereiro de 1811, o 2.º visconde de Balsemão leu, na Academia das Ciências, um pequeno trabalho, intitulado *Estado das Caldas de S. João e S. Miguel de Vísela nos amos de 1801, 2, 3* <sup>(78)</sup>, no qual trata das propriedades minero-medicinais das águas daquela zona <sup>(79)</sup>.

2.5. Mais desenvolvido, embora sobre tema similar, é o estudo denominado *Analyse das agoas mineraes dos Cucos, e descrição do sitio feita no anno de 1813* <sup>(80)</sup>. São dadas informações várias sobre aquelas águas, desde as características das nascentes, a temperatura da água — registada de manhã e à tarde — e da atmosfera, à reacção química da mesma com diversas substâncias <sup>(81)</sup>.

2.6. Voltou a tratar o tema — águas minerais — na *Memoria historico-geographica etc. da freguezia de S. Thomé de Caldeias e das suas aguas thermais* <sup>(82)</sup>. Deixando de parte dois outros trabalhos que

nha Grande — como objecto de observação—, ver M. B. AMZALAK, *op. cit.*, p. 73, e S. F. DE MENDO TRIGOZO, *op. cit.*, t. IV, parte I, p. XI.

<sup>(76)</sup> S. F. DE MENDO TRIGOZO, *ibid.*; A. BALBI, *op. cit.*, t. II, p. CVII; *Jornal de Coimbra*, vol. VIII, parte II, p. 78.

<sup>(77)</sup> A. BALBI, *ibid.* Como não encontrámos qualquer outra referência a este estudo, não lhe faremos mais alusões.

<sup>(78)</sup> Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), ms. 374-A. Trata-se de um estudo muito sintético e esquemático. João Guilherme Christiano Muller referiu-se-lhe, na sessão pública da Academia das Ciências de 24-VI-1812 {*Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciendas de Lisboa*, t. III, parte II, Lisboa, 1814, p. XXXVIII}.

<sup>(79)</sup> O interesse por estas termas prosseguiu, tendo-se executado no local várias obras em 1814 (J. J. DA SILVA PEREIRA CALDAS, *As Caldas de Vizella no Minho*, in «O Panorama», vol. XI, III da 3.ª série, 1854, pp. 255-256).

<sup>(80)</sup> BACL, ms. 351-A, in «Memorias de Mathematica e Physica», vol. I, n.º 5. Consta de 12 fls., escritas dos dois lados, e foi apresentada à Academia das Ciências entre o dia de S. João de 1813 e o mesmo dia de 1814 {*Jornal de Coimbra*, vol. VIII, p. 78}.

<sup>(81)</sup> Este estudo foi apreciado, além do mais, por tratar de assunto considerado então de certa relevância (cf. *Historia e Memorias da Academia* [...], t. IV, parte I, p. X).

<sup>(82)</sup> *Historia e Memorias da Academia Real das Sciendas de Lisboa*, t. X, parte II, Lisboa, 1830, pp. IX-X. Não encontrámos o respectivo manuscrito.

desconhecemos se concluiu <sup>(83)</sup>, consideremos os seus escritos mais directamente relacionados com a agricultura.

2.7. Sob o título *Memoria sobre o restabelecimento da agricultura em Portugal* <sup>(84)</sup>, o autor versou o tema da instauração das companhias agrárias provinciais e o seu contributo para a renovação da agricultura <sup>(85)</sup>. Após defender, na introdução, as vantagens do progresso agrícola <sup>(86)</sup>, analisa retrospectivamente a agricultura portuguesa, focando os motivos da sua decadência e propondo a organização de «companhias provinciais» e a nomeação de intendentos gerais da agricultura <sup>(87)</sup>.

2.8. Também sobre a agricultura, ainda que aludindo ligeiramente a outros assuntos, é a *Memória* que transcrevemos, da qual trataremos no ponto 3.

2.9. Numa apreciação global à obra de L. M. de Sousa Coutinho, podemos distribuir os sete trabalhos indicados <sup>(88)</sup> por três gru-

(83) Um. sobre o Couto de S. João da Foz do Douro, no qual trabalhava quando Balbi escreveu a sua obra (*Essai statistique* [...], t. II, p. CVII). Outro, um tratado sobre agricultura que, pela mesma altura, se encontrava metade elaborado (BALBI, *ibid.*, pp. LXXXI-LXXXII).

(84) BNL, *F. Geral*, ms. 10 749. É um códice de 12 fls., escritas de ambos os lados, em cujo frontispício se lê: «Hereux celui qui consacre ses sueurs en ver sa Patrie et concitoins». «Por L.M.P.S.C.», isto é, Luiz Máximo Pinto de Sousa Coutinho.

(85) Deste trabalho — apresentado certamente de 25-VI-1816 a 24-VI-1817 — dava conta S. F. de Mendo Trigozo, no discurso recitado na última daquelas datas: «O Sñr. Visconde de Balsemão tratou do melhoramento da nossa agricultura por meio das companhias agrarias, e do methodo que julga mais adequado para as formar» (*Historia e Memorias da Academia Real das Sciendas de Lisboa*, t. V, parte II, Lisboa, 1818, p. XXII).

(86) Para o que recorreu ao exemplo de países como a Inglaterra, França e Espanha.

(87) Não obstante o carácter teórico da *Memoria*, o assunto foi tratado com rigor e cuidado apreciáveis, uma vez que são apresentados cálculos — através de números e vários quadros — sobre a estrutura e fundação das ditas companhias, as despesas a efectuar, a forma de prover a esses encargos, a produção e os presumíveis lucros.

(88) Excluimos aqueles sobre os quais temos várias dúvidas ou insuficiente informação — a que já fizemos referência —, bem como alguns escritos de divulgação : as *Lições elementares para uso dos lavradores*, as *Taboas economico-botanicas sobre as arvores do Reino* (de colaboração) e a *Descrição de huma máquina para malhar o pão* («Memorias de Mathematica e Physica da Academia R. das Sciencias de Lisboa», t. III, parte II, Lisboa, 1814, p. XXXIX).

pos: 1.º — descrição geográfico-económica de uma região ou localidade: *Memórias* sobre a Marinha Grande, Ericeira e província do Minho; 2.º — estudo—físico-químico e terapêutico — de águas termais: de Vizela, Torres Vedras e Caldeias; 3.º — escrito, de carácter teórico, acerca da agricultura: *Memória* sobre as companhias agrárias provinciais.

Possuindo certo grau de conhecimentos em vários domínios — Ciências Naturais, Química, Geografia e Agronomia —, como já fora realçado por um seu contemporâneo <sup>(89)</sup>, esse facto deveria obviamente reflectir-se nos seus trabalhos. Na verdade, pela análise de alguns deles — sobre a Marinha Grande, o Minho e as águas termais de Cucos — e ainda das 46 cartas mencionadas, fica-se com a convicção de que o 2.º visconde de Balsemão era um homem de ciência, possuidor de um espírito de observação, curiosidade, rigor e exactidão digno de nota. Seria mais um cientista que um literato <sup>(90)</sup>, sem ter talvez conseguido uma síntese muito perfeita entre as «duas culturas» <sup>(91)</sup>, mas produzindo, ainda assim, trabalhos dignos de mais alguma atenção da parte dos historiadores.

### 3. A MEMÓRIA SOBRE A PROVÍNCIA DO MINHO

3.1. O trabalho que passamos a considerar intitula-se «*Memoria sobre o estado da agricultura da provinda do Minho, principalmente tocante á parte florestal, e ideas geraes sobre o estado das suas manufacturas, commercio e pesca*, pelo Visconde de Balsemão». Versando um dos temas propostos pela Academia Real das Ciências de Lisboa <sup>(92)</sup>, terá sido apresentada à Academia em 1814-1815 <sup>(93)</sup>. Localizámos dois exemplares desta *Memória*.

<sup>(89)</sup> Que o considerava «très-versé dans les sciences naturelles, et surtout dans la chimie», «un des agronomes les plus instruits du Portugal» e «grand amateur de géographie» (A. BALBI, *op. cit.*, t. II, pp. LVIII, LXXXI-LXXXII e CVII).

<sup>(90)</sup> A *Memória* sobre o Minho, adiante apresentada, revela várias lacunas formais, que não passaram despercebidas aos censores da Academia das Ciências.

<sup>(91)</sup> Para usarmos a expressão de C. P. SNOW, *The Two Cultures and a Second Look*, Cambridge, 1969, pp. 1-21.

<sup>(92)</sup> A descrição económica de um território considerável do Reino (*Historia e Memórias da Academia Real das Sciendas de Lisboa*, t. IX, Lisboa, 1825, pp. XXII e LXI).

<sup>(93)</sup> Entre 25-VI-1814 e 24-VI-1815. «O Snr. Visconde de Balsemão lêo a segunda parte da sua *Descrição Económica da Provinda do Minho*; com que dêo

3.2. Um encontra-se na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e consta de 78 páginas, 4 das quais com o índice <sup>(94)</sup>. Apesar de não termos conhecimento de a *Memória* ter sido publicada, foi dada a respectiva autorização : «Imprima-se com as emendas dos censores» <sup>(95)</sup>. Estas emendas, em número reduzido, são essencialmente de carácter formal, consistindo, por vezes, apenas na mudança da ordem de algumas palavras.

3.3. O outro exemplar localiza-se na Biblioteca Nacional de Lisboa <sup>(96)</sup> e apresenta 76 páginas, incluindo as últimas 4, preenchidas pelo índice.

Cotejando os dois manuscritos, verifica-se apresentarem diferenças pouco relevantes. Todavia, o exemplar da BACL patenteia uma ou outra alteração formal, da responsabilidade do próprio autor ou dos censores, sendo a sua apresentação um pouco mais cuidada. Por tal motivo, transcrevemo-la, desprezando as correcções efectuadas pelos censores. Porém, recorremos a algumas destas e à *Memória* da BNL, a fim de esclarecer certos pontos do exemplar que apresentamos <sup>(97)</sup>.

3.4. O 2.º visconde de Balsemão adoptou o seguinte plano na elaboração do seu trabalho: tratou da agricultura, na primeira parte, dando relevo especial aos baldios e à arborização; na segunda focou, mais superficialmente, estradas, montes, rios, manufacturas, comércio,

novos subsidios á Estatística Nacional» (JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, *Discurso contendo a historia da Academia Real das Sciendas, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815*, in «Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa», t. IV, parte II, Lisboa, 1816, p. XVIII; cf. também o mesmo tomo, parte I, Lisboa, 1815, p. XI). Noutra fonte, refere-se de igual modo a 2.ª parte da *Memória* (*Jornal de Coimbra*, vol. IX, parte II, 1816, p. 249). Terão as duas partes daquela sido apresentadas em ocasiões diferentes?

<sup>(94)</sup> BACL, ms. 351-A, *Memorias de Mathematica e Physica*, vol. I, n.º 4. Ao malgrado General Luiz Maria da Câmara Pina, então Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, ficámos a dever a obtenção de uma fotocópia deste manuscrito.

<sup>(95)</sup> Esta indicação (l.ª fl. da *Memória*) é seguida de uma rubrica, da qual consta o apelido «Andrada» e, segundo parece, as iniciais «SJB», pelo que presumimos tratar-se da rubrica de José Bonifácio de Andrada e Silva (cf. MARTINHO AUGUSTO DA FONSECA, *Subsidios para um dictionario de pseudonyms, iniciaes e obras anonymas de escriptores portuguezes*, reimp., Lisboa, 1972, p. 127).

<sup>(96)</sup> BNL, *F. Geral*, ms. 10 750.

<sup>(97)</sup> Designaremos abreviadamente os mss. por A (BACL,ms. 351-A, *Memórias de Mathematica e Physica*, vol. I, n.º 4) e B (BNL, *F. Geral*, ms. 10 750).

pesca e navegação. Não sendo os assuntos tratados de forma exaustiva, verifica-se no entanto um considerável sentido de rigor, tendo em vista o reduzido avanço dos estudos estatísticos até então <sup>(98)</sup>. Atente-se, por exemplo, na apresentação de dados quantitativos sobre o número de árvores plantadas e baldios existentes, ou acerca da participação dos comerciantes e consumidores de vinho — da região do Porto — para o arranjo das estradas.

3.5. Os elementos fornecidos por L. M. de Sousa Coutinho revestem-se de certa importância, pelos seguintes motivos: 1) em virtude de serem escassas as fontes publicadas, respeitantes ao período em questão e à região minhota; 2) por ainda não dispormos, para o Noroeste, de uma obra comparável à de A. Silbert, para o Portugal Mediterrâneo (""); 3) devido ao reduzido número de trabalhos monográficos satisfatórios <sup>(100)</sup>.

O estudo do 2.º visconde de Balsemão — elaborado com base nos dados remetidos pelas autoridades locais e na observação directa <sup>(101)</sup> — apresenta mais informações sobre o sector primário que sobre os restantes <sup>(102)</sup>. Isso compreende-se, não só pela formação do autor e pelo lugar que ocupou — inspector da agricultura —, mas ainda pelo papel preponderante desempenhado pela agricultura no Antigo Regime económico <sup>(103)</sup>.

Em suma: o trabalho do 2.º visconde de Balsemão sobre o Minho, embora não apresente a riqueza de informação do de um Columbano Pinto Ribeiro de Castro (Trás-os-Montes) <sup>(104)</sup> ou de um José Lucas

<sup>(98)</sup> Ver J. M. AMADO MENDES, *A província de Trás-os-Montes nos finais do século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)*, a publicar em «Estudos Contemporâneos», n.º 1, 1980, ponto 2.2, no prelo.

<sup>(99)</sup> ALBERT SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l'Ancien Régime. XVIII<sup>e</sup> — début du XIX<sup>e</sup> siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris, 2 vols., 1966. Saiu recentemente uma 2.ª edição, em 3 vols. (Lisboa, INIC, 1978).

<sup>(100)</sup> Ver ANTÓNIO MACHADO DE FÁRIA, *Considerações acerca da importância da história local relativamente à do País*, in «Papel das Áreas Regionais na formação histórica de Portugal», Actas do Colóquio, 1975, p. 2.

<sup>(101)</sup> Efectuada através de várias deslocações pela província (cf. *infra*, pp. 71 e 79).

<sup>(102)</sup> Trata-se, por assim dizer, de uma estatística agrícola do Minho (A. BALBI, *op. cit.*, t. II, p. LXXXII).

<sup>(103)</sup> A. SILBERT, *op. cit.*, vol. I, p. 121.

<sup>(104)</sup> Ver o nosso estudo *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, no prelo.

Labrada (Galiza) <sup>(105)</sup>, é, mesmo assim, merecedor da nossa atenção, por nos fornecer mais alguns elementos sobre a região e a própria cidade onde, passados meia dúzia de anos, o Antigo Regime começaria a ser desmantelado, através da contribuição portuguesa para a «revolução atlântica» <sup>(106)</sup>.

#### 4. ACHEGAS PARA A HISTÓRIA ECONÓMICA DO NOROESTE NOS INÍCIOS DE OITOCENTOS

##### 4.1. *Agricultura*

###### 4.1.2. Baldios

Em resposta ao solicitado pelo 2.º visconde de Balsemão sobre baldios <sup>(107)</sup> e maninhos <sup>(108)</sup>, foram-lhe enviadas diversas informações, algumas das quais se podem ler na sua *Memória*. Dos elementos que sintetizámos (Anexo I), podem extrair-se as seguintes ilações:

1.º — sendo o número de baldios bastante incompleto <sup>(109)</sup>, já

(105) *Descripción económica del Reyno de Galicia*, Ferrol, 1804. Foi reeditada recentemente (Vigo, Galaxia, 1971).

(106) A expressão é de JACQUES GODECHOT, *Le Portugal et la Révolution (1789-1814)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. VII, Paris, 1973, p. 279.

(107) Em alguns casos, alude-se expressamente a baldios susceptíveis de cultura (BPMP, ms. 294, pp. 5, 11 e 78). Sobre a definição de baldio ver: THOMAZ ANTONIO DE VILLA NOVA PORTUGAL, *Memoria sobre a cultura dos terrenos baldios que ha no termo da villa de Ourem*, in «Memorias Económicas da Academia [...]», t. II, Lisboa, 1790, p. 414; portaria de 16-X-1820; *Reconhecimento dos baldios do Continente*, vol. I, Lisboa, 1939, p. 2.

(108) Sobre a distinção entre baldios e maninhos ver: T. A. VILLA NOVA PORTUGAL, *ibid.*; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum*, in «Scientia Iuridica», t. III, n.º 10, Outubro-Dezembro 1953, p. 139; *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 277; AURÉLIO DE OLIVEIRA, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico*, Porto, 1974, pp. 118-119; ALBERTO SAMPAIO, *Estudos históricos e económicos*, vol. I, Porto, 1923, pp. 33-34. Note-se, contudo, que o povo dá por vezes a mesma significação a maninhos e baldios (ALBERTO VIEIRA BRAGA, *Curiosidades de Guimarães, XIX*, in «Revista de Guimarães», vol. LXX, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro 1960, p. 395).

(109) Temos referência apenas a 701 baldios em toda a província, enquanto em 1939 ainda existiam 1 409 nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto (*Reco-*

a sua distribuição pelas comarcas e mesmo por algumas localidades é de certo interesse;

2. ° — nos casos em que dispomos do número daqueles, torna-se possível estudar a sua evolução posterior;

3. ° — através das observações transcritas, podem descortinar-se diversas posições ante a problemática dos bens comunais <sup>(110)</sup> em questão, as quais estavam naturalmente relacionadas com interesses de vária ordem.

Quanto ao número de baldios, destacar-se-iam as comarcas de Braga, Viana e Valença <sup>(m)</sup>, seguindo-se-lhes as do Porto, Barcelos, Penafiel e Guimarães. A evolução verificada posteriormente, longe de alterar, de forma significativa, a situação descrita, antes a acentuou, continuando a redução dos baldios a efectuar-se mais rapidamente no sul que no norte da província <sup>(112)</sup>. Essa circunstância ter-se-á devido essencialmente ao rápido desenvolvimento demográfico e socio-económico daquela região, com a conseqüente busca de terrenos propícios ao cultivo e à construção de edifícios <sup>(113)</sup>. Em vários casos, efectuou-se a apropriação de baldios por particulares, sem qualquer intervenção administrativa <sup>(114)</sup>. Em 1939 não foram encontrados

*nhecimento dos baldios* [...], vol. I, p. 50). Desconhecemos, por exemplo, a que número de baldios correspondiam 8 990 alqueires de sementeira na comarca de Viana do Castelo. Todavia, o facto de estarmos perante uma fonte incompleta não nos deve surpreender, como já foi salientado acerca de um documento respeitante à Galiza (ANTONIO EIRAS ROEL, *Un vecindario de población y estadística de la riqueza de Galicia en el siglo XVIII*, in «Cuadernos de Estudios Gallegos», t. XXIV, 12-73-74, 1969, p. 503).

<sup>(110)</sup> Sobre esta expressão ver *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 331.

<sup>(111)</sup> Da qual somente temos números relativos ao concelho de Caminha.

<sup>(112)</sup> Há quatro décadas, a área total dos baldios distribuía-se assim pelos distritos minhotos: Viana do Castelo — 56 587,5880 ha; Braga — 6 140,0937 ha; Porto — 2 530,1247 ha (*Reconhecimento dos baldios* [...], vol. I, p. 50; *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 279, mapa).

<sup>(113)</sup> Além disso, o facto de o colectivismo agrário estar mais arraigado no Alto que no Baixo Minho (A. SILBERT, *op. cit.*, vol. II, pp. 1120-1121) também teve, provavelmente, alguma influência.

<sup>(114)</sup> Existem vários testemunhos atinentes ao termo da cidade do Porto (Gabinete de História da Cidade (Porto), *Baldios. Termo dos que confessam possuí-los. 1820*, códice 1177).

baldios em diversos concelhos do distrito do Porto, ao passo que noutros o seu número diminuiria acentuadamente <sup>(115)</sup>.

A ofensiva contra os baldios, uma das facetas mais significativas do individualismo agrário, constituiu um acontecimento importante na transição de Setecentos para Oitocentos <sup>(116)</sup>. Aqueles passaram assim a ser bastante criticados por diversos autores <sup>(117)</sup>—, sendo embora defendidos por muitos que deles beneficiavam — e, por vezes, indevidamente aforados pelos concelhos a particulares <sup>(118)</sup>.

Das informações remetidas ao 2.º visconde de Balsemão <sup>(119)</sup> e de outras fontes <sup>(120)</sup>, ressalta com nitidez a seguinte oposição: dum lado, o Estado — ao mandar averiguar o número de baldios existentes e susceptíveis de cultura — e parte da burguesia (rural e urbana) que desejava o seu aforamento; do outro, aqueles para quem os baldios constituíam uma certa forma de propriedade, embora colectiva, sem a qual passariam, em muitos casos, à situação exclusiva de assalariados rurais <sup>(121)</sup>.

<sup>(115)</sup> No concelho da Maia, o número de baldios passou de 18, nos inícios do século XIX, a 3, em 1939 (*Reconhecimento dos baldios* [...], vol. II, parte I, p. 645). Do concelho de Vila Nova de Gaia, por seu turno, já se escrevia em 1863: «Todos os terrenos baldios, que n'outro tempo havia no concelho, e que pertenciam ao município, foram distribuídos pelos respectivos moradores nas diferentes freguesias» (DIOGO DE MACEDO, *Breves considerações economico-agricolas sobre o concelho de Villa Nova de Gaia*, in «O Archivo Rural», vol. VI, 1863, p. 293).

<sup>(116)</sup> A. SILBERT, *Le problème agraire portugais* [...], p. 35; *Le Portugal Méditerranéen* [...], vol. II, p. 1135; *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 280. A ofensiva mencionada não era um movimento exclusivo do nosso País. Veja-se, por exemplo, o caso da Inglaterra, onde aquele fenómeno também se intensificou no período indicado (CHARLES MORAZÉ, *OS burgueses à conquista do Mundo*, col. «Rumos do Mundo», vol. XII, Lisboa — Rio de Janeiro, 1965, p. 133).

<sup>(117)</sup> Recordemos, entre outros, alguns colaboradores das *Memórias Económicas da Academia das Ciências* e o próprio 2.º visconde de Balsemão (cf. *infra*, 87).

<sup>(118)</sup> O que já se reconhecia no preâmbulo do alvará de 23-VI-1766.

<sup>(119)</sup> Além do Anexo I, ver BPMP, ms. 294, p. 41; A. CRUZ, *op. cit.*, p. 97.

<sup>(120)</sup> cf. ANTT, *Ministério do Reino*, maço 356, «Prospecto historico da agricultura da provincia do Minho e especialmente do termo de Guimaraens», fl. 22.

<sup>(121)</sup> A fim de atenuar as tensões sociais, o 2.º visconde de Balsemão sugeria que a legislação agrária fosse um pouco forte (cf. *infra*, pp. 89-90). Ver também BPMP, ms. 294, pp. 67-71.

Como é do conhecimento geral, a problemática dos baldios viria a prosseguir até aos nossos dias (ver, por exemplo, a importante obra literária de AQUILINO RIBEIRO, *Quando os lobos uivam*, 3.ª ed., Lisboa, 1974, e GORJÃO DUARTE,

## 4.1.2. Arborização

O gosto e o amor pelo arvoredo, por um lado, e as vantagens que o mesmo oferecia, por outro <sup>(122)</sup>, terão contribuído para a tomada de algumas medidas destinadas à sua protecção <sup>(123)</sup> e difusão no final do século XVIII e inícios do XIX. Efectivamente, além de fornecerem madeira, fruta, folhas, etc., as árvores constituíam importante fonte de energia <sup>(124)</sup>, ao mesmo tempo que regulavam a acção dos elementos climatéricos <sup>(125)</sup>, especialmente no litoral <sup>(126)</sup>.

O 2.º visconde de Balsemão procurou inquirir sobre o estado em que se encontrava o revestimento arbóreo no Noroeste <sup>(127)</sup>. Como se pode constatar através dos elementos que lhe foram remetidos (Anexo II), havia então naquela zona considerável variedade de árvores — silvestres e de fruto <sup>(128)</sup> —, designadamente sobreiros, carvalhos, pinheiros, salgueiros, amieiros, lodos, árvores de fruto e de espinho

*Baldios. Propriedade e aproveitamento comunitário*, in «Poder Local», n.º 6, Março/Abril 1978, pp. 16-27).

<sup>(122)</sup> RAMÓN OTERO PEDRAYO, *Síntesis histórica do século XVIII en Galicia*, Vigo, 1969, p. 133.

<sup>(123)</sup> Cf. o decreto de 27-XI-1804 e o *Relatorio da secção de mattas florestais apresentado á Sociedade Agricola do districto de Braga pelo conselheiro Francisco Manoel da Costa, presidente relactor da mesma secção*, in «O Archivo Rural», vol. III, 1860, p. 582.

<sup>(124)</sup> Ver *infra*, p. 77; ANTT, doc. cit., fl. 10; BPMP, ms. 294, pp. 65 e 80; ANTONIO D'ALMEIDA, *Descrição historica e topográfica da cidade de Penafiel*, in «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. X, parte II, Lisboa, 1830, p. 43. O aumento do consumo de lenha levava mesmo a recear a falta de combustível (BPMP, ms. 294, p. 55).

<sup>(125)</sup> Sobre os beneficios do repovoamento florestal ver: JOÃO DA COSTA MENDONÇA, *75 anos de actividade na arborização de serras*, Lisboa, 1961, pp. 24-25; VISCONDE VILLARINHO DE S. ROMÃO, *O Minho e suas culturas*, Lisboa, 1902, pp. 80-81 ; J. DA C.N.C., *Silvicultura*, in «O Panorama», vol. 2.º, série 2.ª, 1843, pp. 158-159.

<sup>(126)</sup> JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areas de beira-mar [...]*, Lisboa, 1815, pp. 24-28, 70-128 e 156-159; CONSTANTINO BOTELHO DE LACERDA LOBO, *Memoria sobre a agricultura da provinda de Entre Douro e Minho*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XIV, 1816, pp. 301-302.

<sup>(127)</sup> Nos questionários dirigidos aos funcionários das comarcas, incluía, em geral, este quesito: «Qual o estado das florestas e sua plantação» (BPMP, ms. 294, pp. 78 e 79).

<sup>(128)</sup> Para esta mistura de plantas da região atlântica ocidental já J. Henriques chamou a atenção *{As regiões botânicas de Portugal}*, in «Boletim da Sociedade Broteriana», vol. XVII, 1900, p. 130).

(não especificadas), amoreiras, castanheiros <sup>(129)</sup> e oliveiras <sup>(130)</sup>. O número de amoreiras (55 630), carvalhos (13 937), castanheiros (11 034) e oliveiras (9 440) revela estarem estas espécies relativamente disseminadas pelo Minho <sup>(131)</sup>. Vejamos algo sobre a amoreira, o pinheiro e a oliveira, cuja propagação se intensificava nos inícios de Oitocentos.

O considerável desenvolvimento da indústria da seda — mormente em Trás-os-Montes <sup>(132)</sup> —, nos finais do século XVIII e princípios do XIX, constituiu um estímulo ao incremento da plantação da amoreira <sup>(133)</sup>. Existindo esta já em número apreciável naquela província — sobretudo na comarca de Moncorvo <sup>(134)</sup> —, houve a preocupação de a difundir pelas províncias da Beira (comarcas de Lamego <sup>(135)</sup>

<sup>(129)</sup> Além de dar excelente madeira e fruto, o castanheiro desempenha no Minho relevante função, servindo de encosto às videiras (ver *Arboricultura*, in «O Panorama», vol. 2.º, série 2.ª, 1843, p. 176). Sobre a grande difusão desta árvore, bem patente na toponímia portuguesa, ver *Património florestal sobre um terço do território continental português*, in «Diário de Notícias», de 22-III-1979.

<sup>(130)</sup> Acerca da designação científica, características e difusão destas espécies ver GONÇALO SAMPAIO, *Flora portuguesa*, 2.ª ed., dir. por Américo Pires de Lima, Porto, 1946; W. ROTHMALER, *Árvores de Portugal*, in «Boletim da Sociedade Brotéria», vol. XV, 2.ª série, 1941, pp. 133-148.

<sup>(131)</sup> Embora se trate de números incompletos, pois que, além das lacunas inerentes a este tipo de informação, desconhece-se também por quantas árvores era constituído cada souto, olival, pinhal ou mata.

<sup>(132)</sup> Ver FERNANDO DE SOUSA, *A indústria da seda em Trás-os-Montes (1790-1813)*, in «Revista de História Económica e Social», n.º 2, Julho-Dezembro 1978, pp. 59-73; J. M. AMADO MENDES, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII [...]*, cap. III, 2.

<sup>(133)</sup> C. B. DE LACERDA LOBO, *op. cit.*, pp. 309-311; MIGUEL ROQUE DOS REYS LEMOS, *Estudo para os Anais Municipais de Ponte-de-Lima*, Viana do Castelo, 1936, p. 106. Como é sabido, as folhas da amoreira são o sustento exclusivo do bicho-da-seda (*Agricultura. Da cultura das amoreiras*, in «O Panorama», vol. I.º, série 2.ª, 1842, p. 122).

<sup>(134)</sup> JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ, *Descrição económica da Torre de Moncorvo*, in «Memórias Económicas da Academia [...]», t. III, pp. 264-265; *Dissertações philosophico-políticas [...]*, p. [XV]; FERNANDO DE SOUSA, *A Memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo, de José Antonio de Sá (1790)*. Sep. da «Revista da Faculdade de Letras» da Universidade do Porto, série de Historia, vol. IV, 1974, pp. 102-103; J. M. AMADO MENDES, *op. cit.*, cap. III, 1.1. Na comarca de Vila Real, onde a amoreira escasseava, promovia-se a sua cultura (BPMP, ms. 294, p. 15).

<sup>(135)</sup> Até ao fim de 1804, haviam-se plantado nesta comarca 61 553 amoreiras (BPMP, *ibid.*, p. 62).

e Aveiro <sup>(136)</sup> e do Minho <sup>(137)</sup>. Nesta, devido à conjugação de factores de vária ordem — legislação <sup>(138)</sup>, iniciativas governamentais <sup>(139)</sup>, colaboração de funcionários locais <sup>(140)</sup> e, obviamente, do 2.º visconde de Balsemão —, o número de amoreiras mais do que decuplicou, saltando de 5 017, em 1802, para 50 383, no ano seguinte.

O pinheiro <sup>(141)</sup>, além de fornecer madeira <sup>(142)</sup>, resina, lenha e caruma <sup>(143)</sup>, é uma das árvores mais apropriadas para limitar o avanço das areias e dos ventos marítimos <sup>(144)</sup>. Por isso, ele encontrava-se já bastante disseminado pelas zonas litorais do Centro e Norte do País, continuando, todavia, a ser promovida a sua difusão <sup>(145)</sup>.

<sup>(136)</sup> Em 1801 e 1802 plantaram-se na comarca referida 290 amoreiras, havendo ainda mais algumas (BPMP, *ibid.*, pp. 55-58).

<sup>(137)</sup> Havia quem sugerisse que as próprias ordens religiosas colaborassem nesta tarefa (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. XXI, 1818, p. 117).

<sup>(138)</sup> Cf., entre outros diplomas, a lei de 20-11-1752 e o alvará de 6-1-1802.

<sup>(139)</sup> Recorde-se o que expusemos acerca da nomeação do 2.º visconde de Balsemão para inspector da agricultura e a sua colaboração com J. António de Sá, relativamente à cultura da amoreira.

<sup>(140)</sup> Como o corregedor de Barcelos, João Nepomuceno Pereira da Fonseca, que mereceu ao 2.º visconde de Balsemão — num ofício dirigido a D. Rodrigo de Sousa Coutinho — a seguinte referência: «Do zelo deste magistrado espero vantagens em beneficio deste tão útil ramo» (BPMP, ms. 294, p. 20).

(Hi) Referimo-nos ao pinheiro-bravo, que hoje substitui o pinheiro-manso (ORLANDO RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3.ª ed., Lisboa, 1967, p. 53).

<sup>(142)</sup> Entre as suas diversas aplicações, recorde-se a da construção naval, de relevância considerável no Noroeste (cf. MARIA ALFREDA CRUZ, *Caminha. Evolução e estrutura duma antiga vila portuária*. Sep. de «Finisterra», vol. II, 3, Lisboa, 1967, p. 91, nota 13).

<sup>(143)</sup> Sobre a utilidade do pinheiro ver: FRIDERICO LUIZ GUILHERME DE VARNHAGEN, *Manual de instruções práticas sobre a sementeira, cultura e corte de pinheiros, e conservação da madeira dos mesmos; indicando-se os methodos mais proprios para o clima de Portugal*, Lisboa, 1836, pp. 11-13; *Silvicultura*, in «O Panorama», vol. 2.º, série 2.ª, 1843, p. 197.

<sup>(144)</sup> Aludindo à plantação de pinheiros na região de Ovar, a fim de se evitar que as areias sepultassem essa grande povoação e seus campos, escreveu Reynaldo Oudinot: «A arvore silvestre propria para essas sementeiras he o nosso pinho: he o que os naturalistas indicão pelo nome de Pinho Marítimo de Malhiolo» (BPMP, ms. 294, pp. 18-19).

<sup>(145)</sup> O pinheiro-bravo foi-se expandindo por áreas anteriormente ocupadas pelo carvalho (*Quercus*), no interior, e pelo pinheiro-manso (*Pinus Pinea*), no litoral (A. TABORDA DE MORAIS, *Novas áreas da fitogeografia portuguesa*, in «Boletim da Sociedade Broteriana», vol. XIV (2.ª série), 1940, pp. 99 ss.).

Em relação ao Minho, o pinheiro aparecia já em numerosos locais <sup>(146)</sup>, sendo mesmo em alguns deles <sup>(147)</sup> a árvore mais abundante. Porém, a má qualidade dos pinheiros <sup>(148)</sup> e vários outros obstáculos <sup>(149)</sup> impediam um maior desenvolvimento desta espécie. Apesar disso, iam-se tomando algumas medidas para a sua difusão, as quais, aliadas ao seu «grande poder invasor», vieram a favorecer a considerável expansão que o pinheiro tem tido nos últimos cem anos <sup>(150)</sup>. Assim, as Câmaras da comarca de Valença ordenaram que, em cada freguesia, se fizesse uma pequena sementeira de penisco nos baldios, o que foi executado <sup>(151)</sup>. O corregedor daquela comarca, por seu turno, mandara semear 24 alqueires de pinhão num terreno baldio <sup>(152)</sup>. Na comarca de Barcelos, havia condições para se plantarem pinhais à beira-mar e nas serras entre Arouca, Paiva e Ponte d'Arda, para o que se solicitava o cuidado do Governo <sup>(153)</sup>. Refira-se, a propósito, que medidas de maior alcance foram executadas na província da Beira, onde o pinheiro estava bastante menos divulgado <sup>(154)</sup>.

Quanto à oliveira, é conhecido o trajecto do seu avanço no sentido sul-norte <sup>(155)</sup>. Tendo atingido no século XVI as terras do norte,

<sup>(146)</sup> Em diversos concelhos da comarca de Viana havia muitos pinheiros, declarando-se que, em Monção, Amares e Couto de Rendufe, eram de mais (BPMP, ms. 294, pp. 50 e 52). Sabe-se, de igual modo, que a madeira de pinho era exportada (BPMP, *id.*, p. 37), indo quantidade apreciável para a Galiza (J. LUCAS LABRADA, *op. cit.*, p. 163); ANTONIO MELJIDE PARDO, *Aspectos del comercio gallego de exportación a Portugal en el siglo XVIII*, La Coruña, 1974, pp. 8-9).

<sup>(147)</sup> Em Esposende, por exemplo (BPMP, ms. 294, pp. 43-44).

<sup>(148)</sup> Como sucedia na comarca de Guimarães (cf. *infra*, p. 79).

<sup>(149)</sup> Analisados meticulosamente por C. Gomes de Vilas-Boas (BPMP, ms. 294, pp. 36-39 e 44; A. CRUZ, *op. cit.*, pp. 93-94 e 100).

<sup>(150)</sup> ORLANDO RIBEIRO, *Geografía de España y Portugal* (dir. por Manuel de Terán), t. V — *Portugal*, Barcelona, 1955, p. 61 ; *Portugal, o Mediterráneo e o Atlántico*, p. 53.

<sup>(151)</sup> Os pinheiros já estavam crescidos em 1806.

<sup>(152)</sup> O qual tinha 200 varas quadradas e se localizava na freguesia da Gandra, termo de Valença (BPMP, ms. 294, pp. 65 e 80).

<sup>(153)</sup> Também num relatório sobre a comarca de Viana se preconizava a melhoria das sementes dos pinheiros (BPMP, *id.*, p. 53).

<sup>(154)</sup> Na comarca de Aveiro foram semeados 836 alqueires de pinhão — salientando-se Recardães, Bemposta e Águeda (no ms. Águeda de Cima), onde foram semeados respectivamente 300, 200 e 197 alqueires — e na de Lamego 75 alqueires (BPMP, *id.*, pp. 55-58 e 62).

<sup>(155)</sup> Cf. *Azeite*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. 1, pp. 263-264; J. M. AMADO MENDES, *op. cit.*, cap. III, 1.1.

nas proximidades da linha do Douro <sup>(156)</sup>, e após o impulso dado à sua cultura pela Abadia de Tibães — nas suas terras — durante o século XVII <sup>(157)</sup>, qual a difusão desta árvore no Minho, na transição de Setecentos para Oitocentos <sup>(158)</sup>?

Da conjugação de elementos fornecidos por algumas fontes, relativas a este período, infere-se ser então ainda escassa a produção de azeite no Minho, apesar de já se terem alcançado alguns progressos <sup>(159)</sup>. A conclusão análoga nos leva a leitura da *Memória* do 2.º visconde de Balsemão que, por um lado, assinala a existência de algumas oliveiras em localidades das comarcas do Porto, Braga e Penafiel e, de pouco azeite, na de Guimarães <sup>(160)</sup>; por outro, acrescenta insistentemente — como que a sugerir o aumento do seu cultivo — «dão-se [ou vejetão] mui bem» <sup>(161)</sup>. Sobre a comarca de Braga, indica haver ali 123 oliveiras, mas cuja produção era mui pequena <sup>(162)</sup>. Pelos ofícios e relatórios enviados ao 2.º visconde de Balsemão, somos informados que era na comarca de Penafiel que se concentrava um maior número de oliveiras (9 440), distribuídas pelos diversos concelhos <sup>(163)</sup>. No termo

(156) F.- P. LANGHANS, *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*. Sep. do «Boletim da Junta Nacional do Azeite», Lisboa, 1949, p. 135; O. RIBEIRO, *Geografía de España y Portugal*, t. V, p. 156; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 68.

(157) AURÉLIO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 268-272.

(158) A. Sampaio que, como o visconde Villarinho S. Romão (*op. cit.*, pp. 115-116), constatara a escassez da oliveira no Noroeste ainda no final do século passado, informa: «No Minho, consta que grande numero de oliveiras existentes data do princípio do século [XIX], plantadas por iniciativa d'um arcebispo de Braga, que premiava as estacas enraizadas» [cita SOARES FRANCO, *Die. d'Agr.*, I, p. 145] (A. SAMPAIO, *Estudos históricos e económicos*, vol. I, pp. 110-111 e 489).

(159) CONSTANTINO BOTELHO DE LACERDA LOBO, *Viagem sobre a agricultura da provincia do Minho, feita no anno de 1789*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XIX, 1817, pp. 446-447; *Memoria sobre a agricultura da provincia de Entre Douro e Minho*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XIV, 1816, p. 307; JORGE DE MACEDO e JOSÉ D. LUCAS BAPTISTA, *Documentos para a historia da agricultura em Portugal*, in «A Voz da Lavoura», ano II, n.º 14, 15 de Fevereiro de 1960, p. 4.

(160) Cf. *infra*, pp. 75, 79, 80, 86, 87 e 89.

(161) *Id.*, pp. 77, 87 e 89.

(162) *Id.*, p. 80; BPMP, ms. 294, p. 63.

(163) BPMP, ms. 294, p. 29, e Anexo II deste artigo. A maior parte encontrava-se no termo de Penafiel (5 110) e nos concelhos de Gestaçõ (1 323), Sta. Cruz (1 263) e Gouveia (800). O concelho de Unhão, com 50 oliveiras, vinha em último

de Esposende havia algumas oliveiras, mas em pequeno número (164). Em relação à comarca de Valença, dispomos de um dado que nos parece de algum interesse: «[...] a principal cultura das terras desta comarca consiste em milho e secundariamente em senteio, vinho e algum trigo e *principios de azeite*» (165). Este colher-se-ia no termo de Valença, onde já havia muitas oliveiras em fazendas particulares e cuja cultura se esperava que aumentasse, por o terreno ser adequado (166).

Concluindo : as referências à oleicultura nas comarcas de Penafiel, Porto, Braga, Barcelos e Guimarães, a ausência de informações sobre a de Viana e a passagem transcrita, referente à de Valença, levam-nos a admitir ter-se verificado no Minho o que, *grosso modo*, se havia passado no País, quanto à mencionada progressão da oliveira de sul para norte (167).

Outros aspectos, como as produções, as técnicas agrícolas (168) e os obstáculos que então dificultavam o desenvolvimento da agricultura — tão frequentemente tratados em escritos da época (169) — mereciam ainda ser analisados. Porém, a fim de não nos alongarmos demasiado, consideremos de forma breve alguns outros domínios (170).

lugar, não obstante em 1789 já haver ali quem colhesse 9 almudes de azeite (C. B. DE LACERDA LOBO, *Memoria sobre a agricultura* [...], cit., p. 307).

(164) BPMP, ms. 294, pp. 43-44.

(165) Id., *ibid.*, pp. 64-65 e 79. Sublinhado nosso.

(166) Id., *ibid.*, p. 27.

(167) Na província da Beira também a cultura oleícola progredia, como se comprova pelas 10 286 oliveiras plantadas nos vários concelhos da comarca de Aveiro, em 1801 e 1802, destacando-se Águeda (no ms. Águeda de Cima) (3 492), Oliveira do Bairro (3 276), cidade de Aveiro e seu termo (1 348) e Bemposta (1 000) (BPMP, ms. 294, pp. 55-58).

(168) Cf. *infra*, pp. 83-84; BPMP, ms. 294, pp. 42-43.

(169) A. BALBI, *op. cit.*, 1.1, pp. 162-165; MOSES BENSABAT AMZALAK, *O «Despertador da agricultura em Portugal» e o seu autor, o Intendente D. Luiz Ferrari Mordau*, Lisboa, 1951; ANTT, *Ministério do Reino*, maço 356, «Prospecto historico da agricultura da provincia do Minho [...]», fis. 3-12; BPMP, ms. 1743, «Reflexoens sobre o augmento d'agricultura em Portugal», caps. 2.º e 3.º, fls. 2-11; BNL, ms. 10 749, «Memoria sobre o restabelecimento da agricultura em Portugal», por L.M.P.S.C. [2.º visconde de Balsemão], secção 1.ª, fls. 4-6.

(170) Sobre os quais temos poucos elementos, pois além de o A. da *Memória* só apresentar algumas ideias gerais acerca deles (manufacturas, comércio e indústria, como consta do respectivo título, e ainda estradas, montes, rios e navegação), as informações, que lhe foram remetidas (BPMP, ms. 294), também pouco acrescentam.

#### 4.2. Pesca (ni)

A actividade piscatoria encontrava-se em crise no final de Setecentos e começos de Oitocentos. Prova-o a *Memória* do 2.º visconde de Balsemão e, mais desenvolvidamente, os trabalhos de Lacerda Lobo sobre esta matéria (172). Entre as várias causas da crise apontavam-se : as elevadas despesas inerentes ao exercício da pesca, a carência de capital, a miséria e falta de instrução dos pescadores, os pesados tributos (173) e vexações a que estavam sujeitos e a pouca liberdade que tinham no desempenho das suas funções (174). Todos conheciam estes males, mas não os remediavam (175), como aliás viria a acontecer ainda durante muito tempo (176), apesar de algumas medidas tomadas (177).

(171) A fim de completarmos as referências ao sector primário, tratamos aqui desta actividade, seguindo assim uma ordem diferente da adoptada pelo 2.º visconde de Balsemão.

(172) CONSTANTINO BOTELHO DE LACERDA LOBO, *Memoria sobre a decadencia da pescaria de Montegordo*, in «Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. III, Lisboa, 1791, pp. 351-374; *Memoria sobre a decadencia das pescarias de Portugal*, id., t. IV, Lisboa, 1812, pp. 312-383; *Memoria sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da pescaria de Entre Douro e Minho*, ibid., pp. 384-415 (ver extractos destas últimas duas *Memórias*, referentes à Póvoa do Varzim, no Boletim Cultural «Póvoa do Varzim», vol. I, n.º 2, 1958, pp. 238-257); *Memoria sobre o estado das pescarias na costa do Algarve no ano de 1790*, id., t. V, Lisboa, 1815, pp. 94-137.

(173) Cujá isenção, temporária e sob certas condições, era proposta (JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, *Memoria sobre a pesca das baleias e extracção do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*, in «Memorias Económicas da Academia [...]», t. II, Lisboa, 1790, p. 390).

(174) Cf. *infra*, pp. 102-103; C. B. DE LACERDA LOBO, *Memoria sobre a decadencia das pescarias [...]*, pp. 356 ss.; A. BALBI, *op. cit.*, t I, pp. 117-181; *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. XXIII, 1818, p. 225.

(175) Cf. *infra*, p. 102.

(176) A. A. BALDAQUE DA SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal, comprehendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido ao anno de 1886*, Lisboa, 1891, p. 427; J. P. OLIVEIRA MARTINS, *Portugal nos mares*, vol. I, 3.ª ed., Lisboa, 1924, pp. 255-265; V. VILLARINHO DE S. ROMÃO, *op. cit.*, pp. 89-94; RAUL BRANDÃO, *OS pescadores*, 3.ª ed., Paris — Lisboa — Porto — Rio de Janeiro, 1924, pp. 57-60.

(177) Alvará de 3-V-1802; *A Terra-Nova e a pesca do bacalhau*, in «O Panorama», vol. III, 1839, p. 10.

O 2.º visconde de Balsemão indica os seguintes portos de pesca: S. João da Foz, Matosinhos, Leça, Vila do Conde, Esposende, Fão e Viana (178). A estes devem acrescentar-se, pela sua importância, os da Póvoa do Varzim e Caminha (179). Relativamente ao número de pescadores, destacavam-se a Póvoa do Varzim (1 340) e Vila do Conde (354), seguindo-se-lhes Fão (172), S. João da Foz (140), Matosinhos, Esposende e Viana (120 cada) e Caminha (100) (180). Posteriormente, verificou-se um considerável progresso em Matosinhos (181) e na Póvoa do Varzim (182).

De entre as várias espécies de peixe capturado, a maior parte era sardinha — muita da qual se destinava à salga — e pescada (183). Todavia, o pescado era insuficiente para o consumo, pelo que tinha de ser importado (184), sem embargo das condições favoráveis oferecidas pela extensão da costa e os numerosos rios do Noroeste (185).

Utilizavam na pesca diversos tipos de embarcações (186) e apare-

(178) cf. *infra*, p. 103. Sobre o estado da pesca naquelas localidades ver C. B. DE LACERDA LOBO, *Memoria sobre algumas observações [...] relativas ao estado da pescaria da província de Entre Douro e Minho*, pp. 398 ss..

(179) C. B. DE LACERDA LOBO, *ibid.*, pp. 406-408 e 412-415.

(180) Id., *ibid.*, pp. 399-415; A. BALBI, *op. cit.*, t. I, p. 183. Os números fornecidos por este A., que geralmente diferem dos de Lacerda Lobo, foram transcritos pelo V. VILLARINHO DE S. ROMÃO, *Op. Cít.*, p. 90.

(181) O centro piscatório mais importante do País (HORÁCIO MARÇAL, *A lota de Matosinhos*. Sep. do «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», n.º 16, 1969, p. 3), onde a pesca atinge 34,4% do total nacional (JORGE DIAS, *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*, Lisboa, 1949, p. 28).

(182) Onde, em cerca de um século, o número de pescadores passou de 1 340 — entre pais e filhos (LACERDA LOBO, *op. cit.*, p. 406) — a 7 928 (ADOLPHO LOUREIRO, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. I, Lisboa, 1904, p. 198).

(183) Cf. *infra*, pp. 103-105; LACERDA LOBO, *op. cit.*, pp. 391-395.

(184) Uma das consequências de se ter descurado o que dizia respeito à pesca, desde o início do século XVI (JOAQUIM NEVES DOS SANTOS, *Pescadores do Leça e artes de pesca*, Guifões — Matosinhos, 1958, p. 23).

(185) Cf. *infra*, p. 102.

(186) Ver C. B. DE LACERDA LOBO, *op. cit.*, pp. 399 ss.; A. A. BALDAQUE DA SILVA, *op. cit.*, pp. 371-416; OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS, *Barcos*, in «A Arte Popular em Portugal», vol. III, Lisboa, s.d., pp. 339-403; *Barcos da costa norte, sua contribuição no estudo de áreas culturais*, Porto, 1965. Sep. de «Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia» («Lucerna», vol. IV, 1965); ROCHA MADAHIL, *Barcos de Portugal*, in «Vida e Arte do Povo Português», Lisboa, 1940, pp. 53-66.

lhos (187). De entre aquelas, o 2.º visconde de Balsemão menciona os saveiros — grandes e pequenos—, os caíques (188), as lanchas e os catraios, fornecendo alguns pormenores interessantes sobre as suas características (189). Relativamente aos aparelhos de pesca, indica: espinhéis ou redes de armação, tresmalhos, redes de arrastar, cubas, tarrafas e fisgas (190). Também estas informações se revestem de certa importância, visto entretanto se terem deixado de utilizar alguns dos mencionados aparelhos (191).

#### 4.3. Indústria

A análise sucinta da indústria na província do Minho, feita pelo 2.º visconde de Balsemão, incide especialmente nos seguintes pontos: situação em que se encontrava, ramos mais importantes e sua distribuição geográfica, maquinaria, fábricas e oficinas.

Apesar de as informações inseridas na *Memória* não o indicarem claramente (192), a situação da indústria minhota era pouco satisfatória. Na verdade, a concorrência britânica e as invasões francesas refrearam o desenvolvimento industrial (193) que se vinha processando desde o período pombalino (194), datando o testemunho que apresentamos

(187) C. B. DE LACERDA LOBO, *ibid.*; A. A. BALDAQUE DA SILVA, *op. cit., passim*; J. NEVES DOS SANTOS, *op. cit.*, pp. 25 ss..

(188) Q<sub>ig</sub> distingue dos da costa do Algarve (ver ALBERTO IRIA, *AS caravelas do Infante e os caíques do Algarve. Subsídios para o estudo da arqueologia naval portuguesa*, Lisboa, 1963; ROCHA MADAHIL, *op. cit.*, pp. 57-58; A. A. BALDAQUE DA SILVA, *op. cit.*, p. 372, gravura).

(189) Cf. *infra*, pp. 103-104.

(190) *Id.*, pp. 104-105.

(191) É o caso, por exemplo, das armações fixas à valenciana que, sendo uma arte de pesca das mais antigas da nossa costa, foi abandonada pelos inícios do presente século (J. NEVES DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 30). Também a tarrafa, nos fins do século passado, já apenas se empregava na enseada de entre os cabos da Rocha e Espichei e na enseada de Setúbal para a pesca da sardinha (A. A. BALDAQUE DA SILVA, *op. cit.*, p. 240).

(192) Cf. *infra*, pp. 97-98.

(193) JORGE BORGES DE MACEDO, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963, *passim*; J. M. AMADO MENDES, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», n.º 61/62, 1980, pp. 31-34.

(194) LUÍS FERNANDO DE CARVALHO DIAS, *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955. Sep. do «Boletim de Ciências Económicas» da Faculdade de Direito

exactamente do início de uma nova fase de recuperação <sup>(195)</sup>, que se prolongaria durante mais de uma década <sup>(196)</sup>.

Se é certo que no Noroeste se produzia a maior parte dos artigos necessários <sup>(197)</sup>, não é menos verdade que se podem distinguir alguns sectores — pelo número de pessoas que mobilizavam, pelo valor da produção, etc. —, como fez L. M. de Sousa Coutinho. Assim, a indústria têxtil, a cerâmica e a serralharia merecem algumas considerações.

À têxtil pertenciam duas das três fábricas que «laboravam em grande» <sup>(198)</sup>: a de tecidos de algodão, de Clamouse Brown, e a de lanifícios, de Domingos Martins Gonçalves, ambas localizadas em Lordelo do Ouro <sup>(199)</sup>. A causa fundamental da decadência da primeira — que, com as restantes onze do ramo existentes no Porto já se encontrava nessa situação em 1813 <sup>(200)</sup> — era o atraso tecnológico, pois que, tendo os seus artigos atingido determinado nível quanto à qualidade, não podiam competir com os estrangeiros no que se refere à mão-de-obra, por falta de maquinaria apropriada <sup>(201)</sup>. Inversamente, os produtos da fábrica de lanifícios, apesar da relativa antiguidade

de Coimbra, vol. III, n.º 4, 1954, e vol. IV, n.º 1, 1955; *Fábricas que tínhamos no fim do século passado*, in «O Panorama», vol. XIV, 1857, pp. 367-368 (apresenta ligeiras alterações relativamente ao transcrito por L. F. DE CARVALHO DIAS, *op. cit.*, pp. 78-80); AGOSTINHO REBELO DA COSTA, *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, 2.ª ed., Porto, 1945, pp. 14-15 e 274-282; JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, *Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios de Economia Política*, t. I, Lisboa, 1814, pp. 177-219.

<sup>(195)</sup> VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, 1955, p. 280; JOEL SERRÃO, *A indústria portuense em 1830*, in «Bulletin d'Études Historiques», n.º 1, 1953, pp. 7ss.; *Temas oicocentistas. Para a historia de Portugal no século passado*, Lisboa, 1959, pp. 131ss. A aludida recuperação é interpretada de modo diferente por J. Borges de Macedo *{op. cit., pp. 245-247}*, que lhe atribui menor significado. Segundo um capitalista coevo, em 1816 ainda a industria se encontrava decadente *{O Investigador Portuguez em Inglaterra, vol. XVII, 1816, pp. 125-132}*.

<sup>(196)</sup> JOEL SERRÃO, *obs. cit.*; A. BALBI, *op. cit.*, t. I, pp. 442-462.

<sup>(197)</sup> cf. *infra*, p. 97; A. BALBI, *ibid.*, p. 461.

<sup>(198)</sup> A terceira era de arcaria de ferro, à qual nos referiremos adiante.

<sup>(199)</sup> cf. *infra*, p. 98. Esta localidade ficava então a meia légua da cidade do Porto (A. REBELO DA COSTA, *op. cit.*, p. 190), a cuja comarca pertencia (A. CRUZ, *op. cit.*, p. inum.).

<sup>(200)</sup> j. ACÚRSIO DAS NEVES, *op. cit.*, t. I, p. 211.

<sup>(201)</sup> Cf. *infra*, p. 98.

desta <sup>(202)</sup>, não haviam ainda alcançado a perfeição desejada, principalmente no domínio da tinturaria <sup>(203)</sup>.

Havia na província muitas outras fábricas de menores dimensões e oficinas, desempenhando o trabalho domiciliário — em especial o feminino — importante papel na indústria algodeira e de lanifícios <sup>(204)</sup>. O mesmo se passava com as indústrias da seda e do linho, dispersas pela província, ainda que com maior implantação em certas localidades. Relativamente à da seda <sup>(205)</sup>, podem mencionar-se o Porto e arredores, Braga <sup>(206)</sup> e Guimarães, embora ela se encontrasse em crise <sup>(207)</sup>. A do linho estava bastante mais difundida pelo Noroeste <sup>(208)</sup> — como sucedia na vizinha Galiza <sup>(209)</sup> —, salientando o 2.º visconde de Balsemão a «bondade» do tecido confeccionado na Lixa e em Penafiel <sup>(210)</sup>.

(202) Havia-lhe sido passada licença pela Junta do Comércio, no tempo do marquês de Pombal (L. F. DE CARVALHO DIAS, *op. cit.*, p. 63).

(203) cf. *infra*, p. 98. Pouco depois, J. Acúrsio das Neves referia-se de igual modo à inferioridade dos nossos lanifícios, comparativamente aos ingleses, sob o mesmo ponto de vista {*Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, [2.ª ed.?], Lisboa, 1964, p. 61. Sep. de «Ciência e Técnica Fisca», n.º 59, Novembro de 1963).

(204) cf. JOEL SERRÃO, *Temas oitocentistas*, pp. 145-147. Apesar disso, a produção na indústria de lanifícios ia progredindo, ainda que lentamente {*Estado das manufacturas de Iam desde 1811 até 1816*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XVIII, 1817, p. 403}.

(205) Da qual não existiam propriamente fabricas, mas sim teares dispersos (cf. *infra*, p. 97).

(206) J. ACÚRSIO DAS NEVES, *Varietades* [...], t. I, pp. 196-197; D. SEBASTIÃO PESSANHA, *A fiação e a tecelagem manuaes em Portugal. I — Os tecelões-paramenteiros de Braga*, in «Terra Portuguesa», ano I.º, n.º 8, Setembro de 1916, pp. 57-62.

(207) Em Braga, em 1811, três das seis fábricas existentes estavam fechadas (J. ACÚRSIO DAS NEVES, *ibid.*).

(208) Segundo A. Rebelo da Costa, a produção de panos de linho no Minho ultrapassava a do conjunto das restantes províncias {*op. cit.*, p. 12}.

(209) RAMÓN OTERO PEDRAYO, *Producción y comercio de linos y lienzos*, in «Cuadernos de Estudios Gallegos», t. XVI, 48, 1961, pp. 137-140.

(210) Cf. *infra*, p. 99. Às tecedeiras de Penafiel foi dado *Regimento de officio* no século XVIII {*Historia e Memorias da Academia Real das Sciendas de Lisboa*, t. X, parte II, Lisboa, 1830, p. 40}. Contudo, também o «panno de linho do Porto» era bem conhecido (J. P. C. CASADO GIRALDES, *Entre Douro e Minho*, in «Tratado completo de cosmographia e geographia-historica, physica e commercial, antiga e moderna», vol. I, Paris, 1825, p. 81).

A cerâmica registou nítidos progressos na segunda metade do século XVIII e começos do XIX, especialmente no Porto <sup>(211)</sup>. Entre as fábricas mais importantes desta cidade, contavam-se as do Cavaco e de Miragaia, referidas na *Memória* transcrita <sup>(212)</sup>. A fábrica do Cavaco — ou do Cavaquinho — localizava-se nos limites de Vila Nova de Gaia <sup>(213)</sup> e havia sido fundada pelo Dr. Domingos Vandelli e dois sócios, em 1786 <sup>(214)</sup>. A louça de pó de pedra que nela se fabricava — a qual imitava «mui bem a vinda de fora» <sup>(215)</sup> — representava uma novidade na indústria nacional, passando a substituir a sua congénere inglesa <sup>(216)</sup>. A fábrica de Miragaia (faiança) <sup>(217)</sup>, por seu lado, esteve em laboração durante 77 anos (1775-1852), alcançando assinalável êxito <sup>(218)</sup>. Existiam outras fábricas e oficinas no Minho <sup>(219)</sup>, tornando-se todavia necessário — segundo a fonte que apresentamos — escolher o barro mais criteriosamente e aperfeiçoar a técnica de fabrico <sup>(220)</sup>.

<sup>(211)</sup> Das 56 fábricas fundadas no País entre 1767 e 1810, 5 pertenciam à capital do Norte (J. BORGES DE MACEDO, *op. cit.*, p. 229). Ver VASCO VALENTE, *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*, Porto, s.d., p. 16 e, em geral, toda a obra; JOAQUIM DE VASCONCELLOS, *Notas sobre as fabricas de cerâmica no Porto*, in «Exposição de cerâmica. Documentos coordenados (com uma serie de marcas ineditas)», Porto, 1883, pp. 25-29; JOSÉ QUEIROZ, *Cerâmica portuguesa*, Lisboa, 1907, p. 109. Este A. dilatou o referido período a todo o século XVIII, o que é exagerado, como já notou Vasco Valente *{op. cit.*, p. 16).

<sup>(212)</sup> Cf. *infra*, p. 99.

<sup>(213)</sup> Em terrenos da Quinta de Val de Amores, onde havia uma outra fábrica — a Real Fábrica do Cavaquinho (faiança) — fundada em 1768 (VASCO VALENTE, *op. cit.*, pp. 83-97).

<sup>(214)</sup> VASCO VALENTE, *op. cit.*, pp. 99-122; JOSÉ QUEIROZ, *op. cit.*, pp. 124-129; JOAQUIM DE VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 27; JOÃO ANTÓNIO MONTEIRO D'AZEVEDO, *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya*, 3.<sup>a</sup> ed., Porto, 1861, p. 77, nota 3, e pp. 184-185; alvarás de 20-XII-1793 e 10-11-1794; provisão de 20-VII-1803.

<sup>(215)</sup> Cf. *infra*, p. 99.

<sup>(216)</sup> VASCO VALENTE, *op. cit.*, p. 120.

<sup>(217)</sup> Construída na Rua da Esperança, contígua à igreja de S. Pedro de Miragaia (VASCO VALENTE, *op. cit.*, p. 60).

<sup>(218)</sup> VASCO VALENTE, *op. cit.*, pp. 57-74; JOSÉ QUEIROZ, *op. cit.*, pp. 115-120; JOAQUIM DE VASCONCELLOS, *op. cit.*, pp. 26-27.

<sup>(219)</sup> Peio porto de Esposende, por exemplo, exportava-se louça grossa (BPMP, ms. 294, p. 46; A. CRUZ, *op. cit.*, p. 101).

<sup>(220)</sup> Cf. *infra*, p. 99.

O ferro era trabalhado em diversas serralharias (221), dispersas pelo Noroeste, e na fábrica de arcaria, situada em Crestuma, que estava sob a administração da Companhia das Vinhas do Alto Douro (222). Era uma das três que laboravam «em grande» (223), encontrando-se ligada à importante actividade vitivinícola, por meio da sua participação no fabrico do vasilhame (224).

Podiam referenciar-se diversos outros ramos da indústria, desde os curtumes e da cutelaria, ao calçado, à chapelaria, ourivesaria, etc. Guimarães (225), Braga (226) e Porto (227) eram alguns dos centros onde aquelas actividades se exerciam.

A indústria da província do Minho no período focado, considerada de forma global, apresenta três traços característicos: 1.º — proliferação de sectores, o que permitia obviar às principais carências quotidianas locais ou regionais; 2.º — baixo nível tecnológico — tendo em vista os progressos já ao tempo alcançados pela Grã-Bretanha —, o qual se viria a manter até mais tarde do que em Lisboa (228); 3.º — estrutura basicamente oficial — com escasso número de fábricas de certa envergadura (229 230)—, na qual a mão-de-obra domiciliária e feminina ocupava ainda uma função extraordinariamente significativa (230).

(221) Nas quais se produziam «podões, fources, fexaduras, feixos pedrezes, aldraves e lemes de portas» (cf. *infra*, p. 99), além de diversos outros artigos.

(222) Cf. *infra*, p. 98.

(223) As outras duas pertenciam à têxtil, como vimos.

(224) o aumento da procura terá feito progredir o número das ferrarias e serralharias no Porto, passados alguns anos, pois das 28 existentes em 1830, 27 haviam sido fundadas depois de 1820 (JOEL SERRÃO, *Temas oitocentistas*, p. 148). A. BALBI (*op. cit.*, 1.1, p. 450) já menciona ferrarias em Guimarães, Porto e Braga. Contudo, também neste domínio a concorrência britânica se fez sentir duramente (J. BORGES DE MACEDO, *op. cit.*, p. 245), como viria a mostrar a própria decadência das ferrarias da Foz do Alge, passado algum tempo.

(225) Cf. *infra*, p. 99; J. ACÚRSIO DAS NEVES, *op. cit.*, t. I, pp. 203-205.

(226) cf. *infra*, p. 99; J. ACÚRSIO DAS NEVES, *ibid.*, p. 196.

(227) j. ACÚRSIO DAS NEVES, *ibid.*, pp. 209-210; A. BALBI, *op. cit.*, t. I, pp. 452-453.

(228) JOEL SERRÃO, *Temas oitocentistas*, p. 138; *A indústria portuense*, cit., pp. 13-14.

(229) Cf. *infra*, pp. 98.

(230) Como já foi destacado por Joel Serrão (*Temas oitocentistas*, pp. 145-147).

## 4.4. Comércio e estradas

4.1.1. O desenvolvimento económico, a localização geográfica da província do Minho—junto à costa e contígua à região vinícola do Douro — e a vasta rede fluvial <sup>(231)</sup> contribuía para uma intensa actividade comercial <sup>(232)</sup>. Esta, no prosseguimento da evolução que vinha registando desde as primeiras décadas de Setecentos <sup>(233)</sup>, acentuou-se consideravelmente nos últimos anos daquela centúria e primeiros da seguinte <sup>(234)</sup>. Tal como o 2.º visconde de Balsemão, consideremos separadamente o comércio interno e o externo.

O primeiro era praticado nas próprias localidades — em lojas, tendas, mercados e feiras —, entre a população local ou entre esta e a de outras povoações. Comerciam artigos variados — agrícolas, gados, artefactos, etc. —, alguns dos quais provinham das províncias limítrofes <sup>(235)</sup> e do estrangeiro. Havia elevado número de «mercados» <sup>(236)</sup>

<sup>(231)</sup> Com a vantagem de os rios serem em parte navegáveis (ANTÓNIO PEDRO VICENTE, *Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal. 1762-1796*, in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 41.º vol., 1971, p. 177).

<sup>(232)</sup> A qual, para o 2.º visconde de Balsemão, tornava o Minho a província mais rica de Portugal (cf. *infra*, p. 100).

<sup>(233)</sup> VIRGÍNIA RAU, *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII*, Porto, 1958 ; ÁGUEDO DE OLIVEIRA, *A movimentação marítima do Porto no século XVIII, segundo uma monografia da professora Virgínia Rau*, Bragança, 1973; H. E. S. FISHER, *The Portugal Trade. A Study of Anglo-Portuguese Commerce. 1700-1770*, Londres, 1971.

<sup>(234)</sup> Como aliás sucedeu em todo o País (J. BORGES DE MACEDO, *Problemas de história da indústria portuguesa* [...], p. 235; ALBERT SILBERT, *Portugal perante a política francesa (1799-1814)*, in «Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista», Lisboa, 1972, pp. 46-47).

<sup>(235)</sup> Do Minho ia sal para a região do Barroso, onde o permutavam por centeio (MANOEL ANTONIO DE MORAES MENDONÇA, *Memória que contém huma breve descrição de MonPAlegre ou Barroso* [...], in «Jornal de Coimbra», vol. III, 1813, p. 338; A. SILBERT, *Le problème agraire portugais* [...], p. 288. Do Barroso também se «exportava» gado de criação (M. A. DE MORAES MENDONÇA, *ibid.*, p. 339), grande parte do qual para a província do Minho. Diversos géneros agrícolas do Alto Douro eram consumidos no Porto e subúrbios ou exportados (A. REBELO DA COSTA, *op. cit.*, pp. 273-274).

<sup>(236)</sup> Esta designação abrangia as próprias feiras, como sucedia noutros trabalhos (cf. HENRIQUE PAL Y ART, *Segunda memória que sobre a instituição dos portos francos tem a honra de offerecer aos negociantes portugueses*, Lisboa, 1824, p. 6). Noutro local da sua *Memória*, também o A. se refere a feiras (cf. *infra*, p. 86).

no Minho, chegando os lavradores a vender e comprar os seus gados quatro e cinco vezes por mês, o que se tornava prejudicial, quer pelo tempo que lhe roubava e que apenas era módicamente remunerado, quer pelo cansaço que provocava aos animais <sup>(237)</sup>.

As transacções eram efectuadas «a dinheiro de contado» ou por troca directa de produtos <sup>(238)</sup>. Quanto a preços, o 2.º visconde de Balsemão só fornece o seguinte elemento: calculava-se que o vinho de embarque, de segunda qualidade, entre 1804 e 1808 havia sido pago ao lavrador ao preço médio de 30 000 réis por pipa <sup>(239)</sup>. Embora não nos informe acerca das variações ao longo do quinquénio <sup>(240)</sup> nem da fonte em que se baseou, a indicação do aludido preço — pago ao lavrador, excluindo o lucro dos exportadores e comissários, as luvas dos lavradores e os direitos <sup>(241)</sup> — raramente aparece nos documentos da época. Comparando aquele preço com o fornecido por outra fonte <sup>(242)</sup>, chega-se à conclusão de que, em quatro daqueles anos (1804-1807), o valor médio do vinho exportado excedia o preço pago ao lavrador entre 182% e 197% <sup>(243)</sup>, o que dá uma ideia dos lucros auferidos pelos que se dedicavam à comercialização daquele género <sup>(244)</sup>.

(237) Cf. *infra*, 100.

(238) *ibid.*

(239) Cf. *infra*, p. 101. A pipa, que no distrito do Porto equivalia a 25 almedes, tinha diferentes valores nos vários concelhos do distrito, variando entre 601,5 l (Penafiel) e 746,4 l (Soalhães) (*Mappas das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas*, Lisboa, 1868, pp. 208 e 210).

(240) Estas podem ter sido pouco significativas, dado que o preço do vinho, na região duriense, oscilava entre certos limites, estabelecidos de acordo com o diploma regulador da Companhia das Vinhas do Alto Douro (cf. J. Lúcio DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico. Esboços de história*, 3.ª ed., Lisboa, 1973, p. 434). É também o que se deduz dos números fornecidos por A. BALBI *op. cit.*, 1.1, p. 152).

(241) Cf. *infra*, p. 101.

(242) A. BALBI, *ibid.*

(243) Em 1808, quando os efeitos das invasões francesas já se faziam sentir, aquela percentagem baixou para 108 (Cálculos efectuados com base nos números fornecidos por A. BALBI, *ibid.*).

(244) Ver, sobre preços das regiões portuense e bracaraense, respectivamente V. MAGALHÃES GODINHO, *Prix et monnaies* [...], pp. 79-85, e AURÉLIO DE OLIVEIRA, *Elementos para a história dos preços na região bracaraense (1680-1830)*, in «Bracara Augusta», vols. XXV-XXVI, n.ºs 59-62 (71-74), anos de 1971 e 1972, pp. 125-141.

Sobre o comércio externo, já dispomos de vários estudos — relativos à região <sup>(245)</sup> e ao País <sup>(246)</sup> —, pelo que pouco acrescentaremos. L. M. de Sousa Coutinho refere-se às exportações e às importações. Daquelas destaca os artigos industriais — ferragens e tecidos — e o vinho, especialmente o de ramo, enviados para as colónias portuguesas. O vinho de embarque ou de feitoria (vulgarmente conhecido por *vinho do Porto*) era exportado sobretudo para a Grã-Bretanha. Nos anos de 1804 a 1808 — informa o 2.º visconde de Balsemão —, exportaram-se 265 782 pipas daquele vinho (cujo valor, pago ao lavrador ao preço indicado, era de 7 973 460S000 <sup>(247)</sup>), o que corresponde à média anual de 53 156,4 pipas <sup>(248)</sup>. A este comércio estava ligada a Companhia das Vinhas do Alto Douro e elementos das burguesias portuense <sup>(249)</sup> e britânica. Era esta, todavia, que desempenhava o papel mais relevante, como já foi salientado <sup>(250)</sup>. Acerca das importações, são mencionados, por exemplo, os cereais, vários artigos industriais e matérias-primas para as manufacturas <sup>(251)</sup>. Apesar de o 2.º visconde de Balsemão não o indicar, alguns dos artigos referidos provinham da

(245) A. REBELO DA COSTA, *Descrição histórica e topográfica da cidade do Porto*, pp. 242ss.; VIRGÍNIA RAU, *op. cit.*

(246) MARIA DE LOURDES ROQUE DE AGUIAR RIBEIRO, *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as «Balanças de Comércio». 1801-1821*, Lisboa, 1972; JOSÉ LUÍS SUL MENDES, *Introductory Notes to balance sheets for trade between Portugal and the United States, 1783-1831*, in «Studies in Honor of the Bicentennial of American Independence», Lisboa — Portugal, 1976, pp. 53-236; SANDRO SIDERI, *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas* (Trad. do inglês), Lisboa, 1978, pp. 63 ss.; J. Lúcio DE AZEVEDO, *op. cit.*, pp. 385ss.; JORGE DE MACEDO, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, 1962.

(247) E não 7 972 460S000, como indica o A. da *Mem.* (cf. *infra*, p. 101).

(248) *ibid.*

(249) A supremacia do Porto, do ponto de vista comercial, acentuou-se sobretudo a partir de meados do século XVIII, o que terá contribuído para a decadência de outras localidades do litoral, como, por exemplo, Viana do Castelo (A. REBELO DA COSTA, *op. cit.*, pp. 9-10 e 78).

(250) VIRGÍNIA RAU, *op. cit.*, pp. 16, 22 e 24; JORGE DE MACEDO, *O Bloqueio Continental*, pp. 70, 75 e 88.

(251) Cf. *infra*, 101.

Galiza — para onde exportávamos outros —, com a qual se mantinha intenso comércio legal <sup>(252)</sup> e ilegal <sup>(253)</sup>.

4.1.2. A rede rodoviária de um país ou região condiciona toda a sua vida <sup>(254)</sup>. Compreendendo tal facto, o 2.º visconde de Balsemão fez considerações várias acerca das estradas do Minho <sup>(255)</sup>. Nesta província, como praticamente por todo o País <sup>(256)</sup>, o estado em que aquelas se encontravam era bastante mau <sup>(257)</sup>, visto serem estreitas e mal construídas, terem bastantes curvas e escassearem as pontes. A tosca construção dos carros <sup>(258)</sup>, a forma como as obras eram orientadas <sup>(259)</sup> e o pouco cuidado com a sua conservação <sup>(260)</sup> agravavam o estado das rodovias.

Alegando que não seria necessário recorrer a artistas estrangeiros para construir as nossas estradas, o 2.º visconde de Balsemão aponta como exemplo a estrada romana que ligava Braga às Gálias. Fornece alguns pormenores sobre esta via, desde o percurso <sup>(261)</sup> e traçado às

<sup>(252)</sup> J. LUCAS LABRÁDA, *op. cit.*, pp. 326-334; ANTONIO MELJIDE PARDO» *El cuerpo consular en las plazas marítimas de Galicia en el periodo de 1790 a 1840*, in «Cuadernos de Estudios Gallegos, t. XX, 60,1965, pp. 57-59; *Aspectos del comercio gallego de exportación a Portugal [...]*, cit., pp. 6-7.

<sup>(253)</sup> Actividade sobre a qual as fontes documentais pouco nos elucidam, mas que tem sido descrita com certo realismo em algumas obras literárias (BARROS FERREIRA, *Maria dos Tojos*, Porto, 1938 [no Minho]; NUNO DE MONTEMOR, *Maria Mim*, 3.ª ed., Lisboa, s.d. [na Beira]. Ver também JORGE DIAS, *Viltarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*, Porto, 1948, pp. 243-246.

<sup>(254)</sup> GONZALO MENÉNDEZ PIDAL, *Los caminos en la historia de España*, Madrid, 1951, p. 5; FRANCISCO JOSÉ DE SÁ VARGAS MORGADO, *Efeitos económico-sociais dos transportes. Sistemas de financiamento das redes rodoviárias*, Bragança, 1966, p. 9.

<sup>(255)</sup> Cf. *infra*, pp. 90-92.

<sup>(256)</sup> A. BALBI, *op. cit.*, t. I, pp. 474 ss.

<sup>(257)</sup> Sobre o estado das estradas no Alto Minho ver M. LINK, *Voyage en Portugal par M. le Comte de Hoffmansegg*, Paris, 1805, pp. 57-58.

<sup>(258)</sup> A pregaria que segurava a ferragem fazia sulcos nas estradas (cf. *infra*, p. 90). Ver VERGÍLIO CORREIA, *O carro rural*, in «Vida e Arte do Povo Português», Lisboa, 1940, p. 112; *O carro rural português*, in «Terra Portuguesa», ano 2.º, n.ºs 21 a 23, 1917, p. 208; CONDE D'AURORA, *O carro de bois minhoto. Ensaio etnográfico*, s.d., p. 17; FERNANDO GALHANO, *O carro de bois em Portugal*, Lisboa, 1973, p. 37.

<sup>(259)</sup> Cf. *infra*, pp. 91-92.

<sup>(260)</sup> *id.*, p. 91.

<sup>(261)</sup> o qual não se afastaria muito do da via medieval de Braga a Monção (cf. C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal*,

árvores que a cercavam e aos marcos miliários. Finalmente, refuta o argumento segundo o qual não havia meios para a construção de estradas, indicando as contribuições aplicadas intencionalmente para esse efeito.

O testemunho apresentado leva-nos assim a concluir que o sistema rodoviário do Noroeste, nos inícios do século passado, era extraordinariamente precário, não tanto por falta de meios económicos e humanos mas sobretudo devido a certa incúria e até corrupção <sup>(262)</sup>.

Na *Memória* transcrita, foram ainda aflorados dois outros temas: montes e rios. Quanto ao primeiro, além de fornecer elementos geográficos e geológicos — que não nos cabe aqui analisar —, o autor refere-se a vestígios de antigas explorações de minério <sup>(263)</sup>. No que se refere a cursos de água, temos alguma informação sobre a sua navegabilidade, obstáculos que a dificultavam, encanamento de rios e contribuições aplicadas sobre o vinho, destinadas às obras no rio Douro <sup>(264)</sup>. De entre os diversos números mencionados <sup>(265)</sup>, revestem-se de particular interesse os concernentes ao tributo de 40 réis, pagos por cada pipa de vinho de feitoria entrada no Porto, cujo total, em 1806 (1 2515350) e 1807 (1 0955200), permite concluir terem entrado na cidade do Porto, naqueles anos, respectivamente 31 283,75 e 27 380 pipas do dito vinho <sup>(266)</sup>.

in «A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média». Actas das I.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, t. I, Lisboa, 1973, mapa oposto à p. 50). Quase o mesmo se poderá dizer em relação à actual estrada N 101.

(262) Cf. *infra*, pp. 91-92.

(263) Cf. *infra*, pp. 92-94.

(264) *id.*, pp. 95-96.

(265) *Id.*, p. 96.

(266) o «Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho...» (da autoria de Custódio José Gomes de Vilas-Boas e concluído em 1798), que publicamos, é inédito e guarda-se no Instituto Geográfico e Cadastral. É o n.º 60 do *Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral* (Lisboa, 1969), onde se encontra descrito por H. Gabriel Mendes. Também já se lhe referiu A. Cruz (*op. cit.*, «Addenda»). Pela extraordinária riqueza de informação — geográfica, topográfica, toponímica, demográfica, administrativa e religiosa — que apresenta, bem merece ser divulgado.

Ao Sr. Eng.º Geógr.º H. Gabriel Mendes agradecemos a gentileza de nos ter sugerido a inclusão desta carta no nosso trabalho, como a mais adequada para o efeito.

## CONCLUSÃO

1. O 2.º visconde de Baisemão, Luiz Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho (1774-1832), após ter concluído o bacharelato em Filosofia (1794), desempenhou várias tarefas: serviço militar, conselheiro da Fazenda, guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, inspetor da agricultura e viagem a Londres, a solicitar auxílio ao governo britânico.

2. Promoveu o desenvolvimento da arboricultura e o aperfeiçoamento tecnológico da indústria do linho no Noroeste. Solicitou informações sobre a situação arbórea e dos baldios, tendo recebido elementos bastante esclarecedores.

3. Colaborou nas *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa — o que geralmente se tem desconhecido —, uma vez que escreveu a *Memoria sobre a descrição física e económica do lugar da Marinha Grande e suas visinhanças* (t. V, pp. 257-277), cuja autoria tem sido errada e frequentemente atribuída ao pai, o 1.º visconde de Baisemão, Luiz Pinto de Sousa Coutinho.

4. De vários trabalhos, ainda inéditos, do 2.º visconde de Baisemão, destacam-se a *Memoria sobre o restabelecimento da agricultura em Portugal* e a *Memória sobre o estado da agricultura na província do Minho* [...]

5. Nesta última (que apresentamos), o autor foca diversos assuntos: agricultura, pescas, montes, rios, indústria, comércio e estradas. Desenvolveu especialmente a 1.ª parte (agricultura), com relevo para o respeitante a baldios e arborização, fornecendo importantes elementos quantitativos.

6. Apesar de o Minho estar já então, em grande parte, cultivado, ainda apresentava uma área considerável de terrenos incultos, parte da qual era constituída por numerosos baldios. Havendo grande variedade de árvores no Noroeste, promovia-se no entanto a difusão de espécies como a amoreira, o pinheiro e a oliveira. A pesca, embora





em crise, desempenhava importante papel na região. A indústria, ainda na fase da manufactura, era variada, ocupando elevado número de pessoas, tanto nos estabelecimentos fabris e officinaes como nos domicílios. O comércio encontrava-se relativamente florescente, sobretudo no que concerne ao vinho generoso do Alto Douro. Por último, os transportes enfrentavam obstáculos vários, salientando-se, particularmente, as deficientes estradas da região.

**JOSÉ M. AMADO MENDES**

## NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

1. Manteve-se a ortografia, actualizando-se, contudo, o uso das maiúsculas, minúsculas e pontuação.
2. Ligaram-se ou desligaram-se as palavras, de acordo com as suas formas normais.
3. Desdobraram-se as abreviaturas, exceptuando as que aparecem frequentemente em escritos da época, como *rs.* (= réis) e *5.* (= Santo ou Santa).
4. Cedilhou-se o *c* com valor de *s*.
5. Suprimiu-se o cifrão e os dois pontos quando assinalavam o algarismo dos milhares, reservando-se aquele apenas para os números relativos a dinheiro.
6. Acrescentaram-se as notas de rodapé de página, pelo que foram devidamente assinaladas as poucas que pertencem ao Autor da *Memória* (A. da *Mem.*).
7. Anotaram-se algumas das alterações introduzidas pelos censores da Academia das Ciências de Lisboa (cc. da ACL).
8. O que se reconstituiu ou acrescentou ao texto vai entre [ ].

MEMORIA (i) SOBRE O ESTADO DA AGRICULTURA DA PROVINCIA  
DO MINHO, PRINCIPALMENTE TOCANTE Á PARTE FLORESTAL (2)  
E IDEAS GERA ES SOBRE O ESTADO DAS MANUFACTURAS,  
COMMERCIO E PESCA

PELO

VISCONDE DE BALSEMÃO

[P. 1 ] INTRODUÇÃO

O interesse que a todos deve merecer o conhecimento da sua propria Patria merece, em todos os tempos e por todas as nações policiadas, a maior contemplação, pelas utilidades que a ellas rezultava e á sociedade em geral. Este foi o principal motivo que me obrigou a pegar na penna para transcrever as seguintes observações, das quaes fui testemunha ocular, em virtude tanto das commissões de que tinha sido encarregado, como das differentes digressões que fui obrigado a fazer ás (3) differentes partes da provincia do Minho.

Estas observações quizera que huma melhor penna do que a minha as tivesse transcripto, para poderem ter aquelle valor e energia que o seu assumpto merece (4). Esta Memoria, que nenhum outro merecimento tem nem mesmo aquelles ornatos proprios da eloquência, versa sobre huma materia que, por si só, he bastante interessante : qual o estado da cultura de huma das nossas maiores provincias do Reÿno e [p. 2], principalmente, ao que pertence á parte florestal. Nella igualmente toco sobre outros pontos igualmente interessantes, como commercio, navegação e manufacturas. Darei igualmente huma idea geral, pelo que toca á parte geográfica e geonostica desta provincia. Tal he o seu assumpto. Dezejarei que seus erros sejam immendados, pois nesta correcção aprenderei a ser mais util á minha Patria e taes são os puros dezejos que a dictarão.

(t) «Noticias» (cc. da ACL).

(2) «com algumas» (acrescentaram os cc. da ACL).

(3) «pelas» (cc. da ACL).

(4) «que merece o seu assumpto» (ordem preferida pelos cc. da ACL, a qual indicam, como noutros casos, numerando as respectivas palavras).

## [P. 3] CAPITULO I.º

## IDÉAS GERAES SOBRE A PROVINCIA DO MINHO

## § 1

A provinda do Minho meresse ter hum lugar mui distincto entre as outras de que se compõe o nosso Reÿno de Portugal, não só pelo que respeita á sua extenção como tãobem á sua população, agricultura, commercio e manufacturas, que a fazem ser huma das mais ricas.

## § 2

A sua superficie, segundo os melhores calculos, hé de cento e dezeseis leguas quadradas (5).

## § 3

Tem hum arcebispado, que he de Braga, que se intitula primas das Hespanhas e de dois outros bispados : Porto e Penafiel. Este ultimo (6), desde a morte do ultimo bispo se acha reunido ao do Porto (7).

## [P. 4] § 4

Consta esta provincia de sete comarcas (8), mil trezentas e vinte e sete freguezias (9) e de cento oitenta e hum mil quinhentos e noventa e tres fogos (10).

(5) Número inferior ao da verdadeira superficie da provincia, avaliada, algumas décadas depois, em 7 306 Km<sup>2</sup>. (GERARDO A. PERY, *Geographia e estatistica geral de Portugal e colonias*, Lisboa, 1875, p. 65; VISCONDE VILLARINHO DE S. ROMÃO, *op. cit.*, p. 9).

(6) «segundo» (cc. da ACL).

(7) O único bispo que teve a diocese de Penafiel, criada em 10-VII-1770, foi D. Fr. Inácio de S. Caetano, falecido em 29-XI-1788. Porém, aquele bispado já havia sido suprimido e de novo unido ao do Porto em II-XII-1778 (FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. prep. e dir. por Damião Peres, vol. III, Porto — Lisboa, 1970, pp. 12-13 e 570-571).

(8) Porto, Barcelos, Guimarães, Braga, Viana, Valença e Penafiel.

(9) Número igual consta de outra fonte (JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris, 1970, p. 1). Contudo, A. REBELO DA COSTA *op. cit.*, p. 20) e A. BALBI *op. cit.*, t. I, p. 205) indicam respectivamente 1 519 e 631 freguesias.

(10) Apesar desta informação constar também do Censo de Pina Manique (J. VERÍSSIMO SERRÃO, *op. cit.*, p. 1), o número de fogos da provincia devia ser superior. M. LINK ( *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799* (Trad. do alemão), t. II, Paris, 1803, p. 2) e A. REBELO DA COSTA *op. cit.*, p. 26) indicam respectivamente 223 495 e 217 000 fogos. O Censo de 1801 (*Subsídios para a história da Estatística em Portugal. II — Taboas topográficas e estatísticas. 1801*, fl. inum.) e A. BALBI *op. cit.*, t. I, p. 189), por seu turno, registam 190 541.

## § 5

Os seus limites são os seguintes: parte, pela banda do sul, com a provincia da Beira, pelo nascente, com a de Tras-os-Montes e, pelo norte, com<sup>(n)</sup> Galiza, que <sup>(12)</sup> a divide o rio Minho e a ribeira das Varseas, pouco acima de Melgaço.

## § 6

Toda a sua superficie he cortada por diferentes cordelheiras de serras anteluvianas e montes aluvianos e varias colinas e monticolos, correndo huns perpendiculares aos outros e em varias direcções, formando espaçozos valles, por entre os quaes correm diferentes rios e regatos que vão desaguar no Oceano Atelantico (*sic*) <sup>(13)</sup>, os quaes, com suas aguas, regão suas <sup>(14)</sup> margens que estão cobertas de campos que produzem <sup>(15)</sup> viçoças plantas, de hum e outro emisferio, que crescem naturalmente ou que a industria do homem faz produzir.

## [P. 5] § 7

Pelo que toca á sua producção, relativamente aos fructos da terra e ás mais provincias, he bastante e seria muito maior, a não haverem muitos obstáculos que terei lugar de observar pelo decurso desta memoria, offerecendo o seu terreno muitas vantagens, sendo propriamente cultivado <sup>(16)</sup>.

## § 8

Os seus habitantes não deixão de ter bastante industria, pelo que se collige do trabalho que dão á terra e da perfeição das suas diferentes manufacturas, que <sup>(17)</sup> muitas delias <sup>(18)</sup> excedem, a meu ver, áquellas que vem de fora, que a preocupação, por capricho, sustentai<sup>19)</sup>.

<sup>(n)</sup> Os cc. da ACL riscaram: «os seguintes: parte», assim como a preposição «com» que precede «a provincia da Beira», «a de Tras-os-Montes» e «Galiza».

<sup>(12)</sup> «de quem» (cc. da ACL).

<sup>(13)</sup> Sobre a orografia e hidrografia da provincia do Minho ver A. BALBI, *op. cit.*, 1.1, pp. 68-85; A. G. PERY, *op. cit.*, pp. 2-3 e 7-10; A. SAMPAIO, *op. cit.*, vol. I, pp. 457-463; A. DE AMORIM GIRÃO, *Geografia de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, 1949-1951, pp. 68-82 e 123-164.

<sup>(14)</sup> «aquellas» (cc. da ACL).

<sup>(15)</sup> «de campos que produzem» (cortado pelos cc. da ACL).

<sup>(16)</sup> A produtividade do Minho, o facto de estar bem cultivado, a sua numerosa população e a acentuada divisão da propriedade agrícola eram factores frequentemente realçados (ANTONIO HENRIQUES DA SILVEIRA, *Racional discurso sobre a agricultura e população da provinda de Alem-Tejo*, in «Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias», 1.1, Lisboa, 1789, pp. 50-51 ; M. LINK, *op. cit.*, t. II, p. 2; ANTT, *Ministério do Reino*, maço 356, «Prospecto historico da agricultura da provincia do Minho [...]», fl. 4).

<sup>(17)</sup> Palavra riscada pelos cc. da ACL.

<sup>(18)</sup> «das quais» (cc. da ACL).

<sup>(19)</sup> «e que sustenta a preocupação ou o capricho» (cc. da ACL).

## § 9

O clima desta delicioza provincia convida não só os seus naturaes como estrangeiros a habital-la, pois nella poucas ou nenhuma molestias reinão, que se possão dizer contagiozas. Apenas se observão as que são endemicas do paÿz, que tomão máo carácter, sendo desprezadas <sup>(20)</sup>.

## [P. 6] § 10

O commercio, em geral, desta provincia, como terei lugar de fazer ver, he mui resplandecente, tanto o reputado interior como o exterior ou de importação, o que adquire <sup>(21)</sup> hum maior grão de riqueza sobre as outras.

## § H

He bastante de <sup>(22)</sup> sentir que hajão cauzaas que tenham obestado aquelle grão de perfeição a que poderia ter chegado e que ella, pelo que acabei de expor, merece e que talvez fossem mui fáceis de remediar, como passo a notar nos seguintes capítulos.

## CAPITULO 2.º

## DA COMARCA DO PORTO

## § 1

Começo por esta comarca por nella existir a populoza <sup>(23)</sup> e rica cidade do Porto, capital da provincia e segunda de Portugal, correndo por entre seus muros o famozo rio Douro <sup>(24)</sup>.

(20) Também A. REBELO DA COSTA (*op. cit.*, pp. 15-16) e o VISCONDE VILLARINHO de S. ROMÃO (*op. cit.*, pp. 39-40) salientaram a benignidade e salubridade do clima minhoto.

<sup>(21)</sup> «a faz adquirir» (cc. da ACL).

<sup>(22)</sup> «para» (cc. da ACL).

<sup>(23)</sup> O número exacto da população portuense no período tratado é difficil de calcular, ante a grande disparidade dos números, que vão de cerca de 30 000 habitantes (M. LINK, *op. cit.*, t. I, pp. 419-420) a 63 505 (A. REBELO DA COSTA, *op. cit.*, p. 76), passando por 43 218 almas segundo o Censo de 1801 (*op. cit.*). É possível que fosse este o número que mais se aproximasse da realidade, do qual não se afasta muito o do Censo de Pina Manique (11.168 fogos) (J. VERÍSSIMO SERRÃO, *op. cit.*, p. 68). Ver ainda JOÃO ANTONIO MONTEIRO D'AZEVEDO, *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya*, pp. 101-102 e nota 5; RICARDO JORGE, *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas historicas e estatísticas*, Porto, 1897, pp. 98-102; J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, 1973, pp. 273-274 e 279-280; Cândido dos Santos, *A população do Porto de 1700 a 1820*, in «Revista de História», vol. I, Porto, 1978, pp. 281-349.

<sup>(24)</sup> A fama e importância do Douro provinham não só da sua extensão e bacia hidrográfica, mas também do papel que desempenhava como via de ligação

## [P. 7] § 2

Esta comarca he bastante extença e, nos differentes conselhos de que se compõe, ha para cima de cincoenta baldios por se cultivar, alem de grandes porções de terreno de particulares que se achão de pouso e sem cultura alguma, sendo aliáz susceptíveis, pela sua boa qualidade, de grande melhoramento.

## § 3

Começando pelo conselho de Gaya <sup>(25)</sup>, observei ser o seu terreno mais proprio para a cultura de olivedo <sup>(26)</sup> e carvalheiros, pois as arvores que vi, desta natureza, estavam em viçozta vegetação. Não se limita simplesmente a este genero de arvores, pois que os castanheiros, chopos e salgueiros se dão mui bem. He pena que, na plantação de amoreiras, não se tenha tido aquelle cuidado tão recommendado pelas repetidas ordens do nosso Governo, pois que, alem do pequeno viveiro de 1 600 palmos que se formou no monte chamado da Barroza, freguezia de S. Marinha <sup>(27)</sup>, apenas achei que a plantação de 1803 consistio em 213 <sup>(28)</sup> estacas, que por serem não só de má qualidade como igualmente despostas fora do tempo, grande parte delias es-[p. 8]tavão de todo secas <sup>(29)</sup>.

Observei que as plantas gramineas vegetavão mui bem e mesmo vi que algumas que crescião naturalmente, tanto nos comoros como nas encostas e valles que formavão os pequenos montes deste conselho, erão tão viçozas que da vão excellentes pastos para gados e poderião dar boas colheitas, se fossem semeados de generos de primeira necessidade. Cultivão-se neste conselho o trigo e milho de differentes qualidades, algum centeño e cevadas <sup>(30 \* \* \*)</sup>, que o seu maior consumo se faz em verde. Da banda do mar ha alguns bosques de pinheiraes; porem, estes de mui ma quali-

entre o Porto e o *hinterland* nortenho (ver A. REBELO DA COSTA, *op. cit.*, pp. 231 ss.; A. A. BALDAQUE DA SILVA, *op. cit.*, p. 9; A. DE AMORIM GIRÃO, *op. cit.*, pp. 137 e 140-142).

<sup>(25)</sup> Além deste, também chamado «Concelho de Cima», havia o concelho de Vila Nova ou «Concelho de Baixo». Em 1834, Vila Nova de Gaia obteve autonomia administrativa, passando a ser a sede do populoso concelho de Gaia (J. A. MONTEIRO D'AZEVEDO, *op. cit.*, pp. 144-149; VASCO VALENTE, *Cerâmica portuense*, pp. 45-46).

<sup>(26)</sup> Não era da mesma opinião Diogo de Macedo que, ao referir-se à oliveira, escreveu: «Arvore pouco cultivada. Parece não encontrar ali [Vila Nova de Gaia] circunstâncias favoráveis á sua cultura» (*Breves considerações economico-agricolas [...]*, cit., in «O Archivo Rural», vol. VI, 1863, p. 321).

<sup>(27)</sup> Situada no antigo concelho de Vila Nova, posteriormente a freguesia da sede do concelho de Vila Nova de Gaia (J. M. MONTEIRO D'AZEVEDO, *op. cit.*, p. 346; DIOGO DE MACEDO, *op. cit.*, p. 290).

<sup>(28)</sup> «203» (ms. B).

<sup>(29)</sup> Segundo uma relação de 1803, havia no concelho 32 amoreiras (BPMP), ms. 294, p. 4).

<sup>(30)</sup> Sobre a cerealicultura no concelho, cerca de meio século depois, ver DIOGO DE MACEDO, *op. cit.*, pp. 322-323.

dade. Ha algumas devezas de castiñas, que andão a talhões para arcaria, alguns soutos de castanheiros e alguns sobreiros. Porem, temo que os máos cortes e grande consumo de combustível aniquile de todo o arvoredo, pois que cuidão pouco na plantação.

## § 4

Iguaes vantagens daria o concelho de Bouças, Aguiar de Souza, a não serem a maior parte dos seus terrenos letigiosos e estes letigios tão morozos que perde o Estado pela sua [p. 9] pouca cultura, ficando de pousio terrenos de tão boa qualidade que acuzão ao homem da sua indolencia. As fracas pastagens que dá são de boa qualidade, mas igualmente são consumidas pelos gados que pascentão sem guardador.

## § 5

O conselho da Maya he hum dos mais planos da comarca e mesmo mais culto <sup>(31)</sup>, especialmente de milhos; e a maior parte desta cultura he feita pelas mulheres <sup>(32)</sup>. Ha, comtudo, por rotear <sup>(33)</sup> 18 baldios e todos de mui boa qualidade, que poder ião dar viçoas ciaras.

Ha differentes vessadas que cultivão de verdes para os gados, sendo de ordinario a sarradela, trevo e lingua de vacca e cevadas, de que formão os seus chamados lameiros <sup>(34)</sup>. Todas estas vessadas estão cercadas de chopos e castanheiros e plantão junto defies videiras <sup>(35)</sup> e ao vinho, que produzem, chamão de inforcado. Ha alguns soutos de mui boa qualidade; porem, pouco olivedo. Os pinheiros que ha, para a parte <sup>(36)</sup> do mar, estão mui derrotados e a falta de limpeza os tem feito degenerar, achando-se bem poucos páos proprios de construcção. Quizera, pelo que toca a esta parte florestal, [p. 10] se observasse a mesma regulação praticada pelo Governo de Veneza <sup>(37)</sup>, pois evitaria tanto desperdiço e haver ião madeiras proprias para a construcção e os proprietarios ganharião na conservação de seus bosques que estão, a cada momento, sujeitos não só á rapacidade mas a serem destruidos pelos continuos fogos que os pastores põem.

Neste conselho se formou hum viveiro de 500 pés de amoreiras, na freguezia de Aguas Santas, todos escolhidos e plantados na estação competente.

## § 6

O conselho de Refoios he mais montuozo e aspero. Comtudo, não deixa de ter algumas gandrás bastante extenças, taes a que <sup>(38)</sup> ha antes de chegar a Carneiro,

<sup>(31)</sup> «cultivado» (cc. da ACL).

<sup>(32)</sup> Registe-se este facto, por nem sempre o trabalho feminino — apesar da sua importância — vir expressamente referido nas fontes da época.

<sup>(33)</sup> «arotear» (cc. da ACL).

<sup>(34)</sup> Que são fundamentais para a criação de gado (O. RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 115; PIERRE BIROT, *Portugal* [Trad. do francês], Lisboa, s.d., pp. 71-72).

<sup>(35)</sup> Formando-se assim as uveiras.

<sup>(36)</sup> «o lado» (ms. B).

<sup>(37)</sup> Desconhecemos de que regulação se trata.

<sup>(38)</sup> «aqui» (por lapso, no ms. B).

que aproveitadas poderiam dar senteyos e mesmo, nas suas encostas, milhos, pois não deixa de ter aguas para regar, podendo tãobem ser mais povoado de arvoredo e dar-se-hião mui bem as oliveiras e asinheiras e mesmo maior porção de videiras do que aquellas que ha.

## § 7

Alem dos obstáculos que ja tenho referido, accrescem outros que [p. 11] se oppõem á cultura desta comarca, taes são o grande numero de fabricas estabelecidas no Porto, a marinha, a pesca, que roubão á agricultura braços immensos. A falta de communicação, tanto pelo que respeita á má construcção dos carros como servidões de estradas e rios, obstáculos estes que poderiam ser removidos com bastante beneficio da comarca e lavoura.

## CAPÍTULO 3.º

## DA COMARCA DE BARCELOS

## § 1

Depois da comarca do Porto, huma das mais extenças he a de Barcelos <sup>(39)</sup>, pertencente a Serenissima Caza de Bragança <sup>(40)</sup>.

## § 2

A natureza do terreno desta comarca he montuozo e plano em outras partes.

## [P. 12] § 3

Por entre os valles, formados pela cortadura dos seus montes, circulão varios rios e regatos que não só fertilizão com seus nateiros mas igualmente regão vastas campinas, aonde vejetão grande numero de plantas não só uteis ao homem como aos animaes e artes, mas agradaveis á vista e ao ulfato, pela variedade de suas cores e cheiro.

## § 4

Todas as suas vessadas e campos estão cercadas de arvores, alem de grande numero de soutos e devesas, que fazem com que haja huma maior porção de madeira de construcção e mesmo combustivel, o que faz com que a carrada não exceda a mais de 920 rs.

## § 5

Culti vão-se nesta comarca diferentes artigos, taes as diferentes especies de trigos, milhos, cevadas, senteyos e linho, chamado galego <sup>(41)</sup>, painço e vinho, cha-

<sup>(39)</sup> A qual era também a segunda comarca da província em população, sendo a do Porto a primeira (A. BALBI, *op. cit.*, t. 1, p. 192).

<sup>(40)</sup> Sobre esta ver A. BALBI, *op. cit.*, 1.1, p. 267, e *Casa de Bragança*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, pp. 371-372.

<sup>(41)</sup> Para este reservavam-se os melhores terrenos, e preferentemente aqueles que podiam ser regados (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO e BENJAMIM PEREIRA, *Tecnologia tradicional portuguesa. O linho*, Lisboa, 1978, p. 33).

mado de inforcado (42). Nestas diferentes culturas se empregão indistinctamente homens, mulheres [p. 13] e rapazes, os quaes fazem a lavra, sacha e monda.

§ 6

Ha, comtudo, nesta comarca alguns conselhos, taes como Corrilhãa, Baltar, Paiva, aonde ha bastantes montados sem cultura alguma e que poderião dar grãos de mui boa qualidade, que seria bom que se repartissem ou dessem livres, por alguns annos, regulando-se depois o foro á proporção da sua cultura.

§ 7

O mesmo se poderia praticar com o de Gondufe, pois tem mui bons sitios.

§ 8

O unico que offerece mais alguma defficultdade he o de Castro Laboreiro (43), pois este, alem de ser muito montuozo e desabrido, está cheio de rochedos que occupão\* pelo grande tamanho, grande extensão de terreno, e poucas plantas vi vegetar, á excepção de pouco trigo e algum centeço e algumas arvores alpinas, que a industria dos seus habitan-[p. 14]tes fazem prosperar, por entre as cavidades dos rochedos.

§ 9

Pelo que respeita á cultura dos arvoredos tem, devido aos magistrados desta provincia, o maior desvelo, pelo que ocularmente eu observei e pelas relações que conservo na minha mão, pois que, independente de outras arvores fructíferas, só pelo que pertence ao artigo amoreiras existião plantadas, dos annos de 1802 e 1803, 40 173, nas differentes terras pertencentes a esta comarca.

§ 10

As mesmas cauzas, que tanto tem influido no atrasamento da agricultura, tem obstado aos seus progressos nesta comarca.

[P. 15] CAPITULO 4.º

DA COMARCA DE GUIMARÃES

§ 1

He cabeça desta comarca a notável villa de Guimarães, primeiro berço dos Snrs. Reys que governão este Reyno.

(42) Cujas videiras crescem, como se sabe, encostadas às árvores (ver VISCONDE VILLARINHO DE S. ROMÃO, *Op. Cit.*, pp. 137-149).

(43) «Não vai comprehendida neste mappa [relativo a amoreiras, datado de 15-V-1803] a vila de Castro Laboreiro, desta comarca, em razão de ser hum terreno tão frio que não produz arvore alguma» (BPMP, ms. 294, p. 19). Ver também *Guia de Portugal*, vol. IV, *Entre Douro e Minho*, t. II, *Minho*, Lisboa, 1965, pp. 1099-1103.

## § 2

Cultiva-se nesta villa e seu termo o milho grosso, painço, trigo, senteço e cevadas, pouco azeite, linho e vinho verde.

## § 3

Tem esta comarca poucos baldios <sup>(44)</sup>, á excepção de algumas porções de montados nos suburbios da villa, dos quaes a maior parte estão pedidos e informados <sup>(45)</sup>.

## § 4

Não ha grandes florestas e, tendo proguntado a razão [p. 16] disto, tive sempre, em resposta, que o seu terreno não era susceptível de semelhante cultura <sup>(46)</sup>; resposta nascida mais da sua pouca industria de que da causa que apontavão, pois que, nas mui frequentes diggressões que nesta comarca tive lugar de fazer, constantemente observei o contrario, pois que vi quasi todas as arvores e arbustos, proprios do nosso clima, vegetarem mui bem, á excepção dos pinheiros, que são de mui má qualidade.

## CAPITULO 5.º

## DA COMARCA DE BRAGA

## § 1

Esta comarca tem diferentes qualidades de terrenos mui productivos, tanto nos seus montes, serras, encostas e valles, aonde se cultivão todas as plantas cereaes, legumes, e ha excellentes pastos, tanto naturaes como artificiaes, para o sustento dos gados, linhares e plantas bolbozas, pomares e hortas.

## [P. 17] § 2

Ha ainda hum grande numero de baldios por se repartir, sendo

o seu numero de .....	599
— dos quaes pertencem ao termo da cidade .....	123
— e aos coitos da comarca .....	476

Todos estes baldios acuzão aos habitantes da comarca a sua indolencia, pelas viçozas plantas que produzem naturalmente, em que entrão muitas da classe das

<sup>(44)</sup> O que é confirmado, alguns anos depois: «Um inquérito que em 1842 se fez aos párocos do concelho, deu uma curiosa mas reduzida lista de maninhos e terras comuns» (ALBERTO V. BRAGA, *Curiosidades de Guimarães*. IV — *Maninhos (Subsídios históricos e etnográficos)*, in «Revista de Guimarães», vol. XLII, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro 1932, p. 186).

<sup>(45)</sup> Em 1821, já a falta de baldios se fazia sentir, por exemplo no Lanhoso (cf. A. SILBERT, *Le problème agraire portugais* [...], pp. 164-166 e 306-307).

<sup>(46)</sup> «Ha falta de florestas, por os terrenos não serem aptos para ellas, inda que ha bastantes carvalhos, castanheiros e alguns pinhaes, em pouca quantidade, á proporção dos carvalhos, castinheiros» (BPMP, ms. 294, p. 78).

gramínias e outras próprias ás artes, como a rubia tinctorum, etc., e muitas plantas medecinaes, como a valeriana silvestris, campanula, crinis, euforbia, mercurialis, o rumex patientia e a digitalis <sup>(47)</sup> e outras muitas.

Queixão-se seus moradores do processo morozo dos afforamentos. Não duvido seja isto a cauza. Porem, julgo sera principal as grandes taxas e rendas impostas sobre os fructos e pertencerem a maior parte a corpos de mão morta <sup>(48)</sup>.

### § 3

Nesta comarca ha hum maior numero de florestas, tanto pertencentes ao publico como a particulares. As qualidades de arvores, de que se compõem, são as seguintes :

[p. 18] castanheiros <sup>(49)</sup> — cidade e termo .....	1
— coitos da comarca .....	264
devesas de castanheiros detorados e salgueiros, para arcaria	
— cidade e termo .....	184
— coitos da comarca .....	936
Total .....	1 120
[pinhaes] <sup>(50)</sup> — cidade e termo .....	31
— coitos da comarca .....	400
Total .....	431

Estes, comtudo, não são da melhor qualidade, por ter sido má a semente. A maior parte delles não tem hum páo, a bem dizer, proprio para construcção, pois que a falta de limpeza e estarem demasiado juntos faz que os seus páos sejam a maior parte infezados.

### § 4

Além destas arvores, ha alguns olivaeas, que ao todo montão [p. 19] a 123, dos quaes, a maior parte, a sua producção he mui pequena <sup>(51)</sup>, pelo mal da ferrugem que tanto atraza a sua vegetação. Ha outras arvores, tanto silvestres como de fructo, dentro das grandes quintas desta comarca, que bastante as aformozeão, e só destas arvores se plantarão 1 759 em 1804.

<sup>(47)</sup> Sobre estas plantas ver GONÇALO SAMPAIO, *op. cit., passim*.

<sup>(48)</sup> Os exagerados encargos sobre a agricultura, não só nesta como noutras comarcas da província, motivaram algumas representações às primeiras Cortes liberais (cf. A. SILBERT, *Le problème agraire portugais* [...], pp. 173-175 e 276-277). Sobre os direitos senhoriais ver, entre outros, A. SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen* [...], vol. I, pp. 143-150.

<sup>(49)</sup> Entenda-se «soutos» (BPMP, ms. 294, p. 63).

<sup>(50)</sup> Palavra quase imperceptível no ms., mas que consta de BPMP, *ibid.*

<sup>(51)</sup> «a maior parte dos quaes dão mui pequena producção» (cc. da ACL).

## § 5

A cultura das amoreiras tem sido menor, pois apenas a plantação do anno de 1802(52) he de 223.

## § 6

Para se ver a desproporção que ha entre os bens propriamente de vínculos aos de ephiteuse e livres, bastará ver-se que de vinculo apenas ha:

— na cidade e termo .....	5
— nos coitos da comarca .....	35
Total .....	40
 Livres — cidade e termo .....	16
— coitos da comarca .....	847 (53)
[P. 20] De prazo (54) — cidade e termo .....	184
— coitos da comarca .....	847

## § 7

Tal he o estado da cultura desta comarca que merecia, por todos os respeitos, haver hum maior cuidado.

## CAPITULO 6.º

## DA COMARCA DE VIANA

## § 1

A comarca de Viana he certamente huma das mais cultas. Produz, em geral, todos os fructos necessarios á vida, taes como os trigos, cevadas, senteyos, milhos grossos e miúdos, linhos e vinhos.

## § 2

Tem, comtudo, grande numero de baldios, que podem levar para cima de 8 990 alqueires de sementeira e, suppondo que se [p. 21] realizassem tão somente 5 994, abatendo hum terço, e que destes ametade fosse terreno proprio de milho, que nestes sitios a sua producção nunca desce, ainda mesmo nos annos os mais escaços, de 30 sementes (55), o que daria 90 010 alqueires ou 1 501 moios <sup>52 53 54 55</sup>

(52) O doc. donde constam estes números é de 1804 (12-1), não se indicando nele o anno de 1802, mas apenas que fora «tudo posto de novo» (BPMP, ms. 294, p. 64).

(53) Corrija-se para «242» (BPMP, id., p. 63).

(54) «A maior parte delles pertencem á corporação ecclesiastica» (nota do A. da Mem.).

(55) A alta produtividade do milho mais — três a quatro vezes superior à do trigo e do centeio — foi um dos factores que contribuiu para a sua rápida difusão (cf. *Milho*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, p. 63).

e 4/6; e de trigo ou cevada, que nos annos medios nunca desee de 8 sementes <sup>(56)</sup>, poderá dar 23 976 alqueires, independente de feijão e outros legumes que se costumão semear premiscuamente (*sic*).

## § 3

Tem-se cuidado na plantação de algumas arvores, especialmente amoreiras, sendo a plantação destas, no anno de 1804, a seguinte:

Rebordões .....	54
Santo Estevão .....	34
Geraes de Lima .....	122
Regalados .....	1 803
Villa Garcia .....	20
Amares e Randufe .....	2 820
Coito do Soito .....	274
Total .....	[5 127] <sup>(57)</sup>

## [P. 22] § 4

A qualidade de pinheiraes não he boa, pela má escolha do panisco, e tem pouca abundancia de sucos rezinozos.

## § 5

No conselho de Coma ha terrenos que, por pantanozos, a não serem esgotados, poucos são susceptiveis de cultura. Poderia, comtudo, nelle <sup>(58)</sup> haver maior plantação de arvores aquaticas e mesmo algumas das suas planices poderião dar excellentes pastos e convidaria ao estabelecimento de caudelarias e criação de gado vacum, pelos muitos pastos naturaes que ha.

## § 6

Quasi as mesmas vantagens offerece o conselho de S. Fins, com que confina, pois he bastante regado e nelle ha huma constante vegetação que aformosea seus campos.

## § 7

A experiencia tem desgraçadamente mostrado o abuso que tem havido, a respeito dos afforamentos que, em virtude [p. 23] das ordens regias se tem feito, repar-tindo-se em montados, lavradores e cabaneiros, porque alguns defies, por falta de numerario, tem transferido e vendido o seu direito; e outros, que nada tem cuidado na sua cultura, ficando a monte, como dantes.

(56) Recentemente (decénio de 1950-1959), a média era de 13,8 e 7,6 sementes, respectivamente para o trigo e o centeio (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1968, p. 48, nota 80).

(57) Número que só consta do ms. B.

(58) «nelles» (ms. B).

## § 8

Esta comarca he huma das da provincia que offerece mais meios de melhora-mento, pois he mui circumscripta e mesmo tem hum rio que dá huma navegação constante, qual o rio Lima, que igualmente a formozea e concorre à fertilidade das vastas campinas que estão de hum e outro lado, aonde grandes ciaras ha de milhos, de huma produção extraordinaria.

## § 9

Merecia esta comarca que eu fosse mais miudo na sua descripção, o que não faço, pois seria, em parte, a roubar a gloria a hum meu amigo, o dr. Antonio Teixeira Homem, o qual miudamente a descreveo <sup>(59)</sup>.

## [P. 24] CAPITULO 7.º

## DA COMARCA DE VALENÇA

## § 1

A comarca de Valença tem diferentes qualidades de terras, proprias a differen-tes culturas: os seus altos darião mui bons senteyos, trigos e cevadas; os seus baixos, milhos e linhares; e seus montes, arvoredos.

## § 2

A principal cultura he a dos milhos, havendo grandes planices na margem do rio Minho, junto de S. Pedro da Torre, e Valença, Moledo e Cristelo. Ha algum azeite, senteyo e feijão <sup>(60)</sup>.

## § 3

Na lavra das suas terras usão do arado e não da charrua, rompendo a terra com a seita, nos terrenos que são demasiado fortes. Custumão arar, descampando a terra, a qual deixão [p. 25] por alguns dias exposta, desta forma, aos influxos da atmosfera. Depois lhe lanção os estrumes, formados com os nateiros do rio e dos curraes, dando depois huma segunda lavra, com a seita diante do arado, lançando a semente á mão e passando a grade ordinaria de dentes de páo. Nas terras soltas e delgadas não descampão e, depois de semeado o trigo, senteyo, cevada ou milho, reduzem o campo a orgãos ou regueiras de tres palmos, com huma especie de arado, a que dão o nome de assuco, que tem huma travessa orizental ou de taboa, ou mesmo formada com ramos <sup>(61)</sup>.

<sup>(59)</sup> Apesar das diligências efectuadas, não encontrámos qualquer referência a este trabalho.

<sup>(60)</sup> De meados de Setecentos temos a seguinte informação: «Os frutos que com maior abundância se colhem nesta terra são grão de milho, e com menos abundância trigo e com muito menos centeio» (*As Memórias Paroquiais do Dicionário Geográfico. Freguesia de Santo Estevão, intra-muros da vila de Valença*, in «Arquivo do Alto Minho», 16.º vol. (6.º da 2.ª série), t. I, 1968, p. 91).

<sup>(61)</sup> Ver JORGE DIAS, *os arados portugueses e as suas prováveis origens. Estudo etnográfico*, Coimbra, 1948, pp. 37, 40-41 e 68. Sobre arados de pau ver também

Custumão curtir o analo nas estradas e mesmo dentro das ruas dos povos e, depois de moido, o misturão com o esterco dos curraes e das cavalhariees e mais emundices das ruas, formando grandes pilhas, sobre as quaes, de vez em quando, deitão alguma porção de agua para interter a humidade.

#### § 4

Na cultura do milho, oito dias depois de nascido come-[p. 26]ção a rareal-lo, arrancando algum delle, e a sachal-lo, com pequenos sachos, e o mondão frequentemente. Quando, porem, succede vir todo a hum tempo e que não podem vencer a sacha, passam por cima hum ensinho, com dentes de ferro, conseguindo por esta operação adelgaçar a terra e atrazar a força da vegetação. Logo que chega á altura de palmo, dão segunda sacha e o amontoão, por cauza dos ventos. Naquellas terras aonde nasce maior quantidade de hervas daninhas, dão terceira sacha, regando-os nos grandes calores, se podem, constantemente duas vezes ao dia, ao amanhecer e á noute, para o que costumão a fazer prezas (62). Nestas culturas ha mais mulheres e rapazes de que homens, pois que [a] (63) maior parte destes pas-sam a outras terras do Reÿno, especialmente para a provincia do Alentejo (64).

#### § 5

Tem esta comarca vinte e tantos baldios por rotear (65), grande parte delles susceptiveis de grandes culturas, pela boa qualidade de terra que os compõe.

#### [P. 27] § 6

Ha nesta comarca, que eu passo a enumerar, diferentes bosques (66):  
 Cristelo tem 8 de pineirae (67) e carvalhos.  
 Moleolo (68) tem 14 matas da mesma especie.  
 Gontinhaes, 7 de pinheirae.  
 Ville, 1 de carvalhos cerquinhos.  
 Riba de Ancora, 1 de pinheirae, sobreiros e carvalhos.

REGINA ANACLETO, *Importância e evolução dos arados de pau*, in «História», n.º 16, Fevereiro — 1980, pp. 64-76.

(62) Nas informações precedentes, sobre técnicas de cultivo, o A. segue de perto Custódio Gomes de Vilas-Boas (BPMP, ms. 294, pp. 42-43; A. CRUZ, *op. cit.*, pp. 98-99).

(63) Só se encontra no ms. B.

(64) Sobre as migrações para o Alentejo ver JOAQUIM PEDRO FRAGOSO DE SIQUEIRA, *Memoria sobre a introdução das gadanhas alemãs e flamengas em Portugal*, in «Memorias Económicas da Academia [...]», t. V, pp. 2-5, notas 1 a 3.

(65) «arotear» (cc. da ACL).

(66) «Ha nesta comarca diferentes bosques, que eu passo a enumerar» (cc. da ACL).

(67) «pinheirae» (ms. B).

(68) Entenda-se «Moledo».

Orbaan<sup>(69)</sup>, 5 da mesma especie.

Pedrulhos, 9 de sobreiros e pinheiros.

Gondar, 3 de carvalhos, sobreiros e pinheiros.

Arga de Baixo, 4 de carvalhos cerquinhos, castanheiros e sobreiros.

Sopo, 19 de pinheiraes.

Vilar de Mouros, 19 de pinheiraes, sobreiros e carvalhos.

Argela, 13 de castanheiros, carvalhos, sobreiros e pinheiros, seixas, pinheiros novos.

[P. 28] § 7

Alem destas matas, que pela sua pouca limpeza e cortes e pouca plantação se vão rariando muito, ha, entre Cristalo e Mulego <sup>(70)</sup>, a grande mata chamada do Camarido <sup>(71)</sup>, pertencente á Serenissima Caza do Infantado. As arvores, que são sobreiros e carvalhos e outras arvores silvestres, que todas mostram bastante antiguidade. Ha nellas bastantes madeiras de construcção e haverião muitas mais, a não haverem <sup>(72)</sup> grande numero de páos podres, pelo grande numero de arvores que ha, que faz seja a mais espeça de Portugal. He pena que não se cuide na sua limpeza e cortes, feitos a propozito, pois isto não só augmentaria o patrimonio da Serenissima Caza, mas igualmente evitaria hum couto de facinorozos que nellas se abrigão, assim como grande numero de animaes daninhos que cauzão bastantes prejuizos aos gados; e mesmo evitaria os frequentes roubos que nella ha de madeira e combustivel, e seria mais vantajozo, pois estaria menos sujeita aos fogos, pelos asseiros <sup>(73)</sup> que serião [p. 29] obrigados a fazer, para a carreamento das suas madeiras, estando igualmente menos sujeitos a cariarem-se os seus troncos, pela proximidade de páos podres. Isto seria mui fácil, pois terião huma prompta sahida, pois está mui proxima a foz do rio Minho e a sua margem, aonde com toda a facilidade poderião ser embarcados.

§ 8

Alem desta grande mata, ha duas mais que, pela sua antiguidade e belas madeiras que tem, merecem que se mencionem. Tal he a de Ganfens, pertencente á Ordem Benedictina, e a outra de Mosteiro, pertencente aos Capuchos. Ambas estão mui bem conservadas, pela continua limpeza em que as tem, que lhes faz o maior elogio, e era de dezejar que houvessem outros que os imitassem, pois não teríamos necessidade delias vindas de fora.

§ 9

Esta comarca tem circunstancias pelas quaes receberia hum grande melhoramento a sua agricultura, pela promp-[p. 30]ta sahida que podem ter os seus generos

<sup>(69)</sup> Entenda-se «Orbacem».

<sup>(70)</sup> Entenda-se «Cristelo e Moledo».

<sup>(71)</sup> Ver *Guia de Portugal*, cit., pp. 766 e 1046-1047; BPMP, ms. 294, pp. 65 e 80.

<sup>(72)</sup> «As arvores são sobreiros e carvalhos e outras silvestres, que todas mostram bastante antiguidade. Tem quantidade de madeira de construcção e haveria muita mais, a não terem [...]» (cc. da ACL).

<sup>(73)</sup> Os cc. da ACL substituíram esta palavra por outra, que não conseguimos ler.

pelo rio Minho, que a faz ser <sup>(74)</sup> navegavel em quasi toda a sua extensão, como eu tive lugar de observar.

## CAPITULO 8.º

## DA COMARCA DE PENAFIEL

O termo desta comarca he o mais cortado de todas <sup>(75)</sup>, pois nella ha grandes valles, montes e montículos que a fazem mui picturesca. Por entre elles, serpenteão alguns rios e regatos que a ajudão a enobrecer. Ha, comtudo, sitios [em] <sup>(76)</sup> que, por pantanozos, está a vegetação como adormecida.

## § 2

Culti vão nella maior parte de plantas, tanto proprias da sustentação do homem como dos diferentes animaes que o ajudão nos seus trabalhos.

## [P. 31] § 3

Cultivão bastantes trigos, taes o candeal, mourisco e tremez, milho grosso e miudo, cevadas, senteños, linhos, vinho e grande parte dos legumes conhecidos. Ha igualmente huma grande quantidade de gados de toda a especie, o que facilitaria os seus trabalhos agrarios, a não haverem tantas feiras, que obstão notavelmente pela continua viagem em que andão.

## § 4

Nesta comarca ha poucas terras de pousio. Ha huma cultura seguida. De Inverno, enlameirão os seus campos, com diferentes plantas proprias da estação, com que alimentão os seus gados, e depois semeão os milhos e trigos tremezes e feijão. Começarão a usar da luzerna e da granza. Porem, não sei o motivo por que se deixarão desta cultura e a substituem com a da saradela, trevo e lingua de vacca.

## § 5

Nesta comarca ha bastantes arvoredos, pois que todas as propriedades estão cercadas, tanto de chopos como cas-[p. 32]tanheiros e alemos, e junto delles plantão sempre vinha. Alem destas arvores, ha bastante olivedo e soutos e algumas devesas de arcaria. Ha igualmente algumas coitadas, aonde ha grandes carvalheiros e sobreiros que indicão a antiguidade, na freguezia de S. Maria de Coreixas e Paço de Souza.

<sup>(74)</sup> «faz ser» (letra dos cc. da ACL?). No ms. B está «que a banha».

<sup>(75)</sup> Entenda-se «todos».

<sup>(76)</sup> Palavra acrescentada pelos cc. da ACL.

## § 6

A plantação nova de arvoredo, nos annos de 1803 para 1804, he de 50 270 arvores, a saber:

carvalhos .....	13 937
castanheiros .....	11 040 (77)
oliveiras .....	9 440
amieiros, lodos e sobreiros .....	2 547
laranjeiras, limoeiros e .....	0 144
amoreiras .....	9 695

## § 7

Independente destas arvores se formárão, no conselho de Gestaço (78), 200 viveiros de estacas de amoreiras, de que grande parte esta vão pegadas.

## [P. 33] § 8

Ha nesta comarca excellentes baldios por rotear (79), taes são os seguintes: no termo da cidade ha alguns pedidos, a que se oppõem os povos, por cauza das pastagens; e mesmo aquelles que, não sendo proprietarios, tem rebanhos que pascentão e se nutrem á custa dos outros. Esta mal intendida preocupação, em que estão sobre pastos communs, faz hum maior mal á agricultura do que se não pença e, apezar de estar demonstrada a sua inutilidade por bastantes escriptores prácticos, presiste na sua rotina, bem damnoza ao Estado (80).

## § 9

O monte, chamado da Borgada, no districto de S. Cruz, seria mui proprio para a cultura das oliveiras, pois algumas que ha vegetão mui bem. Tem de comprimento mais de hum quarto de legua.

## § 10

O monte Ladoeiro he proprio para a mesma cultura. A sua extenção he de meio quarto de legua.

## [P. 34] § 11

O monte, chamado de Real d'Alem, que tem meio quarto de legua, he mui bom para olivedo, sobreiros e pão de pragana, tendo as suas terras bastante sustancia.

## § 12

O monte d'aquem freguezia de Oliveira, que tem meia legua em circumferencia, poderá mui bem produzir os mesmos generos.

(77) Corrija-se para «11034» (BPMP, ms. 294, p. 29).

(78) No de «Gouveia», segundo outra fonte (BPMP, *id.*, p. 30).

(79) «arotear» (cc. da ACL).

(80) Como se verifica, o A. defende claramente o individualismo agrário.

## § 13

O monte de S. Cristo vão da Serra de Agua de Leite, na freguezia de Figueiró, que tem meia <sup>(81)</sup> de extensão, está alguma couza povoada <sup>(82)</sup> de castanheiros, sobreiros e alguns carvalhos. Porem, ha lugar ainda para hum maior numero.

## § 14

O monte de Mato, na freguezia de Ataide, tem meio quarto de legua e poderá dar a mesma qualidade de arvoredor e mesmo pão, pois tem sitios mui capazes e de mui fácil cultura.

## [P. 35] § 15

O monte de S. Cr isto vão, da parte da freguezia de S. Crestina, tem mui bons terrenos e a sua extensão será, com pouca differença, hum quarto de legua.

## § 16

O monte do Picoto, o de Bouças e o de S. Domingos, que terão tres quartos de legua, todos tres são bem susceptiveis de grandes melhoramentos, tanto pelo que respeita a plantas cereaes como plantação de arvores.

## § 17

O monte de S. Cruz, freguezia do Loredo, que tem mais de um quarto de legua.

## § 18

O do Pinoto <sup>(83)</sup> 13, o dos Curraes 14, da Fonte, todos da freguezia da Carvalhoza, que tem hum quarto de legua, todos são mui bons.

## § 19

O monte do valle, freguezia do Banho, que tem meio quarto de legua.

## [P. 36] § 20

O monte Formiga, freguezia de Freixo, que tem hum quarto de legua.

## § 21

O de S. Hdefonso 180 <sup>(84)</sup>, do Picoto 190 <sup>(85)</sup>, de Sequeiros 20 e de Corredor, todos no conselho de Travanca, tem meia legua de extensão e todos bons para serem cultos.

<sup>(81)</sup> Entenda-se «meia legua».

<sup>(82)</sup> «povoado» (ms. B).

<sup>(83)</sup> «Penouto» (ms. B).

<sup>(84)</sup> «18» (ms. B).

<sup>(85)</sup> «19» (ms. B). Neste, como no número da nota anterior, o zero parece ter sido apagado no ms. B.

§ 22

No coito de Mancelos ha tres montes, chamados Agua de Leite, Barreiros e Novaes, que igualmente podião ser mui productivos.

§ 23

No conselho de Unhão, os montes que ha, por pedregozos e natureza arida do seu terreno, não merecem outra cultura, á excepção de arvores proprias de taes sítios, e mesmo não ha grandes quantidades de aguas que podessem supprir as regas.

§ 24

No concelho de Gestaço ha huma serra, chamada da [p. 37] Meia Via, que he pena esteja sem cultura alguma, pellas diferentes qualidades de terreno, que produzir ião não só olivedo mas vinhas e pão, pois que as plantas que eu vi deste genero convidavão a industria do lavrador, pela bela vegetação que tinhão; e mesmo os milhos se darião mui bem nas margens do Tamega e Olo, aonde planices mui proprias ha, assim como para linhares.

§ 25

Iguaes vantagens offerecem as raizes da serra do Marão, para a parte da Ribeira da Louça, freguezia de Anciaens.

§ 26

No conselho de Gouvêa ha hum pequeno montado na serra da Abobreira <sup>(86)</sup> que, por esteril e pedregozo, nenhum proveito daria a quem intentasse a sua cultura.

§ 27

Finalmente, no conselho do Porto Carreiro, aos <sup>(87)</sup> montes da Barela, Tourão e Torel. O primeiro tem mui boa qualidade de terreno para milhos, senteyos e trigos e para [p. 38] toda a especie de arvores.

§ 28

Tal he o estado da cultura desta comarca, a qual he susceptivel de mui grandes melhoramentos e que merecia a pena se fizessem.

CAPITULO 9.º

CONCLUSÃO

Tal he, em summa, o estado da cultura desta fértil provincia, que merecia de hum grande apoio, pois que ella dá a principal riqueza a Portugal; e seria mui conveniente que a sua legislação agraria fosse hum pouco forte, a fim de pôr huma

<sup>(86)</sup> «Abobreira» (ms. B).

<sup>(87)</sup> Entenda-se «ha os».

barreira aos imenços pleitos e richas damnosas que, a todos os momentos, se estão praticando entre os seus habitantes, que fazem deshabitar os campos e consomem os fundos que os poderião fazer produzir <sup>(88)</sup>.

[P. 39] PARTE 2.<sup>a</sup>

DAS ESTRADAS, MONTES, RIOS, FABRICAS, COMMERCIO,  
PESCAS E NAVEGAÇÃO

CAPITULO I.<sup>o</sup>

DAS ESTRADAS

§ 1

As estradas que ha nesta provincia são outro estorvo para a boa agricultura do paÿz<sup>(89)</sup> que, por más, não dão livre circulação aos generos.

§ 2

Como esta provinda he mui cortada de montes e diferentes rios e regatos, tem defficultado a sua construcção <sup>(90)</sup>, tendo, alem disto, sido as primeiras que se abrirão mal derigidas, sem <sup>(91)</sup> calcularem os nives <sup>(92)</sup> nem mesmo as direcções, pois alem de [p. 40] asperas e máo piso, o que defficulta o seu transito, tanto nas subidas como descidas, e mesmo <sup>(93)</sup> fazem grandes rodeios que augmentam consideravelmente as distancias dos lugares.

§ 3

Outro igual inconveniente se observa em quanto á sua largura, pois algumas, por apertadas, não dão lugar á passagem de dois carros a par, o que cauza demoras e mesmo ás vezes richas entre os carreiros, não querendo ceder lugar.

§ 4

Os mesmos carros, pela sua má construcção de suas rodas, pois as suas pinas são demasiado estreitas e os pregos dos ferros <sup>(94)</sup> tão grandes que fazem regueiros pelas estradas <sup>(95)</sup>, que pelo tempo adiante se tornão em continuos precepicios.

<sup>(88)</sup> Sobre este assunto ver BPMP, ms. 294, p. 54.

<sup>(89)</sup> Entenda-se «região».

<sup>(90)</sup> «tem-se defficultado a construcção de estradas» (cc. da ACL).

<sup>(91)</sup> «sem se» (cc. da ACL).

<sup>(92)</sup> «niveis» (ms. B).

<sup>(93)</sup> «e mesmo» (cortado pelos cc. da ACL).

<sup>(94)</sup> Entenda-se «ferragens», rastos metálicos das rodas (cf. *supra*, Introdução, nota 258, e ms. B, p. 39).

<sup>(95)</sup> Os cc. da ACL cortaram «sua» e «suas», respectivamente antes de «má» e «pinas», e colocaram entre ( ) o que se encontra desde «pois» a «estradas».

## § 5

O pouco cuidado que ha nos povos e nos confrontantes das estradas, nas suas testadas, deixando cahir nellas não só terra dos seus vallados mas igualmente pedras dos seus muros, não se cansando de<sup>(96)</sup> tirar estes estormos <sup>(97)</sup>, igualmente as arruina.

## [P. 41] § 6

O máo costume que ha de lançarem mato nas estradas — para ser moido e curtido pelos animaes que por ellas transitão —, para os seus estrumes, igualmente as arruina e torna damnosas aos mesmos animaes, mettendo estrepes.

## § 7

A falta de pontes secas, em alguns lugares baixos, faz que hajão no Invernos <sup>(98 \*\*)</sup> sitios que, por pantanosos e olhos marinhos, fiquem intransitáveis, não tendo correnteza nem desaguadoiros as suas aguas.

## § 8

A falta de pontes nos diferentes regatos, que no Inverno se tornão caudalosos, he outro grande inconveniente e he de lastimar que, mesmo algumas que ha, estejam arruinadas e faltas de guardas.

## § 9

Em geral todas as estradas são mui mal construidas, não sendo isto por cauza dos materiaes, pois estes são de mui boa [p. 42] qualidade, nem pela natureza do terreno, que a industria poderia remediar, mas sim pela desgraça que trazem consigo todas as obras necessarias ao publico, pois que, de ordinario, os que nellas vegião as regulam a seu interesse particular. E não seria necessario recorrermos a estrangeiros por artifices, pois que entre nós os ha de mui boa qualidade e, mesmo do tempo da Antiguidade, temos incontestáveis monumentos desta minha acerção. Se não, sirva de exemplo a bem construida estrada, que de Braga passava ás Galias e de que ainda existe, desde Amares athé á Portela do Homem, que nem o tempo nem mesmo o pouco cuidado tem podido destruir esta obra que caracteriza os Romanos. Cordêa a serra Amarela e parte da do Gerez, passando por S. João do Campo. Está de tal forma cortada que parece, apezar das subidas e descidas, hum continuo plano. Toda ella está bordada de antigas arvores e de rochedos, por cujas fendas berbotão grandes choros de agua cristalina e tornão as <sup>(")</sup> remanescas <sup>(100)</sup> estas paragens, que tem excellentes golpes de vista em varias paragens <sup>(101)</sup> e, á sombra destas antigas arvores que [p. 43] desafião a contemplação do sabio, ha diferentes assentos de pedra para descanso dos viajantes e mesmo diferentes pedras, com

<sup>(96)</sup> «com» (cc. da ACL).

<sup>(97)</sup> Entenda-se «estorvos», como se lê no ms. B.

<sup>(98)</sup> «Inverno» (ms. B).

<sup>(")</sup> Não consta do ms. B.

<sup>(foo)</sup> «romanescas» (ms. B).

<sup>(101)</sup> «varios sitios» (cc. da ACL).

inscrições antigas, que marcavão as distancias em estadios e milhas <sup>(102)</sup>. A maior parte desta he de cascalho batido e terra e outras calçadas, mas mui bem argamasada. Esta, sem duvida, poderia servir de modelo para por ella se construírem as outras.

#### § 10

Não posso levar á paciencia que me digão que não ha meios para a sua construcção, quando reflecto que os conselhos tem sommas destinadas para isto. E veja-se que, só na comarca do Porto, ha a seguinte consignaço : cada barco do Douro paga, de entrada, entre o arraes e o commerciante, 640 rs. No conselho de Gaya, cada pipa de vinho 600 rs.; Maya, 300 rs.; Gondamar <sup>(103)</sup>, 400 rs.; S. João da Fóz, 4 800; Matosinhos e Leça, 1 800 rs.; Azurara, 200 rs.; Lordelo e Bouças, 1 500 rs.; Porto, 360 rs.; imposição de Matosinhos e Leça, 670 rs..

Contribuição para as estradas [p. 44] do Douro: por pipa 200 rs., metade do lavrador e metade do comprador; e mais, no Porto, por quartilho, nos mezes Abril e Maio, 2 rs.; e mais 480 rs., ametade que pertence ás obras publicas, e mais 1 real por quartilho nos mezes de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março, no consumo das tabernas do Porto, alem de 700 rs. por pipa de vinho de embarque, que só este artigo importaria, por hum calculo medio, em des annos, em 24 500S000 rs., só o vinho de embarque. Pelo que toca ao ramo, só poderá, por hum calculo aproximativo, regular annoalmente a 19 230S000 rs., que montarão as duas addições a 43 730S000 rs. annoaes.

#### § H

He de esperar que, estando algumas delias entregues a homens beneméritos, haja huma maior vegilancia nos seus consertos e que o publico veja a boa applicação das sommas com que concorre.

### [P. 45] CAPITULO 2.º

#### DOS MONTES

##### § 1

Tem esta provincia differentes cordelheiras de serras anteluvianas e montes secundarios, alem de varios montecolos e colinas que fazem que seja mui cortada a sua superficie e forme differentes quebraduras, por entre as quaes correm differentes rios e regatos, que a regão, e amenos valles que produzem grande variedade de plantas.

##### § 2

As serras, que entrão na ordem das anteluvianas, são as do Valongo, Baltar, parte da Abbeira, Basto, Tojo, Falperra, Amarela e Gerez. A maior parte destas, a sua composição he granítica, havendo comtudo nas abas de algumas delias, espe-

<sup>(102)</sup> Ver M. CAPELA, *Milliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto, 1895, pp. 53 ss.

<sup>(103)</sup> Entenda-se «Gondomar».

cialmente na de Valongo, grandes bancos esquistosos, de que os povos das circumvisinhanças se servem para os lares das suas chaminés e mesmo fazem [p. 46] uso, em algumas partes, para cobrirem as suas cazas, em lugar de telhas.

## § 3

Os montes secundarios são a maior parte formados de differentes camadas e estas de differentes grossuras de argilas, mais ou menos coradas, e bancos saibrentos e de cascalho e mui pouca pedra de cal.

## § 4

Na maior parte destas serras e montes ha vestigios de terem sido minadas e de extrahirem differentes metaes, especialmente ferro. De huma destas sou eu testemunha ocular, que he a de Valongo.

## § 5

Esta serra, que forma varios ramos, correndo huns perpendiculares <sup>(104)</sup> aos outros, está quasi toda minada e com differentes cortaduras, havendo hum, pouco mais ou menos, na indireitura de S. Pedro da Cova, que tem mais de 200 palmos perpendiculares sobre 28 de largura. Não sei qual podesse ser a origem delia, pois que neste ponto, apezar de ser [p. 47] huma boa posição militar, não achei vestigio algum pelo qual se podesse inferir ter havido fortificação antiga. He mais natural, a meu ver, fosse praticada para canal, por não ter outra sahida as aguas que, nas grandes inverneiras, se ajuntão nas planices, por detras de Valongo. Seja o que for, o que se vê he que he obra da arte e não da natureza.

Em toda a extensão da serra, da parte do nascente, ha differentes fojos perigosos aos gados que nella pascentão, que muitas vezes se precipitão nelles. Estes fojos eram as clarabóias das minas, pelas quaes não só recebem a luz mas erão igualmente ventiladas. Estas minas são bastante extensas e, naquellas que eu entrei, andei por baixo da terra mais de meia hora, havendo grandes largos rotos no rochedo, nos quaes estão expressos os golpes do instrumento com que forão abertos. Estas minas tem differentes entradas e para ellas se desce por degrãos de muito bom pizo e suaves, cortados na mesma pedra. Ha huma grande [p. 48] profundidade, aonde se divide em grandes galarias. Em huma destas furnas, chamada a dos pombos, ha hum grande poço, aonde se sente correr, com bastante violencia, hum rio subterraneo, na direcção do norte para o sul, não se sabendo aonde vai desembocar. Julgo mesmo que corre mui profundo e atravessa o Doiro, por baixo do seu leito.

## § 6

Pelo que toca á natureza destas minas, me parece que a maior parte delias erão de ferro, pois que os differentes bocados, que conservo na minha pequena collecção, são desta natureza, e estes em differente estado de oxidacção.

(104) «perpendiculares» (ms. B).

## § 7

Ha outros indicios que indicão a existencia de outros metaes e estas serras merecião ser examinadas por algum versado minaralógico.

## § 8

Junto a S. Pedro da Cova, do lado do poente, actualmente se trabalha huma mina de carvão de pedra, debai-[p. 49]xo da inspecção do meu amigo e mestre, o Sr. Joze Bonifacio de Andrade. Eu tive occazião de visital-lo por duas vezes, no anno de 1805, e correr as differentes galarias que ja se achão abertas. He bastante abundante e se faz bastante consumo no Porto e seria mui maior, a não serem as muitas particulas sulphurosas que tem, de que os ferreiros se queixão por não caldear bem o ferro e cortal-lo.

## CAPITULO 3.º

## DOS RIOS

## § 1

Nesta provincia correm os rios mais notáveis do Reyno, que tem servido de assumpto tanto aos historiadores como aos poetas e que fertelisão, com as suas aguas, os differentes campos que estão nas suas margens, com os na-[p. 50]teiros que de si lanção.

## § 2

Os de monta <sup>(105)</sup>, de que se deve fazer particular menção, são o Doiro, Lima e Minho, por nelles haver huma maior navegação e trazerem a sua origem <sup>(106)</sup> de grandes distancias.

## § 3

Alem destes tres principaes, temos o Tamega, Leça, Homem, Cavado, Caldo, Trofa e outros differentes ribeiros e regatos.

## § 4

Comtudo, porem, a navegação, mesmo dos grandes rios, se acha mui obstruida por obstáculos, tanto natuares como artificiaes, o que causa hum grave prejuizo. A maior parte dos rios tem os seus leitos intupidos, com a accumulção de areas e com differentes pedras arrojadas, humas pelas torrentes e outras natuares, o que faz não terem agua sufficiente para embarcações de maior lote, ao que igualmente defficultão as differentes pescarias que ha nas suas [p. 51] margens e assudes de moinhos.

(ios) «Os de maior monta» (nota do A. da *Mem.*).

(106) Respectivamente na serra de Urbión (Espanha), provincia de Orense (Galiza), e serra de Meira (Galiza) (A. DE AMORIM GIRÃO, *Geografia de Portugal*, p. 162).

## § 5

Não são nascidas estas couzas (*sic*) da parte do Governo, pois este, sempre dezejozo de concorrer para o bem geral do seu Reÿno, tem os seus augustos imperantes decretado a abertura de alguns delles, para os quaes se tem destinado sommas não pequenas. Queixemo-nos, pois, da má direcção destas obras que, prolongadas, fazem muitas vezes patrimonio particular, que não peza sobre quem as administra.

## § 6

Em virtude, portanto, das ordens regias, se procedeo ao encanamento do rio Cavado, tendo sido encarregado delle Custodio Gomes de Villas-Boas <sup>(107)</sup>, adjudicando-se para isso varias sommas. Começou-se esta obra com o maior aparato, consumindo-se grande parte do numerario em algumas obras de puro luxo, com ordenado de individuos que servião simplesmente de olheiros.

## § 7

Quando passei por Espozendo (*sic*) e Fão, tive lugar de observar [p. 52] o começo destas obras nas differentes estacadas que se têm feito, tanto para dar huma nova direcção na sahida deste rio como para reter o curso das aréas que, apezar disto, vi acumuladas.

## § 8

Seria muito de dezejar que a estes obstáculos, nascidos da natureza, se não ajuntassem outros produzidos da inveja e interesse particular, que obstão ao bom desempenho de obra de tanta utilidade, que augmentaria o commercio interior, tanto das comarcas de Braga como Barcelos.

He verdade que este rio offerece alguns obstáculos, tanto nas (*sic*) assudes de moinhos e pescaria, que são patrimonio de particulares. Porem, este devera cessar em beneficio publico, por hum justo equivalente, e muito mais existindo vestigios da antiga navegação que felicitava estas provincias <sup>(108)</sup>.

## § 9

O outro plano que foi adoptado foi o encanamento do rio Doiro, encarregada a sua inspecção á Illustrissima Junta da [p. 53] Companhia do Alto Doiro e derigidias por dois habéis officiaes, Reinaldo Odinet <sup>(109 \* \*)</sup> e Luiz Gomes <sup>(no)</sup>. Os obstáculos que tem encontrado nesta obra tem feito que não esteja tão adiantada como era de

(i07) y<sub>r</sub> BERNARDINO AMÂNDIO, *O engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e o porto de mar de Espozende em 1800*, Espozende, 1957; A. CRUZ, *op. cit.*; ADOLPHO LOUREIRO, *op. cit.*, vol. I, pp. 116-117; BPMP, ms. 294, pp. 36-47.

(ios) Ver FERNANDO CASTELO-BRANCO, *A economia bracarense e o tráfego comercial do Cávado*, in «Bracara Augusta», vol. XXXIII, n.ºs 75-76 (87-88), 1979 (Janeiro-Dezembro), pp. 303-324.

(K)9 Entenda-se «Reinaldo Oudinot». Ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, Lisboa — Rio de Janeiro, s.d., p. 769.

(no) Ver ADOLPHO LOURERO, *op. cit.*, vol. I, pp. 208 e 248-255.

esperar e que a morte nos privasse de hum dos seus directores (<sup>m</sup>). Para esta obra, que concluida servira (<sup>112</sup>) de monumento ao reynado de sua Magestade Fidelissima e de S. A. R. o Principe R. N. S. (<sup>113</sup>), foram destinadas as seguintes sommas, impostas nos vinhos de ramo e feitoria.

Pelo vinho (<sup>114 115</sup>) que entra no Porto, ametade pelo arraes outra  
 pelo dono da pipa ..... 40 rs.  
 Por cada pipa que se consome na cidade e districto, exclusivo..... 480 rs.

## § 10

Estes dois artigos importarão, nos annos de 1806 e 1807:

no vinho do ramo, importarão no anno de 1806 ..... 20 5485144 rs.  
 no anno de 1807 em ..... 20 0475540 »

## [P. 54] § 11

Os vinhos de feitoria ou embarque pagão as seguintes addições:  
 pelo vinho que entra na cidade, por pipa, a quantia de ..... 40 rs.  
 pagão (<sup>115</sup>) mais, por tonelada de medição, todos os navios estrangeiros  
 e nacionaes, tanto na entrada como sahida ..... 100 rs.

## § 12

Rendeu no anno de 1806, a 40 rs. por pipa, a quantia de ... 1 251\$350  
 no anno de 1807 ..... 1 095\$200

## § 13

O decreto de 100 por tonelada rendeo, no anno de 1806, a quan-  
 tia de ..... 4 372\$550  
 no anno de 1807 ..... 3 959\$600

## § 14

O rendimento total, no anno de 1806, foi de ..... 26 171\$944 rs.

## [P. 55] § 15

O rendimento do anno de 1807 foi de ..... 25 102\$304 rs.

## § 16

As obras do encanamento do Cavado tem tãobem differentes applicações,  
 que bem administradas poderião sustentar hum bom numero de operarios e ter

(Ui) «O Brigadeiro Reinaldo Odinet» (nota do A. da *Mem.*).

(112) Entenda-se «serviria».

(113) «Regente Nosso Senhor» (ms. B).

(114) «vinho do ramo» (nota do A. da *Mem.*).

(115) «Carta regia de 5 de Fevereiro de 1790» (nota do A. da *Mem.*).

dado maior utilidade do que a que tem dado esta obra, na qual já estão absorvidos grandes capitaes, desgraça esta que acompanha quasi sempre as obras publicas que, muitas vezes, prolongadas, formão patrimonios particulares <sup>(116)</sup>, sendo maior a folha dos braços inúteis do que uteis.

## § 17

Receberia hum grande beneficio esta provincia, huma vez que se podesse encarnar o Tamega, pois facilitaria mais a comunicação com a provincia de Tras-os-Montes, o que he de esperar das sabias vistas do nosso Governo, que tanto quer concorrer para o beneficio publico.

## [P. 56] CAPITULO 4.º

## DAS FABRICAS

## § 1

A industria natural dos habitantes desta provincia fez que se erigissem em todas ellas <sup>(117)</sup> diferentes fabricas, aonde se fabricão diferentes objectos que rivalizão aos de fora, que só a preocupação conserva actualmente.

## § 2

No Porto e suas visinhanças ha diferentes fabricas de tecido de seda, brocados, veludos, veludilhos, algodões, estamparia, [cutelaria] <sup>(118)</sup> e sarralharia.

## § 3

Os tecidos de seda pouca inveja tem aos vindos de fora. Os tafetas são mui bons, especialmente os de furtacores, assim como as sedinhas frouxas e nobrezas, igualmente, e sarjas.

## [P. 57] § 4

Destes objectos não ha fabrica regular, mas sim theares avulso, assim como dos veludilhos e veludos brocados e damascos lizos. De matriz e ouro, para paramentos, ha huma pequena fabrica com alguns theares.

## § 5

He pena que a perfeição das machinas não esteja no seu auge, o que faz que, na concorrência, estes generos não possam competir, na mão-de-obra, com as vindas <sup>(119)</sup> de fora, sendo necessario hum maior numero de braços e augmento de jornaes.

<sup>(116)</sup> O A. da *Mem.* insiste neste aspecto, já focado antes (cf. *supra*, p. 95).

<sup>(117)</sup> Referir-se-á o A. a comarcas ou a localidades? Inclinamo-nos para a primeira hipótese.

<sup>(118)</sup> No local desta palavra — que só aparece no ms. B — há um espaço em branco no ms. A.

<sup>(119)</sup> Entenda-se «os vindos».

## § 6

As unicas fabricas que trabalhão em grande são a dos algodões, pertencente a Clamous Browns <sup>(120)</sup>, e a de pannos de lã, de Domingos Martins Gonçalves, ambas em Lordelo do Ouro, e a fabrica de arcaria de ferro, em Crostuma (\* <sup>121</sup>), que está na administração da Companhia do Alto Doiro.

## § 7

Na primeira se tecem fustões, paninhos, toalhas, xitas, [p. 58], metins, acol-xoados e guardanapos e, igualmente, ha estamparia. Estes diferentes objectos são mui bem fabricados, para o que tem concorrido a escrupulosa vigilancia de seus administradores. Nellas se emprega hum grande numero de braços, tanto na tece-lagem como [na] <sup>(122)</sup> fiação e doba, o que cauza hum beneficio grande á sociedade, evitando a mendiguez. Estes diferentes artigos, porem, he pena que não possuem competir com os de fora, não pelo que toca á sua bondade e perfeição, mas pelo que respeita á mão-de-obra, pela falta de machinas proprias, que abreviã o trabalho e evitã grande numero de braços, de outra forma necessarios. Tanto mais he de sentir, quanto o ver que a maior parte dos generos vindos de fóra estão notavelmente falcificados, tanto na falta de fios do urdido como no tecido e nas tintas.

## § 8

A dos pannos de lã igualmente ocupa hum grande [p. 59] numero de braços. Porem, esta não tem chegado a grande grão de perfeição. Apenas os pannos azuis podem passar. Porem, sendo tintos depois de tecidos, largão bastante tinta, pela qualidade do mordente ser máo e os mixtos, necessarios á tinturaria, não terem a maior escolha. Tecem nella pannos grossos, baetões e baetas.

## § 9

A outra fabrica he a de arcaria de ferro, estabelecida em Crostuma <sup>(123)</sup>, á margem do rio Vima. Nella se fabrica arcos de aguada inteira, meia aguada e pipa e se fundem algumas peças de ferro. Esta fabrica está, como dice, debaixo da direcção da Companhia do Alto Doiro.

<sup>(120)</sup> Trata-se certamente de Bernardo de Clamouse Brown. «Em 1817 havia no Porto a firma de Bernardo de Clamouse Browne & C.<sup>a</sup>» (NUNO DAUPIÁS (ALCOCHETE), *A Carta de Armas de Bernardo de Clamouse*, in Boletim dos «Amigos do Porto», vol. I, n.º 2, 1952, p. 35). Foi também consignatário de barcos ingleses na cidade do Porto (cf. JORGE DE MACEDO, *O Bloqueio Continental*, p. 90) e referiu-se-lhe Jácome Ration, numa carta datada de 12-XII-1799 (MANUEL DA SILVA GUIMARÃES, *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, 1976, p. 218).

<sup>(121)</sup> Entenda-se «Crestuma».

<sup>(122)</sup> Só se encontra no ms. B.

<sup>(123)</sup> Entenda-se «Crestuma».

§ 10

A obra sarralharia he feita avulso em diferentes logeas. Consiste em podões, fouces, fexaduras, feixos pedrezes, aldraves e lemes de portas. Porem, esta obra não he tal qual deveria ser, pois lhe falta a perfeição e escolha de material.

[P. 60] § 11

Em Braga e Guimarães ha diferentes fabricas de cutelaria e de espingardeiro e a tempera que dão ao aço he mui boa reputado <sup>(124)</sup>, isto e devido ás suas aguas <sup>(125)</sup>.

§ 12

Ha igualmente em Braga fabrica de torneiros, aonde se fazem caixas e outros objectos de corno, com grande perfeição.

§ 13

Em Guimarães se fabrica igualmente panno de linho, guardanapos e toalhas de cadilhos adamascadas, de mui boa qualidade.

§ 14

No resto da provincia ha outras fabricas, porem de pouca monta, á excepção da dos pannos de linho da Lixa e de Penafiel que, pela sua bondade, são procurados de grandes distancias. E terião ainda mais sahida se não fossem alguns delles de dois linhos, isto he, do mar e da terra, costumando urdir com o do mar e tecer com o da terra, [p. 61] o que faz que o panno não tenha igual dura e mesmo não seja igual no fio e mesmo cheio de canelas e cadilhos e ourelas, desiguaes.

§ 15

Alem destas manufacturas, ha as louças de pó de pedra, chamada do Cavaco, junto ao Porto, margem do rio Doiro <sup>(126)</sup>. Fabrica-se nella grande quantidade de louça, que imita mui bem a vinda de fóra. Ha outra em Miragaña, de louça vidrada <sup>(127)</sup>. Ha outras espalhadas pela provincia, tanto finas como grossas. Tem hum grande consumo e seria muito maior se houvesse mais escolha nos barros, que os ha de mui boa qualidade, e mesmo no modo de abiscoitar <sup>(128)</sup>, infornar e esfriar.

§ 16

Tal he, em geral, o estado das fabricas desta provincia que merecem huma maior protecção do que não tem.

<sup>(124)</sup> Possivelmente «reputada», embora esteja assim nos mss. A e B.

<sup>(125)</sup> Cf. *O Panorama*, vol. IV, 1840, p. 282.

<sup>(126)</sup> cf. *supra*, Introdução, nota 213.

<sup>(127)</sup> *Ibid.*, nota 217.

<sup>(128)</sup> «o biscoitar» (ms. B).

## [P. 62] CAPITULO 5.º

## DO COMMERCIO

## § 1

Ha nesta provincia hum grande commercio, que faz que haja huma grande circulação de numerario, sendo, por este motivo, a mais rica de Portugal.

## § 2

Consiste o seu commercio em diferentes objectos, produzidos no seu recinto, nas provincias lemitrofes e do estrangeiro.

## § 3

O commercio inteiro <sup>(129 130)</sup> he feito dos generos produzidos no seu proprio districto, de comarca para comarca. Este consiste no superfluo que nellas ha ou nos objectos das suas manufacturas, pão, gados e vinho, que são vendidos, a dinheiro de contado, nos diferentes mercados <sup>(130)</sup>, que nesta provincia são muitos e mes-[p. 63]mo tirão ao lavrador muito tempo ao seu trabalho, pois ha mezes que os seus gados são comprados e vendidos quatro e cinco vezes, por hum modico ganho, não calculando as despezas que fazem nestas diferentes jornadas e o tempo que perdem e o cansasso dos gados. Outras vezes, escambão por outros generos, de que necessitam para o seu consumo ordinario.

## § 4

Este commercio se não limita simplesmente aos generos da primeira necessidade, pois que nestes diferentes mercados aparecem outros, vindos de fora, para diferentes usos e mesmo de luxo, como também grandes porções de rolos de estopa e pannos de linho da Lixa e Guimarães, ferragens e outros artigos e canquilhaia.

## § 5

Pelo que pertence ao commercio de exportação, consiste este de varios artigos : ou dos generos e manufacturas da propria provincia; ou daquelles que provierão, ou por compra ou escambo, das provincias lemitrofes; ou dos generos vindos das [p. 64] nossas colonias.

## § 6

Consiste o principal genero de commercio dos diferentes artefactos das suas fabricas, como ferragem de diferentes naturezas, xitas e tecidos, tanto de algodão como de linho de diferentes naturezas. O seu principal consumo he nas nossas colonias, para onde se exportão continuamente hum grande numero de rolos e peças.

(129) Entenda-se «interno» ou «intrinsic», como ao tempo também se dizia.

(130) cf. *supra*, Introdução, nota 236.

## § 7

O commercio de maior vulto he dos vinhos que, apesar de não serem da lavra da propria provincia, são comprados por habitantes delia ou por estrangeiros que nella residem; he o dos vinhos, tanto de embarque ou de feitoria, ou de ramo.

## § 8

Os vinhos de embarque, ou são exportados por compradores inglezes, commissarios de differentes cazas estabelecidas no Reÿno da Gram-Bretanha, ou por ne-[p. 65] gociantes portuguezes estabelecidos no Porto, com consignatarios no mesmo Reÿno ou, finalmente, pela Junta da Companhia do Alto Doiro, que tem igualmente correspondentes em Inglaterra; pois, segundo hum calculo que tive lugar de ver, o vinho exportado desde 1804 athe 1808 chega a 265 782 pipas, que calculadas na segunda qualidade para o lavrador a 30S000 rs., importão em 7 972 460S000 rs. <sup>(131)</sup>, independente do lucro dos exportadores e commissarios, que fazem compras, e das chamadas luvas dos lavradores e dos direitos que entrão na circulação geral.

## § 9

Os vinhos, chamados de ramo, são igualmente exportados para as nossas Americas e para alguns dos portos do Norte, como Riga, Arcángel. Este, porem, não he de tanta monta.

## § 10

O commercio externo <sup>(132)</sup> se reduz a differentes objectos, taes [p. 66] como os reputados de primeira necessidade, como os secundarios, que são de mero luxo, e de fabricas.

## § H

No primeiro genero entrão os milhos <sup>(133)</sup>, trigos, cevadas, assucares, arrozes <sup>(134)</sup>, carnes e peixes salgados e as materias primeiras para as fabricas e boticas, taes são as differentes drogas que, apesar de haverem muitas destas no Reÿno, são compradas em bruto e manipuladas por estrangeiros, que não só ganhão a mão-de-obra mas as outras despezas do seu costeamento, o que acontece com o tártaro.

## § 12

Os que entrão na segunda classe são aquelles artigos que a nossa preocupação tem feito que nos damos a preferencia, taes são as differentes canquiharías, ferragens e pannos de lã e algodão, que alguns, pela enovação, levão horrores de dinheiro,

G<sup>3i</sup>) Aliás «7 973 460S00 rs.».

<sup>(132)</sup> De importação.

<sup>(133)</sup> Durante o século XVIII e até 1820, encorajava-se a importação de milho e proibia-se a sua exportação (SANDRO SIDERI, *op. cit.*, p. 205).

<sup>(134)</sup> O arroz ainda era então totalmente importado (M.<sup>a</sup> DE LOURDES ROQUE DE AGUIAR RIBEIRO, *op. cit.*, p. 75).

ou escambão por objectos de hum maior valor intrinseco. Ha alguns, comtudo, de que temos necessidade, tal he o ferro, aço e adoela. Esta nasce, comtudo, [p. 67] da pouca industria e olharmos o alheio como melhor.

### § 13

Outros artigos ha, de exportação, que não necessito de enumerar, pois todos os conhecem e he escuzado enumeral-los.

## CAPITULO 6.º

### DA PESCA E NAVEGAÇÃO

#### § 1

Entre hum dos ramos mais propicios a hum Estado entra a pesca, pois que della se alimenta huma grande parte da população.

#### § 2

Parecia que nesta provincia, aonde ha, independente de huma quantidade de ribeiros e grandes rios e mesmo hu-[p. 68]ma dilatada costa de mar, fosse este ramo de industria natural mais culto. Succede, pelo contrario, pois está quasi de todo aniquilado, sendo necessario que, para o nosso proprio consumo, venha pescado estrangeiro.

#### § 3

Ninguem poderá fallar desenteressadamente e, principalmente, os que forem verdadeiros amantes da sua Patria. Os males que a ella <sup>(135)</sup> se seguem, ja pelo que respeita á saude propria dos povos, ja finalmente pelos dinheiros que terá a circulação interna do Pays, que bem applicados serão mui vantajozos.

#### § 4

Os rios e ribeiros desta provincia produzem excellentes especies de pescado. Porem, os estorvos que tem impedem a que os pescadores uzem da sua arte, não lhes dando hum ganho que compense a sua vida, nem mesmo suppra ao consumo ordinario.

#### [P. 69] § 5

Iguaes obstáculos tem, a não serem maiores, a pesca chamada do alto, muito mais perigoza, pois está exposta ás tempestades e costas.

#### § 6

Todos conhecem estes males. Porem, athé ó presente se não tem remediado. Não posso nem devo entrar no motivo ; só o sinto, pois que vejo que influe no todo do nosso Reÿno.

(135) «q<sub>ue</sub> déliés» (ms. B).

## § 7

Ha diferentes pontos, na costa da provincia, que favorecerião este ramo, tão necessario como util, taes são: S. João da Fóz, Matosinhos e Leça, Villa do Conde, Esposendo (*sic*) e Fão, Viana. He verdade que nestes sitios ha huma tal ou qual pescaria. Porem, por não ser animada e os pescadores faltos de capitaes, não luz, pois que muitos, perdidas as suas redes, perdem o seu patrimonio e não levantão cabeça.

## § 8

A pesca que ha de mais vulto he a de sardinha, na costa [p. 70] de Espinho, aonde ha alguma salga, no tempo de S. Catharina, e suppre parte dos trabalhos do Doiro. Porem, esta he muito precaria, por ser em costa aberta e exposta aos ventos do norte e sem abrigo algum para as embarcações.

## § 9

Huma igual pesca se ia fazendo em S. João da Fóz, aonde se erigrão armações de salga e eu conheci no meu tempo, junto á Cantareira de Baixo.

## § 10

A principal salga do peixe, em S. João da Fóz, era de pescada, arraia e alguma sardinha.

## § H

Toda a costa do Norte produz excellente peixe e seria muito de dezejar que se animassem as pescarias, estabelecendo-se companhias que tivessem sufficientes fundos para supprirem a necessidade do pescador, em cazo de perca de barcos ou redes; e seria hum meio pelo qual nos [p. 71] [pouparíamos] <sup>(136)</sup> a tanta introdução de peixe salgado, pescado por pescadores estrangeiros, mesmo nas nossas costas da America.

## § 12

São diferentes as embarcações que se empregão na pescaria e de diferentes toneladas.

## § 13

A pescaria, nos rios, se faz nos pequenos saveiros e huns barcos, a que chamão caiques, mui diferentes dos usados na costa do Algarve <sup>(137)</sup>, pois que estes são sem quilha e tem differente forma. Usão de leme e armão á redonda, com huma só vela. Estas embarcações nunca excedem a 48 <sup>(138)</sup> toneladas, as maiores, e pequenas lanchas, com quilha.

<sup>(136)</sup> Palavra que se lê no ms. B, encontrando-se, no seu lugar, um espaço em branco no ms. A.

<sup>(137)</sup> cf. *supra*, Introdução, nota 188.

<sup>(138)</sup> Temos dúvidas se será este número, em virtude de os dois algarismos se encontrarem um pouco afastados em ambos os mss. (A e B).

## § 14

A do alto se faz com saveiros grandes, lanchas e catraios. A figura dos saveiros grandes he de meia lua, tendo tanto a roda de prôa como o cadaste mui arqueados e deminuição das cavernas, desde a caverna mestra, tanto para o lado da proa como poupa. Igualmente o seu leme tem [p. 72] a figura triangular e usão de pás em lugar de remos. A ecarelenga <sup>(139)</sup> do mastro está no centro da embarcação. A sua armação he á redonda, com huma só vela. A sua vela tem a figura de hum trapezio <sup>(140)</sup> e amurão a vela muitas vezes ao mastro e mesmo a algumas das cavernas. Tem uma bolina e, do lado da escota, a vela algum tanto acutilada, ficando esta na altura da borda do barco 8 a 10 palmos. Estas velas tem pouca esteira e mais altura, tendo o mastro, em algumas, quasi o comprimento do barco.

As lanchas <sup>(141)</sup> tem duas velas redondas, assim como as catraias, e estas qualidades de embarcações são mais seguras e tem quilha. Tanto humas como outras tem seus pequenos panneiros, que servem para recolherem as velas e mesmo abrigarem-se do tempo.

## § 15

A pesca he feita de diferentes modos: ou com espinheis ou redes de armação, tresmalhos, redes de arrastar, cubas, tarrafas e fisga.

## [P. 73] § 16

Os espinheis, alguns tem de 40 a 100 anzóes, em diferentes linhas. Das mais pequenas se servem no rio. As linhas são marcadas com boias, que não só servem para as sustentar, mas igualmente denotão o dono a quem pertencem. Alem destas boias particulares, ha as geraes, que indicam o lugar e a embarcação a quem pertencem.

## § 17

Nestas linhas se pesca o peixe mais miudo: safios, robaletes, caxuxos, etc..

## § 18

As redes de armação ou são de malha miuda ou larga. Cada barco leva 20 a 30 redes e, ás vezes, mais. São lançadas na vespera e levantadas 12 ou 16 <sup>(142)</sup> horas depois. Isto se o mar dá lugar. Todas tem as suas competentes boias por que se conhecem.

<sup>(139)</sup> «carelenga» (ms. B).

<sup>(140)</sup> «triangulo» (ms. B). Ver gravura inserta na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, Lisboa — Rio de Janeiro, s.d., p. 831.

<sup>(141)</sup> Cujá designação genérica diz respeito a embarcações bastante diferentes entre si (OCTAVIO LIXA FILGUEIRAS, *Sobre as origens do barco poveiro*, Póvoa do Varzim, 1970, p. 21. Sep. do Boletim Cultural «Póvoa do Varzim», vol. IX, n.º 2, 1970).

<sup>(142)</sup> «14» (ms. B).

[P. 74] § 19

Nestas redes sahe toda a qualidade de peixe, como pescadas, congros, arraias, cações, peixes-espadas, solhas, cerapatões, chermes (*sic*) e outros peixes de pelle. Este peixe he posto em lotes e repartido pelo dono das redes, á proporção do que cada hum pesca na sua, entrando o quinhão pertencente ao barco, que he pago por todos em geral da companhia, o que se observa com as outras redes e cubas e tarrafas.

§ 20

A pesca da fiska he a maior parte feita de noite e ao candeio. Esta não he tão productiva como a outra e pode-se contar como hum mero recreio.

INDEZ

	<i>Part.</i>	<i>Cap.</i>	<i>Paraf.</i>	<i>Pag.</i>
<b>B</b>				
<b>Barcelos.....</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	12
»	»	»	4	»
»	»	»	5	»
»	»	»	6	13
»	»	»	7	»
»	»	»	8	»
»	»	»	9	14
»	»	»	10	»
<b>Braga .....</b>	»	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>16</b>
»	»	»	2	17
»	»	»	3	»
»	»	»	4	18
»	»	»	5	19
»	»	»	6	»
»	»	»	7	20
<b>C</b>				
<b>Commercio .....</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>62</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	»
»	»	»	4	63
»	»	»	5	»
»	»	»	6	64
»	»	»	7	»
»	»	»	8	»
»	»	»	9	65
»	»	»	10	»
»	»	»	11	66
»	»	»	12	»
»	»	»	13	67
<b>Conclusão .....</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	—	<b>38</b>
<b>E</b>				
<b>Estradas.....</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>39</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	40
»	»	»	4	»
»	»	»	5	»
»	»	»	6	41
»	»	»	7	»
»	»	»	»	»
»	»	»	9	»
»	»	»	10	43
»	»	»	11	44

	<i>Part.</i>	<i>Cap.</i>	<i>Paraf.</i>	<i>Pag.</i>
<b>F</b>				
<b>Fabricas.....</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>56</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	»
»	»	»	4	57
»	»	»	5	»
»	»	»	6	»
»	»	»	7	»
»	»	»	8	58
»	»	»	9	59
»	»	»	10	»
»	»	»	11	60
»	»	»	12	»
»	»	»	13	»
»	»	»	14	»
»	»	»	15	61
»	»	»	16	»
<b>G</b>				
<b>Guimarães.....</b>	<b>1</b>	»	<b>1</b>	<b>15</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	»
»	»	»	4	»
<b>M</b>				
<b>Minho .....</b>	»	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	»
»	»	»	4	4
»	»	»	5	»
»	»	»	6	»
»	»	»	7	5
»	»	»	8	»
»	»	»	9	»
»	»	»	10	6
»	»	»	11	»
<b>Montes .....</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>45</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	46
»	»	»	4	»
»	»	»	5	»
»	»	»	6	48
»	»	»	7	»
»	»	»	8	»
<b>P</b>				
<b>Penafiel.....</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>30</b>
»	»	»	2	»
»	»	»	3	31

	<i>Part.</i>	<i>Cap.</i>	<i>Paraf.</i>	<i>Pag.</i>
<b>Penafiel.....</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>31</b>
	»	»	5	»
	»	»	6	32
	»	»	7	»
	»	»	8	33
	»	»	9	»
	»	»	10	»
	»	»	11	34
	»	»	12	»
	»	»	13	»
	»	»	14	»
	»	»	15	35
	»	»	16	»
	»	»	17	»
	»	»	18	»
	»	»	19	»
	»	»	20	36
	»	»	21	»
	»	»	22	»
	»	»	23	»
	»	»	24	»
	»	»	25	37
	»	»	26	»
	»	»	27	»
	»	»	28	38
<b>Pesca e navegação.....</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>67</b>
	»	»	2	»
	»	»	3	68
	»	»	4	»
	»	»	5	69
	»	»	6	»
	»	»	7	»
	»	»	8	»
	»	»	9	70
	»	»	10	»
	»	»	11	»
	»	»	12	71
	»	»	13	»
	»	»	14	»
	»	»	15	72
	»	»	16	73
	»	»	17	»
	»	»	18	»
	»	»	19	74
	»	»	20	»

	<i>Part.</i>	<i>Cap.</i>	<i>Paraf.</i>	<i>Pag.</i>
<b>Porto</b> .....	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
	»	»	2	7
	»	»	3	»
	»	»	4	8
	»	»	5	9
	»	»	6	10
	»	»	7	11
<b>R</b>				
<b>Rios</b> .....	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>49</b>
	»	»	2	50
	»	»	3	»
	»	»	4	»
	»	»	5	51
	»	»	6	i »
	»	»	7	»
	»	»	8	52
	»	»	9	»
	»	»	10	53
	»	»	11	54
	»	»	12	»
	»	»	13	»
	»	»	14	»
	»	»	15	55
	»	»	16	»
	»	»	17	»
<b>V</b>				
<b>Valença</b> .....	<b>J</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>24</b>
	»	»	2	»
	»	»	3	»
	»	»	4	25
	»	»	5	26
	»	»	6	27
	»	»	7	28
	»	»	8	29
	»	»	9	»
<b>Viana</b> .....	»	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
	»	»	2	»
	»	»	3	21
	»	»	4	22
	»	»	5	»
	»	»	6	»
	»	»	7	»
	»	»	8	23
	»	»	9	»

FIM

(Página deixada propositadamente em branco)

## BALDIOS NA PROVÍNCIA DO MINHO NOS INÍCIOS DO SÉCULO XIX

COMARCA	CONCELHO		FREGUESIA		N.º TOTAL DE BALDIOS	OBSERVAÇÕES
	Nome	N.º de Baldios	Nome	N.º de Baldios		
Porto	Gaya (i)	16			50	«Capazes de cultura de diferentes generos». «Iguamente capazes». «Diferentes letigiosos e de boa qualidade». «Capazes de cultura: pinhaes, sobro, castanhaes e pão». «Iguamente capazes» (2).
	Bouças	1				
	Aguiar de Souza	10				
	Maia	18				
	Refoios	5				
Viana						«Tem [...] grande numero de baldios, que podem levar para cima de 8 990 alqueires de semente» (3).
Valença	Caminha		Cristello	1	23	«Os baldios são de absoluta necessidade para logradouro dos povos e pasto dos gados, pois que, no termo desta vila não ha outra quantidade de alimento mais prompto para os mesmos animais e que, da maior parte, estão em sitios fragozos e inhabeis de cultura» (4). «[...] todos ou a maior parte dos baldios que ha são proprios para cultura, com mais ou menos despesa. Porem, tãobem são necessarios para os adubos das terras ja cultivadas — os matos apenas nascem nos ditos baldios — e igualmente para o pasto dos gados. Os lavradores não tem descuido de requererem, pela Junta da Casa do Enfantado (sic), a quem pertencem estas terras, aforamentos de alguns pedaços de taes terrenos, que lhes ficão nas vezinhanças, que a Camara desta villa [Valença] actualmente demora e deficulta, por quererem exigir salarios de visturias que, me persuado, lhes não toca. [...] O corregedor da comarca, Manoel Jose da Crus Mendes Taborda»(5).
		Moledo	1			
		Gontinhães	1			
		Ville	1			
		Riba de Ancora	2			
		Orbacem	1			
		Pedrulhos	1			
		Gundar	1			
		Dem	1			
		Filgueiras	1			
		Arga de Baixo	1			
		Arga de Sima	1			
		Covas	1			
		Sopo	4			
		Villar de Mouros	3			
Argelia	1					
Seixas	1					
Barcelos						«Os baldios susceptives de cultura: a maior parte delles se achão reduzidos á mesma e, os mais, se conservão para adubos das terras fabricadas dos lavradores» (6).
Braga					599 O	«Todos estes baldios acuzão aos habitantes da comarca a sua indolencia, pelas viçoas plantas que produzem naturalmente» (8).
Guimarães						«Tem esta comarca poucos baldios, á excepção de algumas porções de montados, nos suburbios da villa, dos quaes a maior parte estão pedidos e informados» (9).
Penafiel	S.ª Cruz	29 (10)			29	«Informa o juiz ordinario do concelho de S.ª Cruz que, nos ditos baldios asima, ha varios terrenos que, reduzidos a cultura, podem produzir os generos da 1.ª necessidade e que seria mais util ao publico, pois, pela sua devacidação, nem matos produzem e seria de utilidade o repartirem-se pelos vezinhos, para os reduzir a cultura» (11).
						«Termo da cidade [Penafiel]: informa o juis e officiaes da Camara haverem alguns baldios e maninhos incultos, os quaes, posto que se podem agricultural, comtudo, da sua agricultura resultará, talves, maior prejuizo ao publico do que utilidade, porque, na falta do mato que elles produzem, ficam privadas as terras cultivadas dos preciosos adubos, para a produção dos frutos da 1.ª necessidade, pelo que será, talvez, mais util que eles se repartissem proporcionadamente pelos possuidores das terras cultas e pobres respectivos convezinhos, com o foro proporcionado» (12 13).
Minho					701 (»)	

Fontes: *Memoria sobre o estado da agricultura na provinda do Minho [...]*, atrás transcrita; BPMP, ms. 294, *Rezisto dos officios e ordens sobre plantaçoins de arvores nas provindas do Norte. 1803* (Nas notas seguintes, indicá-las-emos apenas por *Mem.* [páginas da nossa transcrição] e ms.).

(1) Adoptamos as regras enunciadas sobre a transcrição da *Memória*, tal como no Anexo II.

(2) Ms., p. 4; *Mem.*, pp. 75-77.

(3) *Mem.*, p. 81; ms. pp. 50-53. Neste pode ver-se a distribuição do total da semente pelas diversas localidades.

(4) Ms., p. 26.

(5) Ms., pp. 80-81.

(\*) Ms., pp. 78-79.

(7) 123 dos quais pertenciam ao termo da cidade de Braga e 476 aos coutos da comarca (*Mem.*, p. 79).

(8) *Mem.*, p. 79.

(?) *Mem.*, p. 79.

(10 11) Além do número, conhece-se também o nome, a localização e a extensão aproximada dos respectivos baldios (ms., p. 31).

(11) Ms., p. 31.

(12) Ms., p. 30.

(13) Temos ainda notícia de 599 baldios na comarca de Lamego — província da Beira —, 123 dos quais pertenciam à cidade de Lamego e 476 aos coutos da comarca (ms., p. 63).

(Página deixada propositadamente em branco)

## ARVOREDO NA PROVÍNCIA DO MINHO NOS INÍCIOS DE OITOCENTOS

COMARCA	CONCELHO OU LOCALIDADE	AMOREIRAS PLANTADAS				OLIVEIRAS		ÁRVORES DE ESPINHO	CASTANHEIROS		CASTANHEIROS E SALGUEIROS (DEVESAS)	ÁRVORES DE FRUTO	ÁRVORES DE FRUTO E MADEIRA	AMIEIROS, LODOS E SOBREIROS	PUNHA LUTIXA PUTA	PINHEIROS E CARVALHOS (MATAS)	CARVALHOS		VÁRIAS ESPÉCIES (MATAS)
		§ 801	30	§ S 35	§ f	i I	1 o"		i	3 a							1	2	
Porto	Gaya			32(i)	32														
	Bouças			10	10														
	Aguiar de Soiza			118	118														
	Maia			12	12														
	Refoios			41	41														
	<b>Total</b>				213	213													
Barcellos (2)	Barcellos	2 296	19 378		21 674										52(3)			4 (4)	
	Espozende	345	1 641		1 986														
	Melgaço	175	250		425														
	Eixo e anexas	194	2 691		2 885														
	Villa do Conde	47	711		758														
	Nogueira		31		31														
	Gondufe	18	169		187														
	Correlham	25	581		606														
	Penella	120	2 295		2 415														
	Villa Cham	80	1 000		1 080														
	Larim	77	500		577														
	Rates	36	269		305														
	Fralens	15	631		646														
	Landim	58	1 266		1 324														
	Louzada	141	2 299		2 440														
	Baltar	27	229		256														
	Paiva	212	424		636														
Ferreiros	746	254		1 000															
Tendaes	16	944		960															
<b>Total</b>		4 628	35 563		40 191										52			4	
Braga	Cidade e termo	223			223		123		1	184					31				
	Coutos da comarca							264	936			1 536 (5)			400				
<b>Total</b>		223			223		123	265	1120			1536		431					
Penafiel (6)	Termo da cidade		5 352		5 352	5 110		3 920					2 035 (7 8)				4 138		
	Cone. de S.ª Cruz		1 159		1 159	1 263		1 687			399		32				2 080		
	» » Unhão		502		502	50		659			200						947		
	» » Gestaço		112		112	1 323	108	2160			1 564		343				3 821		
	» » Gouveia		9870		987	800	25	1 649			1 215		125				1 890		
	» » Thuias		492		492	217		95			61						115		
	» » V. de Canavezes		97		97	78		125			34		12				23		
	» » Porto Carreiro		994		994	399		349									243		
	Honra de Meinedo					200		230									450		
	» » Barboza							160									230		
	<b>Total</b>			9 695		9 965	9 440	144	11 034			3 473		2 547				13 937	
Viana (9)	Rebordãos		54		54														
	S.º Estevão		34		34														
	Gerás do Lima		122		122														
	Regalados e coutos de Sabaris, Gomice e Baldres		1 803(10)		1 803														
	Vila Garcia		20		20														
	Amares e couto de Ren- dufe		2 820		2 820														
	Couto de Souto		274		274														
	<b>Total</b>			5127		5127													
Valença (8)	Vila e termo			15	15														
	Vila e termo de Valadares	166			166														
	Cristelo														8				
	Moledo														14				
	Gontinhaes													7					
	Ville																1		
	Riba de Ancora																	1	
	Orbacem																	5	
	Pedrulhos																	9	
	Gundar																	3	
	Dem																	3	
	Arga de Baixo																	4	
	Sopo													19					
	Villar de Mouros																	19	
	Argelia																	13	
Entre Cristelo e Moledo																	1		
Ganfaens																	1		
Mosteiro																	1		
<b>Total</b>				15										26	22		1	60	
Minho																			
	<b>Total</b>		5 017	50 385	228	55 630	9 440	123	144	11034	265	1120	3 473	1536	2 547	509	22	13 937	5

Fontes: *Memoria sobre o estado da agricultura na provincia do Minho [...]*, atrás transcrita; BPMP, ms. 294, *Rezisto dos officios e ordens sobre plantaçoins de arvores nas provincias do Norte. 1803* (Nas notas seguintes indicá-las-emos apenas por *Mem.* [páginas da nossa transcrição] e ms.).

1) Foi feito um viveiro de 203 estacas, das quais a maior parte secou, pelo que não incluímos o seu número. Procedemos analogamente noutros casos.

(2) Ms., pp. 10, 19, 20 e 48; *Mem.*, p. 78.

(3) Nas sete freguesias do concelho (ms., p. 36).

(4) No ms. (p. 40) lê-se «4 ou 5», as quais se localizavam nas freguesias de S. Cláudio, Palmeira e Genezes.

(5) Ms., p. 64; *Mem.*, pp. 80-81.

(6) Ms., pp. 29-30; *Mem.*, 86-89.

(7) Amieiros e sobreiros (ms., p. 29).

(8) Mais 200 viveiros de amoreiras, grande parte das quais estavam pegadas (ms., p. 30).

(9) *Mem.*, p. 82; ms., pp. 51-53.

(10) Haviam plantado 3 600, das quais só existiam as indicadas (ms., p. 52).

(8) *Mem.*, pp. 84-85; ms., pp. 26-27.